

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
AMBIENTE E SOCIEDADE
CÂMPUS MORRINHOS

WILLIAN VIEIRA DA SILVA

**MEMÓRIA, IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO BOA NOVA DO MUNICÍPIO DE PROF.
JAMIL (GO)**

MORRINHOS/GO

2019

WILLIAN VIEIRA DA SILVA

**MEMÓRIA, IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO BOA NOVA DO MUNICÍPIO DE PROF.
JAMIL (GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Goiás como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Caes

MORRINHOS/GO

2019

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UEG
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VD229
m Vieira da Silva, Willian
 Memória, Identidade e Políticas Públicas na Comunidade
 Remanescente de Quilombo Boa Nova do Município de Prof. Jamil
 (GO) / Willian Vieira da Silva; orientador André Luiz Caes. –
 Morrinhos, 2019.
 114 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado
Acadêmico em Ambiente e Sociedade) – Câmpus-Morrinhos,
Universidade Estadual de Goiás, 2019.

1. Quilombolas. 2. Memória. 3. Identidade. 4. Políticas Públicas. 5.
Cidadania. I. Luiz Caes, André , orient. II. Título.

WILLIAN VIEIRA DA SILVA

**MEMÓRIA, IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO BOA NOVA DO MUNICÍPIO DE PROF.
JAMIL (GO)**

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Câmpus Morrinhos.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Caes

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz Caes – PPGAS – UEG/GO (Presidente)

Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos – PPGAS – UEG/GO

Prof. Dr. Allysson Fernandes Garcia – UFG/GO

MORRINHOS/GO
2019

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus que me deu forças espirituais para seguir em frente com este projeto. À Ele que me levantou quando eu caí e me fortaleceu nos momentos mais difíceis e de grandes adversidades.

À minha família, pai, mãe, irmãos e sobrinhos que mesmo à distância sempre me motivaram e confiaram na minha capacidade. Em especial meu irmão Rodrigo que me acolheu desde o primeiro dia que pisei em Morrinhos e foi uma espécie de alavanca para que eu progredisse na minha vida profissional e acadêmica.

À minha esposa Cristiane pelo amor, pela paciência, pelos debates calorosos e por suas horas de dedicação ao meu texto. Isso contribuiu para que este trabalho tivesse mais comprometimento.

Ao meu filho Guilherme, meu amor incondicional! Sempre com seu sorriso sincero e espontâneo ajuda a despertar o que há de melhor em mim.

Aos amigos, Marco Antônio de Carvalho, Léia Adriano Santiago e Santiago de Carvalho pelo acolhimento inicial em Morrinhos.

Aos amigos Marcus Vinícius, Ivan, Natali, Marlene e todos os outros que fiz nessa cidade encantadora que me apaixonei à primeira vista!

À todos os professores do programa pelos ensinamentos orientações e momentos de descontração. Em especial, ao meu amigo e ex orientador Flávio Reis dos Santos, do qual devo gratidão eterna, pois, mesmo nas grandes adversidades me compreendeu e me ajudou a entrar nesse programa. Posso dizer sem medo de errar que se não fosse por ele, com certeza não chegaria a este momento especial da minha vida!

Ao meu atual orientador André Luiz Caes que aceitou o difícil desafio de me orientar em um momento estritamente crítico. A você meus eternos agradecimentos!

Dedico este trabalho aos quilombolas da Associação Boa Nova de Professor Jamil. Em especial a presidente Luzia Cristina do Carmo pela acolhida e amizade. Sem você este momento não existiria. Meus eternos agradecimentos!

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada na Comunidade Boa Nova, localizada no município de Professor Jamil, estado de Goiás. Nossa proposta consiste em investigar como essa comunidade luta pelo seu direito à cidadania em diálogo com as outras lutas empreendidas por comunidades remanescentes de quilombo no âmbito nacional. Para isso, nossa análise se faz em torno das estratégias coordenadas pelas Associações Quilombolas formadas no interior dos grupos que se definem pelo seu caráter identitário e buscam no artifício da memória, da oralidade e da história de seus antepassados a base da sua luta. Nessa direção, nossa intenção foi compreender como a partir desse mecanismo os quilombolas da Boa Nova produzem suas ações sociais para conquista de seus direitos. Com essa finalidade, recorreremos à fontes orais, por intermédio das entrevistas, e textuais, revisando a biografia a respeito do tema. Além disso, analisamos a relação das políticas públicas municipais, estaduais e federais como agentes da promoção da melhoria da qualidade de vida para comunidades remanescentes de quilombo. Entendemos que esta pesquisa poderá contribuir para os debates sobre as ações praticadas por comunidades quilombolas que buscam materializar seus direitos sociais por meio da conquista de sua cidadania. Por fim, reafirmar o que foi constatado nesta investigação onde o principal discurso dos quilombolas é de que eles não esperam, nem muito menos querem favores do governo. Ao contrário, aspiram apenas o direito de ser cidadão pleno e ter acesso aos espaços nos quais, historicamente, seus antepassados foram privados.

Palavras-chave: Quilombolas. Boa Nova. Cidadania.

ABSTRACT

This research was carried out in the Boa Nova Community, located in the municipality of Professor Jamil, in the state of Goiás. Our proposal is to investigate how this community fights for its right to citizenship in dialogue with the other struggles undertaken by remaining quilombo communities at the national level. For this, our analysis is based on the strategies coordinated by the Quilombola Associations formed within the groups that are defined by their identity character and seek in the artifice of memory, orality and the history of their ancestors the basis of their struggle. In this direction, our intention was to understand how from this mechanism the quilombolas of the Good News produce their social actions to conquer their rights. For this purpose, we used oral sources, through interviews, and textual, reviewing the biography on the topic. In addition, we analyze the relation of the municipal, state and federal public policies as agents of the promotion of the improvement of the quality of life for communities remaining quilombo. We understand that this research can contribute to the debates about the actions practiced by quilombola communities that seek to materialize their social rights through the conquest of their citizenship. Finally, to reaffirm what was verified in this investigation where the main speech of the quilombolas is that they do not expect, much less want favors from the government. On the contrary, they aspire only the right to be a full citizen and have access to the spaces in which, historically, their ancestors were deprived.

Key Words: Quilombolas. Fight. Citizenship.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CAPÍTULO 1: CONHECENDO O OBJETO	14
2.1 CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS DE PROFESSOR JAMIL	14
2.1.1 População de Professor Jamil.....	15
2.1.2 Economia de Professor Jamil	18
2.1.3 Cultura de Professor Jamil.....	23
2.2 A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO E A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO	24
2.2.1 O que orienta a história oral.....	27
2.2.2 A história da comunidade quilombola Boa Nova a partir da oralidade do grupo.....	32
2.2.3 Práticas culturais e a busca pela reafirmação da identidade em Professor Jamil.....	35
2.2.4 O maculê, capoeira e o arraial afro.....	38
2.2.5 Religião	40
2.2.6 Encontro da Consciência Negra	43
2.2.7 A construção do significado e do conceito histórico do quilombo.....	45
2.2.8 O sentido de ser quilombola na comunidade Boa Nova.....	49
3. CAPÍTULO 2: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUILOMBOLAS.....	52
3.1 O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO	54
3.1.1 Programa Brasil Quilombola	56
3.1.2 Resultados nacionais obtidos pelo Programa Brasil Quilombola	57
3.1.3 Conclusões sobre o Programa	59
3.1.4 Construção da cidadania quilombola a partir de movimentos sociais	61

3.1.5 O município de Professor Jamil e a construção do reconhecimento social da comunidade quilombola Boa Nova	65
4. CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA A PARTIR DO COTIDIANO DOS QUILOMBOLAS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO	69
4.1 A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA BOA NOVA E O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO CONCEDIDO PELA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES	71
4.2 CONFLITOS SOCIAIS.....	74
4.3 O CONFLITO PELA MEMÓRIA	76
4.3.1 História, memória e luta	80
4.3.2 Lúcia e Luzia: Por uma outra história	84
4.3.3 Boa Nova hoje: As conquistas	89
5. CONCLUSÃO.....	92
6. REFERÊNCIAS	94
7. ANEXOS	99

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi desenvolvida dentro da temática das políticas públicas direcionadas para comunidades remanescentes de quilombo. Procuramos debater sobre os impactos sociais que estas ações governamentais têm no cotidiano da comunidade remanescente de quilombo Boa Nova, localizada no município de Professor Jamil região sul do estado de Goiás. Além disso, busca-se a história dos conflitos sociais dessa comunidade no debate atual sobre grupos quilombolas que lutam por reafirmação e reparação social mediante as ações do Estado.

Verificamos que a relação da comunidade Boa Nova com as políticas públicas vem se intensificando desde a certificação do grupo como comunidade remanescente de quilombo, concedido pela Fundação Cultural Palmares (FCP) no ano de 2016. No entanto, as ações políticas do Estado que buscam reparar as desigualdades sociais sofridas ao longo da história por comunidades remanescentes quilombo, ainda são insuficientes para promoção da qualidade de vida dos quilombolas de Professor Jamil.

Dessa forma, buscamos delimitar cronologicamente a história da Comunidade Boa Nova desde sua formação em Professor Jamil, que aconteceu por volta da década de 1940, e a partir desta data mapeamos os processos históricos de luta que a comunidade passou até chegar nos dias atuais. Para tal, foi levado em consideração que somente a partir de 1988 os debates sobre políticas públicas para quilombolas se intensificam no Brasil, com a promulgação da Constituição Cidadã que traz no seu Artigo 68 o reconhecimento legal dos direitos sociais dessas comunidades fundamentado nos Atos das Disposições Transitórias da Constituição.

As oportunidades de acesso à qualidade de vida por sujeitos quilombolas aconteceram no momento da história brasileira em que os debates por visibilidade e reconhecimento da cidadania concentram-se por todo o Brasil. Necessariamente, após a Era Vargas¹, a partir dos anos de 1930, onde políticas de reparação, tal como a cidadania, integram-se a fatores centrais de interesse nacional.

Cabe ressaltar, que durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de 2003 é quando foi elaborado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

¹ Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos, de forma contínua (de 1930 a 1945). Esse período foi um marco na história brasileira, em razão das inúmeras alterações que Getúlio Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas.

(SEPPPIR), a última análise referente às ações do Programa Brasil Quilombola (PBQ) que intensifica as ações do governo na busca por promoção da qualidade de vida de comunidades remanescentes de quilombo.

Assim sendo, buscamos na literatura brasileira e mundial as bases para fundamentar a discussão teórica que sustente nossa hipótese de que, a conquista por direitos sociais está intimamente ligada à conquista da cidadania. Nesse sentido, constatamos que as reivindicações da Comunidade Boa Nova em prol dos quilombolas respaldam-se na luta da Associação em construir sua cidadania a partir do resgate da memória do grupo.

Nessa direção, compete lembrar o que foi afirmado por Dagnino (1994), onde não há uma essência única relativa ao conceito de cidadania e sua dinâmica de construção se respalda nos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Portanto, para nós, cidadania é gama de variáveis sociais² que acontecem ao longo do tempo.

Sabendo disso, buscamos relacionar o cotidiano vivido pela Comunidade Boa Nova ao caso geral vivenciado pelas diversas comunidades remanescentes do Brasil. Entendemos que este exercício de partir da realidade local e/ou regional, para a discussão geral pode desvendar as múltiplas realidades que possam aparecer e como defendido por Loriga (1998, p. 225), também acreditamos que “a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes”.

Por isso, realçamos que a historicidade das comunidades remanescentes de quilombo tem respaldo na oralidade do grupo. Cabe pontuar, que tivemos o cuidado de esclarecer os debates acerca da memória, campo fundamental para o trabalho com a oralidade, haja vista que é no exercício da construção da memória que se fundamentam as identidades que se formam a partir das narrativas orais dos sujeitos.

Tendo em vista os fatos apresentados, esta pesquisa propõe um debate acerca das lutas desenvolvidas e das conquistas obtidas pelas comunidades remanescentes de quilombo, partindo do caso Boa Nova. Se justifica por contribuir para mais esclarecimentos sobre os caminhos abertos e deixados pelas discussões referentes ao tema. Além disso, nosso estudo de caso se difere por ser também um diagnóstico da precariedade

² Segundo Dagnino (1994, p.7), “não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico”.

social encontrada por estes sujeitos que, mesmo tendo algumas conquistas sociais, estão longe de alcançar a qualidade de vida que merecem.

Como mencionado anteriormente, as poucas conquistas sociais dos quilombolas são oriundas principalmente do governo Lula iniciado em 2003 ano em que o Brasil passou por uma série de mudanças que de certa forma beneficiou os quilombolas, a começar pela criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a aprovação do Decreto nº 4.887 de 2003. Todavia, estes avanços não foram suficientes para cessar os entraves da sociedade civil brasileira sobre esta discussão, haja vista que são múltiplos os discursos que não concordam com as políticas afirmativas do Estado em prol dos quilombolas. Além disso, outros problemas foram verificados em relação à aplicação das políticas públicas frente aos quilombolas. Estas adversidades foram classificadas por Canto (2008), como sendo:

Problemas institucionais, operacionais e políticos; entraves burocráticos tal como a exigência de documentação que a comunidade não possui, problemas operacionais de setorialização e fragmentação, falta de recurso humano qualificado, falta de interlocução entre instancias de governo (no caso do PBQ³ o ente que coordena – SEPPIR⁴ não é o mesmo que executa – ministérios) entre outros (CANTO, 2008, p.134-135).

Mostraremos ao longo de nossa dissertação, que os entraves destacados por Canto (2008) não são muito diferentes dos encontrados na Boa Nova. Ao contrário, veremos que além dos problemas supracitados, existe uma grande apatia e desconsideração dos organismos públicos em relação à realidade social dos quilombolas da cidade, sendo que as poucas conquistas que tiveram foram alcançadas pelos esforços da própria comunidade.

Para esclarecer estas e outras questões, este trabalho está organizado da seguinte forma: No primeiro capítulo apresentamos nosso sujeito de pesquisa explicitando sua localidade no tempo e no espaço. Para isso, descrevemos as principais características políticas, sociais e econômicas da cidade de Professor Jamil, onde localiza-se a Comunidade Boa Nova, pois entender a dinâmica espacial da cidade é extremamente

³ Programa Brasil Quilombola. Diagnóstico de ações realizadas pelo PBQ Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/publicacoes/diagnosco-do-programa-brasil-quilombola-marco-de-2012-1> Acesso em: 15/10/2018.

⁴ A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi um órgão do Poder Executivo do Brasil. Instituída pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 21 de março de 2003, com o objetivo de promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra. Através de medida provisória nº 696, enviada ao Senado em outubro de 2015, a secretaria foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, unindo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. A secretaria foi extinta em 2019.

relevante para uma melhor compreensão de como os sujeitos quilombolas são vistos no lugar.

Ainda no primeiro capítulo, realizamos uma discussão acerca da construção do significado do conceito de quilombola para a Comunidade Boa Nova, destacamos a história da comunidade a partir da oralidade do grupo, relacionando o debate à perspectiva da História Oral e enfatizamos as práticas culturais e a busca pela reafirmação da identidade quilombola em Professor Jamil. Mostraremos que elementos culturais como o maculê, a capoeira e o arraial afro, são importantes atividades culturais que ajudam a manter viva a memória afrodescendente que fundamenta o grupo. Também falamos da religiosidade desses grupos, que está intimamente ligada à construção da identidade e ao final, dissertamos a respeito do sentido de ser quilombola na Comunidade Boa Nova.

No segundo capítulo, nosso objeto foi apresentar as políticas públicas que buscam reparar as condições sociais vividas pelas comunidades remanescentes de quilombo. Para isso, destacamos o que diz a legislação brasileira sobre o assunto, quais são os programas sociais que alcançam estas comunidades, os resultados nacionais obtidos pelo Programa Brasil Quilombola no âmbito nacional e local, e, como se processa a construção da cidadania quilombola a partir dos movimentos sociais.

Por último, no terceiro capítulo fizemos uma análise mais pontual acerca da construção da cidadania a partir do cotidiano dos quilombolas e das políticas públicas do Estado. Evidenciamos a importância do papel da Associação Quilombola Boa Nova no processo de certificação concedido pela Fundação Cultural Palmares, finalizamos com uma reflexão sobre os conflitos sociais, a luta pela memória e a afirmação da história quilombola a partir de suas lideranças como no caso de Lúcia e Luzia que a partir de suas ações lutam por uma outra história em Professor Jamil.

2. CAPÍTULO 1: CONHECENDO O OBJETO

Este capítulo tem como finalidade localizar nosso objeto de pesquisa, a Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Nova de Professor Jamil, no tempo e no espaço. Acreditamos que este exercício permitirá ao leitor compreender as conjunturas políticas, sociais e econômicas que atravessaram a cidade no século XX, palco de nossa pesquisa. Escolhemos este recorte por se tratar do momento histórico em que a cidade foi fundada e, a este respeito, usamos como fonte de informação o último Plano Municipal de Educação de Professor Jamil (PME, 2014), que além de outras informações, traz um panorama geral das características históricas da cidade.

2.1 CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS DE PROFESSOR JAMIL

De acordo com a Lei Federal nº 11.404, o município de Professor Jamil foi criado em 1991, no entanto, verificamos que a ocupação do território é anterior à data, à medida em que, foi no final dos anos de 1940 que libaneses e quilombolas migraram para a região, onde formou-se a cidade. Apesar de ter experimentado uma expansão no crescimento populacional e econômico após sua emancipação política, o município de Professor Jamil tem hoje uma população majoritariamente pobre que enfrenta sérios problemas sociais, principalmente, em relação aos quilombolas. Mas, antes de entrarmos nestas discussões, apresentaremos o contexto histórico da cidade.

A escolha do nome dado à cidade deriva dos descendentes das famílias libanesas que a fundaram, de acordo com o PME, “a denominação do município de Professor Jamil foi em homenagem ao irmão de Taufic Salim Safady, o Professor Jamil Sáfady tendo por seu gentílico a nomenclatura de jambilense” (PME/PROFESSOR JAMIL, 2015, p. 5). Em geral, os Sáfady eram ricos proprietários de terras, que moravam no Brasil desde sua imigração no final do século XIX.

Segundo o PME, a nomenclatura da cidade foi alterada em 16 de janeiro de 1991, pela lei nº 11.404, quando o distrito Professor Jamil Sáfady foi emancipado politicamente. Porém, mesmo retirando oficialmente o “Sáfady”, o nome é uma continuidade do protagonismo branco libanês. Esse é um aspecto interessante da história da cidade, pelo

fato de que, segundo os relatos quilombolas que coletamos, o senhor “professor Jamil” nunca sequer conheceu a cidade.

Ainda de acordo com o PME o município de Professor Jamil foi instalado em 1 de janeiro de 1993 após ter realizado sua primeira eleição para escolha de seus dirigentes, no dia 3 de outubro de 1992. Esta é outra passagem que chama atenção pelo fato de que a primeira eleição municipal da história da cidade é destacada, mas, no entanto, não há a menção de que o primeiro prefeito eleito foi o Senhor Alírio, um quilombola que – durante muitos anos e, ainda, depois de falecido (2015) – é uma figura política, social, cultural e religiosa que serve de referência para a cidade.

Com o intuito de aprofundar a reflexão sobre a significativa participação do Sr. Alírio, mostraremos no próximo capítulo, que a religiosidade de Professor Jamil está ligada intimamente ao mesmo. De acordo com os relatos dos quilombolas, o centro espírita, que existe na cidade foi criado por ele e é, ainda hoje, um ponto de referência em ajuda espiritual no município.

2.1.1 População de Professor Jamil

De acordo com o PME (2015), a população jambilense vem oscilando nos últimos 15 anos, “respeitando uma variação compreendida entre 3.200 e 3.900 habitantes”, sendo que os anos de 2006 e 2007 foram os que apresentaram o maior número de habitantes, 3.835 e 3.894, respectivamente. Os dados do Ministério da Saúde (DATASUS), apontam que em 2013, a população jambilense era de 3.401 habitantes.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), no último censo demográfico, a cidade era composta por 3.206 habitantes, sendo 1.663 homens e 1.543 mulheres, distribuídos pela seguinte faixa etária.

Tabela 1 – Distribuição da população de Professor Jamil por faixa etária

Idade	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	89	76
5 a 9 anos	126	118
10 a 14 anos	147	146
15 a 19 anos	144	132
20 a 24 anos	130	107

25 a 29 anos	104	108
30 a 34 anos	114	120
35 a 39 anos	115	120
40 a 44 anos	123	112
45 a 49 anos	103	123
50 a 54 anos	119	85
55 a 59 anos	98	87
60 a 64 anos	67	69
65 a 69	64	51
70 a 74	49	38
75 a 79	32	24
80 a 84 anos	22	13
85 a 89 anos	8	10
90 a 94 anos	4	3
95 a 99 anos	4	1
Mais de 100 anos	1	0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010)

Os dados do IBGE apontam que a maioria dos homens de professor Jamil é crianças, jovens e adultos, já as mulheres são maioria dentre a população adulta, de 25 a 49 anos.

A seguir construímos outra tabela com as principais informações de Professor Jamil em relação à economia, saúde, educação, religião e renda per capita, também seguindo as informações do IBGE (2010) citadas no PME (2015) da cidade.

Tabela 2 – Dados populacionais e econômicos de Professor Jamil até 2015

Área da unidade territorial	349,419 Km ²
Estabelecimento de saúde SUS	1 estabelecimento
Matrícula Ensino Fundamental – 2012	447 matrículas
Matrícula Ensino Médio – 2012	161 matrículas
Número de unidades locais	72 unidades
Pessoas ocupadas total	373 pessoas
PIB per capita a preços correntes – 2012	9.578,88 reais
População residente total	3.239 pessoas
População residente – Homens	1.663 homens
População residente – Mulheres	1.543 mulheres
População residente alfabetizada	2.617 pessoas

População residente que frequentava creche	971 pessoas
População católica	1.732 pessoas
População espírita	573 pessoas
População evangélica	656 pessoas
Rendimento por domicílio – Rural	2.027,72 reais
Rendimento por domicílio Urbano	1.388,77 reais
Renda per capita – Rural	510 reais
Renda per capita – Urbana	382,5 reais
IDHM – 2010	0,684

Fonte: IBGE (2010)

Com base nesses dados, algumas considerações podem ser feitas acerca da realidade socioeconômica da cidade que é relevante neste trabalho. Primeiramente, nota-se que Professor Jamil é um município pequeno, de baixa renda per capita, com uma população pequena e relativamente pobre, com poucas oportunidades de estudo e trabalho. Tudo isso colabora para que a população procure oportunidades em outras cidades, dificultando o crescimento econômico do município.

De acordo com as informações, a média de renda por habitante corresponde à R\$ 510,00 para os moradores da zona rural e R\$ 382,50 para os residentes urbanos, o que evidencia que a cidade caminha na contramão do processo agroindustrial, que tem sido marca do estado de Goiás desde os anos trinta.

Outro ponto não menos importante, se refere à religiosidade de Professor Jamil, no qual aproximadamente um quinto da população total está ligada ao espiritismo. É de conhecimento na cidade que a introdução do espiritismo na sociedade jambilense está relacionada à figura do Senhor Alírio, o líder quilombola que fundou o primeiro centro espírita do município, que ainda hoje está ativo, o que reforça a hipótese inicial de que os quilombolas são protagonistas da formação da cidade.

Segundo Santos e Alves (2017, p. 13), “desde a década de 1930, o Estado de Goiás tem experimentado significativas transformações estruturais, aprofundando sua relação e interação com os demais centros dinâmicos do país, possibilitando a aceleração de seu desenvolvimento socioeconômico”, entretanto, esse não parece ser o caso da cidade de Professor Jamil, a qual, apesar de estar localizada à margem da principal rodovia federal que cruza o estado de Goiás, não aprofundou sua interação com os demais centros dinâmicos do país. A agricultura e a pecuária praticadas no município concentram-se

basicamente nos grandes latifundiários locais, fato que justifica a procura de boa parte da população pobre, incluindo os quilombolas, por atividades informais e, inclusive, algumas não lícitas.

De acordo com relatos dos moradores, até o início do século XXI, muitas pessoas recorriam à prostituição na principal avenida da cidade como meio de sobrevivência. Esse panorama só teria mudado depois do ano de 2010, com a introdução de projetos técnicos e de qualificação profissional que foram ministrados na cidade a partir da relação da Comunidade Quilombola com o Instituto Federal Goiano (campus Morrinhos), dentre os quais podemos destacar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Essas discussões que envolvem as atividades econômicas e profissionais dos quilombolas serão abordadas de forma mais minuciosa no capítulo três.

2.1.2 Economia de Professor Jamil

No tocante às finanças públicas do município, Professor Jamil tem suas despesas custeadas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), bem como os demais repasses diretos oriundos, principalmente, da União. O maior gerador de receita é o setor de serviços, no qual estão inclusos os funcionários públicos (PROFESSOR JAMIL/PME, 2015). Porém, a economia básica do município está centrada na agropecuária.

De acordo com o Censo do IBGE (2010), no campo econômico, o município apresenta como sua principal atividade a pecuária e como principais rebanhos destacam-se: bovinos, suínos, equinos e galináceos. Em proporção à sua extensão e desenvolvimento, o município apresenta uma bacia leiteira significativa, conta com um plantel de vacas ordenhadas de 7.100 cabeças com uma produção de 10.721 mil litros/dia. A Agrodefesa (2014) afirma que o município possui 386 propriedades rurais, dentre as quais 239 possuem animais em suas dependências e o número de cabeças de gado no município no ano de 2014 era de 46.907. (PROFESSOR JAMIL/PME, 2015). Outra fonte de riqueza do município, de menor expressão, consiste na agricultura, com destaque para a produção de arroz, milho, café e, mais recentemente, a soja.

Notamos que, apesar de sua localização geográfica estratégica, a cidade possui poucas indústrias, com predominância dos setores de laticínios, cerâmicas e olarias, máquinas de beneficiar arroz e outros. Já o comércio local é mais diversificado, com bares,

lanchonetes, postos de combustíveis, lojas de tecido e roupas, drogarias, restaurantes, supermercados e casas agropecuárias.

A seguir, elencamos uma tabela com os estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço com alvará de funcionamento em Professor Jamil.

Tabela 3 – Comércio, indústrias e prestadores de serviço em Professor Jamil

Academia	1
Loja de produtos agrícolas	3
Loja de Assistência Técnica – Fogões	1
Loja de Assistência Técnica – Motos	1
Auto Escola	2
Bar	10
Borracharia	4
Banco	1
Cerâmica	1
Concessionária de Rodovias	1
Construtora	1
Consultório Odontológico	2
Depósitos de Areia	2
Depósito de Gás	2
Distribuidora de Bebidas	3
Eletrônica	2
Escolas	4
Escolinha de Futebol	1
Extração de Areia	2
Farmácia	2
Feirantes	8
Ginásio de Esporte	1
Hotel	1
Igrejas	5
Lan House	4
Loteria	1
Laticínios	1
Lava Jato	3
Loja de Acessórios	1
Loja de Móveis	2
Lojas de Roupas	4

Materiais de Construção	2
Mercearias	8
Oficina	2
Pamonharias	2
Panificadoras	2
Papelaria	1
Pensão	1
Pit Dog	5
Pizzaria	1
Postos de Combustíveis	2
Prefeitura	1
Salão feminino	5
Salão masculino	3
Supermercado	7
Transporte	10
Restaurante	3

Fonte: IBGE (2010)

É possível observar, que segundo as fontes oficiais, a economia de Professor Jamil gira em torno da prestação de serviço local, é avultado o número de empreendimentos nesse setor. A variação de tipos de comércio também chama bastante atenção. Por ser tratar de uma cidade de pequeno porte econômico, é grande a variedade de serviços de primeira necessidade que podem ser encontrados no município.

Além disso, outro fator que nos chama atenção é quanto aos ofícios dos quilombolas que não foram quantificados na pesquisa do IBGE. De acordo com as lideranças da Comunidade Quilombola, boa parte dos remanescentes de quilombo está ligada à produção artesanal que movimenta e gera economia da cidade, principalmente, relacionada ao turismo.

É evidente que a agricultura e a pecuária geram riquezas e movimentam a economia do município, à medida que este está inserido no contexto dos projetos de modernização do campo que foram implantados pelos governos federal e estadual nas últimas décadas. É importante ressaltar, que os custos dessas atividades para o Cerrado têm sido nos últimos anos, devastadores, principalmente, no que se refere à preservação ambiental. Segundo Castro (2012, p. 23) “o Estado de Goiás é a única unidade federativa inserida inteiramente

no bioma cerrado. Nesse local, o desenvolvimento da atividade agropecuária passou por processos que culminaram na modernização agrícola e no agronegócio.”

Desde os anos de 1930, a região Centro-Oeste do Brasil vem experimentando as transformações ocasionadas pela política econômica agroexportadora do país. Sobre isso, Mattos (2016, p. 67) destaca que “a modernização da agricultura, veio ao interesse do Estado, que viu no setor agrícola uma forma de integrar a agricultura e indústria e, assim, gerar divisas, haja vista que o Brasil, desde sua formação econômica, foi um país agroexportador”. Contudo, as inovações tecnológicas que modificaram o processo de produção agrícola do Cerrado deixaram como consequência grandes perdas para o bioma da região, como diminuição da variedade de espécies da fauna e flora.

As primeiras ações do governo que transformaram o panorama da região consistiram na construção das primeiras estradas de ferro, para incorporar o Centro-Oeste à dinâmica produtiva do país. Nesse sentido, Santos e Alves (2017) afirmam:

A conquista definitiva do Cerrado como importante espaço produtivo agroexportador pelo capital decorreu diretamente de dois empreendimentos realizados pelo governo brasileiro no transcorrer das décadas de 1950 para 1960: a construção da cidade de Brasília e a construção da Rodovia BR-153, conhecida também como Transbrasiliana, ou Belém-Brasília ou, ainda, Bernardo Sayão, atravessando os Estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (SANTOS; ALVES, 2017, p.13).

Nessa dinâmica, Goiás passou a se conectar economicamente com os principais centros produtivos do Brasil e se tornou um importante polo financeiro do país, chegando a patamares altíssimos, o que o colocou entre as dez maiores economias do país.

Em relação a este processo, Castro (2012) afirma que a atual condição econômica de Goiás é de grande relevância no setor nacional. O autor aponta que a agropecuária do estado é uma das principais atividades que compõe seu PIB, fato que pode ser comprovado nas próprias políticas econômicas das suas cidades, conforme informações disponibilizadas pelo Instituto Mauro Borges (IMB/SEGPLAN, 2012):

[...] o estado de Goiás é a nona economia brasileira, com um PIB que corresponde a 2,5% do PIB brasileiro. A taxa de crescimento médio nos últimos 10 anos foi de 55,73%, enquanto a média brasileira foi inferior, 37,5%. Dentre as atividades que compõem o PIB, a agropecuária goiana representa 14% da estrutura estadual. Sua grande relevância é decorrente do perfil produtivo e do desenvolvimento do segmento agroindustrial com destaque para a produção de carnes, derivados do leite e da soja. Atualmente, outra atividade que vem avançando na economia goiana é a produção sucroalcooleira. De acordo com a pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM/2009) a produção de cana-de-açúcar no Estado aumentou, sendo que sua participação em relação ao total nacional cresceu de 3% para 6% entre 2002 e 2009. Com isso Goiás se tornou o

maior produtor de cana-de açúcar do Centro-Oeste e o quarto maior produtor do Brasil (CASTRO, 2012, p. 26).

Porém, ao mesmo tempo em que o estado aumenta seus indicadores econômicos, os índices de destruição do meio ambiente acompanha esse crescimento, que levou a um expressivo número de desmatamento que compromete toda riqueza natural de Goiás. De acordo com Hespagnol (2000):

A prática da agricultura moderna nos cerrados do Centro-Oeste tem possibilitado a obtenção de elevados níveis de produtividade das lavouras, notadamente da soja, o que torna a região competitiva na produção de leguminosa, nacional e internacional. Por outro lado, a introdução, na faixa tropical, de pacotes tecnológicos importados de países de clima temperado, tem gerado sérios problemas ambientais (HESPANHOL, 2000, p. 24).

Nesse sentido, é válido destacar que Goiás foi o estado onde houve maior supressão de áreas de Cerrado resultante da ação humana. Para Castro (2012):

No tocante ao desmatamento do Cerrado no espaço territorial de Goiás nos últimos anos houve aumento da área antrópica, conforme dados do MMA (2012). O desmatamento anual ocorrido no Estado entre 2002 e 2009 foi de 1.493 km², o que corresponde a uma taxa anual de desmatamento de 0,47%. Já no acumulado entre 2002 a 2009, o desmatamento foi da ordem de 10.454 km² em Goiás, o que representa 3,3% da área de Cerrado contida no estado. Até o ano de 2002, Goiás foi o estado onde houve maior supressão de áreas de Cerrado por ação antrópica, 203.760 km². Tal fenômeno representou perda de 61,8% do Cerrado goiano, que corresponde a 329.595 km² (MMA, 2012) (CASTRO, 2012, p. 26).

Nesse sentido, o estado busca exaustivamente o progresso econômico via modernização do campo, que direciona suas terras para o desenvolvimento da agricultura e pecuária que ocasionou a destruição dos espaços naturais que é rico em biodiversidade. Nela, encontramos uma variedade de nascentes, vital para espécie humana e os outros seres vivos. Além disso, o Cerrado está diretamente relacionado com o equilíbrio climático do Brasil, portanto, sua destruição interfere negativamente em todo território nacional.

Nesse contexto de transformações na exploração econômica do Cerrado goiano, Professor Jamil não constitui exceção, pois sua história oficial acaba por valorizar os personagens ligados à exploração da terra como bem econômico, destacando-se as famílias de proprietários, pertencentes aos libaneses que vieram para a região com o objetivo de deter a posse das melhores propriedades e, conseqüentemente, da maior parte da riqueza local.

2.1.3 Cultura de Professor Jamil

Para o PME da cidade, o município de Professor Jamil conta com pouca atividade de lazer, ficando mais restrito às festas dançantes nos finais de semana, que acontecem no salão goiano e salão do posto. Para a terceira idade, o município patrocina, através do Centro de Convivência de Idosos, festas de confraternização, passeios e trabalhos artesanais nos dias agendados. Que contempla a juventude jamilense, a cidade oferece como lazer, dois campos de futebol gramados e uma quadra polivalente coberta (PROFESSOR JAMIL/PME, 2015).

Mais uma vez, as atividades de lazer propostas pelos quilombolas não foram quantificadas nessa pesquisa. De acordo com as lideranças, ao menos uma vez por semana acontece um encontro da comunidade para prática de atividades relaxantes e são eles quem mais desenvolvem programas de lazer na cidade.

No que diz respeito às festas tradicionais, o PME informa que são realizadas com muita animação, bailes, barraquinhas e acontecem no mês de junho, com as festas de Nossa Senhora das Graças, São Cristóvão e São João Batista, sendo este último o padroeiro do município. Para aproveitar as férias escolares de julho, é realizada a tradicional folia de Santo Antônio, onde os foliões a cavalo giram durante uma semana com cantorias, terços e animados bailes (PROFESSOR JAMIL/PME, 2015).

Percebemos que apenas a memória tradicional branca, que começou no Brasil no período da colonização, é mencionada no documento que considera como festa tradicional apenas as celebrações cristãs ligadas predominantemente à tradição católica da elite local. Já os eventos que reúnem os quilombolas e que evocam a memória, o passado e a cultura africana deixada pelos escravos aos seus descendentes, nem sequer são citadas.

É possível notar o exercício da definição da identidade local, que busca na memória coletiva branca a construção da história oficial de Professor Jamil. Lembra-se o que é próprio da memória que marca a cultura branca e cristã libanesa que representa a elite, e se esquece a memória negra, quilombola que não simboliza a identidade dos “verdadeiros” fundadores da cidade.

Dito isso, no próximo capítulo ao tratarmos da memória marginalizada quilombola, discutiremos mais detalhadamente o papel da memória silenciada dos remanescentes de

quilombo e como a comunidade luta por um espaço na memória oficial da cidade, o que chamamos desde o início deste trabalho de luta pela memória.

2.2 A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO E A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO

Como mencionado, esta pesquisa foi realizada na região sul do Estado de Goiás, mais precisamente no município de Professor Jamil. Procuraremos a partir da contextualização histórica e social dos remanescentes de quilombo da Comunidade Boa Nova, localizada neste município, apresentar como suas memórias são produzidas, anexadas e utilizadas para auxiliar na construção da cidadania na comunidade.

Neste primeiro momento, vamos esclarecer quem são os remanescentes de quilombo que compõem a Comunidade Boa Nova, bem como elucidar o que é ser quilombola para esta comunidade. Além disso, verificaremos nos debates atuais da historiografia contemporânea, os significados para o conceito de quilombo, que são fundamentais para a compreensão desta pesquisa, pois permitem maior entendimento sobre o processo social e histórico desse grupo étnico racial.

Antes, porém, faz-se necessário um esclarecimento teórico de quais são as ferramentas fundamentais que permitem ao pesquisador o trabalho empírico com a oralidade, tendo em vista que esse grupo étnico racial tem sua história construída basicamente a partir de oralidades. As pesquisas que caminham nesse sentido, tem seus pressupostos a partir dos métodos da História Oral, pois esta passa essencialmente pelas discussões do trato com a memória e de acordo com Thomson (1990):

A História Oral é um poderoso instrumento para a descoberta, exploração e avaliação da natureza do processo de memória histórica - como as pessoas compreendem seu passado, como vinculam a experiência individual e seu contexto social, como o passado torna-se parte do presente, e como os indivíduos o utilizam para interpretar suas vidas e o mundo à sua volta (THOMSON, 1990, p. 188).

Nesse sentido, o autor salienta que, para a relação de reciprocidade entre a História Oral e as comunidades esquecidas pela História, em defesa dos sujeitos esquecidos foi dada voz ativa no processo de construção da História, retirando-os do anonimato e do esquecimento, e, para a História Oral, foi dada abertura para o campo de construção de uma nova ciência capaz de investigar querelas sociais de forma científica.

A metodologia da História Oral sustenta-se, também, na construção do que chamamos de identidade, que é capaz de esclarecer as experiências vividas pelos grupos silenciados pela História. Ou como salientado por Ferreira (1994, p. 4) “a metodologia afirma-se como um instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social” com respaldo em depoimentos das testemunhas que vivenciaram opressões sociais e políticas.

Todavia, é importante destacar que a História Oral nem sempre teve boa aceitação no campo acadêmico. De acordo com Joutard (1996, p. 44), “a reintrodução da fonte oral na segunda metade do século XX em países de antiga tradição escrita, não foi bem recebida pelos historiadores, salvo talvez nos Estados Unidos, precursores nessa matéria”. Este fato contribuiu para que os pesquisadores adotassem mais rigor ao utilizar dessa metodologia e, somente assim, foi possível revelar o rico potencial desse tipo de pesquisa.

É nesse caminho, que Thompson (1990, p. 52) afirma que nas últimas décadas do século XX, “esta metodologia teve como uma das suas mudanças mais significativas o reconhecimento de que a, assim chamada, não confiabilidade da memória pode ser um recurso, em vez de um problema para a interpretação e a reconstrução históricas”. Essa metodologia abriu campo para que depoimentos orais, antes vistos como problema, pudessem ser excelentes fontes de informação, principalmente, quando o objetivo é elucidar vivências, saberes e representações.

No que se refere à introdução da História Oral no Brasil, de acordo com Meihy (2000), isso acontece, sobretudo, a partir dos anos 1980, devido aos grandes questionamentos que se fazia ao regime político anterior, conhecido pela historiografia como ditadura militar. Meihy (2000) explica que foi dada muita ênfase aos testemunhos das vítimas do regime político, com intuito de esclarecer as experiências que uma política opressora pode levar. Entretanto, ele ressalta que “dois grupos singulares pela importância étnica no Brasil têm sido pouco vistos: os índios e os negros”, que para nós também carece de mais esclarecimento (MEIHY, 2000, p. 94).

Nesse sentido, a contribuição deste trabalho remete-se a investigar populações que até recentemente tem tido pouco protagonismo na história brasileira. Por isso, trazemos reflexões importantes que contribuem para uma análise científica de populações minoritárias, muito importantes para a compreensão da história do Brasil, que são as comunidades remanescentes de quilombo.

Desse modo, em relação à linha historiográfica que exploramos, outro aspecto a ser destacado envolve a relação entre História e Memória, devido à importância que o conceito de memória adquiriu nos últimos tempos, mesmo sendo alvo de críticas, que levou vários cientistas a repensar o termo. Nesse contexto, Loriga (2009, p. 18), salienta que “é preciso restabelecer a confiança no testemunho e na possibilidade de acreditar no relato histórico sem perder de vista o rigor do método historiográfico, isto é, manter o exercício crítico sobre os enunciados”.

De fato, como evocado por Carvalho (2012, p. 216), “entender a fonte histórica sob o viés da memória, implica, antes de tudo, em considerarmos o contexto em que foi produzida, os atores nela envolvidos, com seus anseios, posicionamentos e intenções”. Desse modo, as fontes orais das quais utilizamos, dispõem da mesma exigência teórico-metodológica das quais utilizam outros historiadores. A opção pela relação entre História e Memória justifica-se pelo entendimento de que um conceito pode complementar o outro, ou como dito por Nora (1993):

[...] a diferença entre Memória e História consiste em ser a primeira dinâmica suscetível a lembrança e ao esquecimento. A História perpassa por uma análise e um discurso crítico, enquanto a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

Assim sendo, recorreremos aos trabalhos de Halbwachs (1925), que elucidam o que ele chama de “sociologia da memória”, que tem por objetivo esclarecer como as lembranças são organizadas no interior de um grupo. Na perspectiva do autor:

A memória individual se constitui a partir da memória coletiva onde a memória coletiva é o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente destes terem sido sentidos e experimentados por alguém (HALBWACHS, 1925, p. 30)

Para o autor, a associação da memória com a sociedade acontece a partir das interações sociais entre os indivíduos, assim mesmo, a memória sendo individual é o resultado do modo de viver do coletivo. Joutard (2000, p. 43) observou que “houve desde o início, uma estreita ligação entre história oral e identidade, onde a memória é elemento que se processa do presente para o passado”. Para nós, isso possibilita compreender as formas que se constituem o sentido da identidade que no caso dos remanescentes de quilombo de Professor Jamil, abrange um processo que visa superar os obstáculos do esquecimento e fortalecer seu senso de pertencimento.

Tendo em vista os fatos analisados, através dos relatos de memória presentes na pesquisa, buscamos verificar as formas como a identidade é construída pelos membros da Comunidade Boa Nova frente à requisição das políticas de compensação.

2.2.1 O que orienta a história oral

Com a prerrogativa de construir uma investigação envolvendo memória e história, a metodologia mais adequada para esta finalidade é o uso das entrevistas na forma como é orientada pela concepção da história oral, ou seja, a produção de documentos ou fontes orais que permitem uma abordagem sobre fatos que não são relatados em documentos, como é o caso da Comunidade Boa Nova em Professor Jamil. Com essa metodologia é possível analisar a construção da identidade quilombola por diferentes perspectivas, além de contribuir para compreensão da memória como instrumento de poder, pois, como salientado por Meihy (2007, p. 15) “não se trata apenas de um ato ou procedimento único. História Oral é a soma articulada, planejada, de algumas atitudes pensadas como um conjunto”.

Entre muitas questões, vamos primeiramente procurar esclarecer os conceitos e definições que envolvem a história oral e conseqüentemente sua utilização como base metodológica. Por isso, num primeiro momento tentaremos responder perguntas como: O que é história oral? Como ela permite analisar cientificamente a relação de memória e identidade numa comunidade tradicional?

De acordo com a explicação de Meihy e Holanda (2007), a história oral tem todo um conjunto de procedimentos a ser seguido, que inicia com a elaboração de um projeto que prevê:

[...] planejamento da condução das gravações com definições de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 15).

Ainda de acordo com os autores, os principais conceitos de história oral são:

- 1 – História oral é uma prática de apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destinada a: recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente, e facilitar o conhecimento do meio imediato;
- 2 – A formulação de documentos através de registros eletrônicos é um dos objetivos da história oral. Contudo, esses registros podem também ser analisados a fim de favorecer estudos de identidades e memórias coletivas;

- 3 – História oral é uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de entrevistas gravadas em aparelhos eletrônicos e transformadas em textos escritos;
- 4 – História oral é um processo sistêmico de uso de entrevistas gravadas, vertidas do oral para o escrito, com o fim de promover o registro e o uso de entrevistas. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.18)

Sobre o item 1 destacado pelos autores, nossa proposta consiste justamente em coletar testemunhos dos quilombolas para facilitar o conhecimento da realidade da comunidade. No entanto, resguardamos que, diferente de Meihy e Holanda (2007), não fizemos apenas coletas de informações por via eletrônica, também usamos fontes documentais e bibliográficas.

Também é preciso atentar para o fato que a entrevista de história oral não é como as convencionais, é preciso ter em mente essa distinção, pois é muito importante para não comprometer o projeto. Assim, Meihy e Holanda (2007, p. 19), explicam que “a entrevista de história oral é sempre um processo dialógico, isto é, que demanda a existência de pelo menos duas pessoas em diálogo, porém não se trata de uma conversa e sim de relação programada, atenta às gravações”. Para isso acontecer, é fundamental contar com o contato humano, pois de acordo com os autores não é possível produzir história oral por vias indiretas, como telefone ou e-mail e por mais que o contato direto com a interlocução pessoal possa interferir na exposição das narrações, a ausência dele, torna as declarações menos espontâneas e demanda variações narrativas que seriam diferentes.

Em relação ao item 2, os registros colhidos na Comunidade da Boa Nova podem ser analisados com o intuito de entender a relação da memória quilombola com a respectiva criação da identidade do lugar para, posteriormente, analisarmos como a memória e identidade fazem parte de um instrumento de luta em Professor Jamil. Tendo em vista essa dimensão de memória coletiva e identidade social presente na história oral, além dos autores já citados, Delgado (2006) também ressalta que:

O ato de relembrar insere-se entre as possibilidades múltiplas de registro do passado, elaboração das representações e afirmação de identidades construídas na dinâmica da História. Portanto, a memória passa a se constituir como fundamento de processos identitários, referindo-se a culturas, comportamentos e hábitos coletivos, uma vez que o relembrar individual – especialmente aquele orientado por uma perspectiva histórica – relaciona-se à inserção social e também histórica de cada depoente (DELGADO, 2006, p. 46).

Seguindo essa linha de raciocínio, Delgado (2006, p. 9) também ressalta que, “a memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente”. Nesse sentido, é preciso atentar para a dinâmica do tempo, que influencia na construção

das análises, “pois, apesar dos acontecimentos e processos históricos serem imutáveis, os historiadores, os sujeitos e testemunhas da história constroem análises naturalmente influenciados pelo tempo no qual estão inseridos” (DELGADO, 2006, p. 9). Assim, para analisar o passado, existe a influência das representações do presente, que logicamente não dão conta de alterar o passado, mas podem modificar ou reafirmar o significado do que passou, bem como as representações individuais ou coletivas.

Ou seja, mesmo lidando com o passado, o historiador, ou investigador, é fruto do seu tempo. Além da teoria, ele carrega nas suas análises quem ele é e muitas vezes é preciso buscar a maior imparcialidade possível para não tornar tendencioso seu objeto de pesquisa. Afinal, para o historiador o “passado” é um produto construído a partir da intelectualidade do pesquisador, que, embora permita compreender muito sobre tempos passados não faz efetivamente o seu “resgate”.

Ainda segundo Delgado (2006), a metodologia da História Oral auxilia na construção ou reconstrução da identidade histórica, contribuindo para registrar diversas visões sobre o que passou, evitar o esquecimento e possibilitar a manifestação da pluralidade de visões pertencentes à vida coletiva. Neves (1999, p. 112), de sua parte, infere que “uma das maiores potencialidades da metodologia da História Oral refere-se ao seu caráter heterogêneo e essencialmente dinâmico de captação do que passou, segundo a visão de diferentes depoentes”. Isso mostra que a produção de documento usando esse método é complexa por envolver intersubjetividades e busca de construção de evidências históricas.

Com base nessa visão, Delgado (2006, p. 61) afirma que “a memória, portanto, traduz registro de espaços, tempos, experiências, imagens, representações”. E, ainda, que as identidades são marcadas pelo reconhecimento das diferenças, visto que:

As identidades são representações coletivas contextualizadas e relativas a povos, comunidades, pessoas, já que a humanidade não é genérica nem caracterizada por universalismo abstrato. Ao contrário, encarna-se em expressões e formas originais e específicas, traduzidas por identidades religiosas, de gênero, políticas, corporativas, nacionais, culturais, partidárias, ideológicas. Não há identidade sem alteridade, sem comparação. [...] Nesse sentido, as identidades, que são também representações, constituem-se através da polaridade eu/outro (DELGADO, 2006, p. 61).

Para ressaltar os conceitos de Meihy e Holanda (2007), no que concerne ao item 3, todas as entrevistas e documentação anexada de Professor Jamil que se referem à identidade dos quilombolas, transformadas em texto para que possam contribuir futuramente para estudos de identidade e memória do lugar. Por último, a respeito do item

4, temos a pretensão de promover o registro desse estudo para transformá-lo em fonte de estudo permanente a partir da publicação da dissertação, em forma de artigo, ou capítulos de livro, divulgação por meio de palestras etc.

Tendo refletido sobre as definições de história oral e porque optamos pelo emprego de sua metodologia, podemos partir para outro ponto importante sobre seu esclarecimento. É sabido que, assim como outras metodologias, a história oral é passível de críticas. Tendo a particularizar entrevistas e testemunhos, uma das ressalvas que o método recebe é de sua análise reproduzir apenas o imaginário individual ou coletivo, não se comprometendo de fato com o exercício de construção da verdade.

No entanto, a condição de verdade histórica é falsa, como diria Bloch (2001), o objetivo da História não é retratar a verdade do passado nem mesmo resgatá-lo. A função do historiador e da História é “estudar os homens no tempo”. E, acrescenta, “a história tem por objeto o homem e por isso ela é a ciência que estuda os homens no tempo; [...] uma ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55-67).

Portanto, nosso exercício consiste em relatar experiências, dinâmica social, imaginário individual e coletivo, o uso da memória e a consequente construção da identidade quilombola como mecanismo de poder. Não é nossa pretensão, até por convicções teóricas, discutir as questões dos quilombolas numa ótica de verdade ou mentira, até porque se propor a isso numa perspectiva da história cultural seria inviável.

Tendo em vista a discussão apresentada, a história oral como metodologia implica formular entrevistas para se chegar a uma compreensão do meio social, onde, de acordo Meihy e Holanda (2007, p. 72), “tudo giraria em torno delas, que atuariam como força centrífuga das preocupações”. Além do que, esclarecem que desde o estabelecimento do projeto, os oralistas devem canalizar a atenção em pontos extremamente importantes que são os critérios de escolha das entrevistas, o seu processamento, a passagem do oral para o escrito e os resultados analíticos. A respeito é preciso então estabelecer os passos do processo de operação da história oral, delineando o projeto. De acordo com Meihy e Holanda, (2007, p. 30) que implica em estabelecer os seis momentos principais de sua realização, que são:

1. Elaboração do projeto;
2. gravação;
3. estabelecimento do documento escrito e sua seriação;
4. sua eventual análise;

5. arquivamento; e
6. devolução social.

Compartilhando dos fundamentos apresentados pelos autores consideramos essas etapas fundamentais e foram seguidas em nosso projeto. O primeiro momento, a elaboração do projeto, foi o período onde os critérios de todos os procedimentos foram definidos, só depois dele pudemos partir para o momento da entrevista que foi um dos mais importantes e precisou ser pensado com muito cuidado para não comprometer a pesquisa. Por isso, foi fundamental estabelecer todos os detalhes como local ideal, tempo de duração, estímulos, equipamento necessários para a gravação, quem entrevistar, como arquivar entre outros. Tudo precisou ser pensado previamente na elaboração do projeto, sendo que as entrevistas definiram o destino do texto final, tendo em vista que “o instante da gravação foi fundamental por ser o tempo da primeira atitude de materialização do processo inicial do projeto” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 30).

Na terceira etapa foi preciso passar a gravação para o documento escrito com bastante cuidado para não alterar o sentido das palavras. No que depende do projeto a confecção do documento escrito pode ser literal ou documental, por isso, os autores sugerem seguir alguns passos: transcrição literal do oral para o escrito; textualização (transliteração da fala do colaborador no texto, deixando a leitura fluída); e teatralização do discurso incluindo emoções como choro, risos, silêncio. Por fim, é importante lembrar que o texto final da entrevista transcrita deve ser autorizada pelo entrevistado antes da divulgação.

A quarta etapa foi o momento de analisar o documento gerado pela entrevista, podendo ou não ocorrer de acordo com o objetivo do projeto. Já a fase cinco, de arquivamento, é a hora em que o pesquisador precisa mostrar a responsabilidade na manutenção do material, refletindo sobre como torná-lo acessível ao público. Como defendem os autores, “só faz sentido discutir o documento em história oral se for considerada a sua disponibilidade pública” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 30).

Por último, o pesquisador precisa dar um retorno ao grupo que colaborou com as entrevistas para garantir o compromisso ético da pesquisa. O retorno pode ser o material final ou até mesmo uma exposição dos resultados para a comunidade.

2.2.2 A história da comunidade quilombola Boa Nova a partir da oralidade do grupo

Os remanescentes da Comunidade Quilombola Boa Nova estão organizados a partir da Associação Quilombola Boa Nova, que foi reconhecida como comunidade **Autodeclarada como Remanescente de Quilombo**, pelo presidente da Fundação Cultural Palmares Edi Freitas de Paula, tendo em vista o Artigo 1º da Lei nº 7.668, de agosto de 1988 e pelo Decreto nº 4.887, de novembro de 2003, em 10 de agosto de 2016.

A Comunidade está localizada na cidade de Professor Jamil, que se divide basicamente em dois territórios urbanos, além da extensão rural. Na parte urbana, temos o bairro Campo Limpo onde concentram-se os moradores de maioria branca e na parte baixa da cidade, o bairro Boa Nova onde mora a maioria dos quilombolas. Cabe ressaltar que, apesar dessa maior concentração de brancos e quilombolas nos bairros citados, há em Professor Jamil quilombolas espalhados por todos os cantos da cidade. Assim como pessoas brancas ou não declaradas quilombolas.

Na zona rural, fica a maioria dos fazendeiros que também são as pessoas mais ricas do município. Além deles, muitos quilombolas vivem em pequenos ranchos e sobrevivem do trabalho na roça, outros se deslocam até o lugar para trabalharem no setor agropecuário do município. Chama atenção as condições para o deslocamento até o campo, as estradas encontram-se em péssimas condições de manutenção, o que acabou dificultando nosso acesso às comunidades rurais quilombolas.

Figura 1 - Casa de um morador quilombola - rancho localizado na zona rural



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2018)

Em relação à divisão territorial urbana, este processo iniciou-se a partir dos anos de 1940, quando diversas pessoas migraram para a região, motivadas por diversos fatores. Em geral, os imigrantes que chegaram a Professor Jamil e povoaram a parte alta, eram pessoas brancas descendentes de libaneses, que exploravam a região de Goiás em busca de “terras sem dono” no processo de ocupação do Centro-Oeste, incentivados pela política econômica do Governo Vargas.

Já os que chegaram e povoaram a parte baixa da cidade eram exclusivamente negros, remanescentes de quilombos oriundos de fazendas de Minas Gerais, São Paulo e Bahia, além de quilombolas que vinham dos entornos de Goiânia e outras regiões de Goiás e, também do Mato Grosso. Eram atraídos por grandes fazendeiros da região que prometiam trabalho nas lavouras e/ou buscavam ajuda médica e espiritual, oferecida pelo líder religioso Alírio Teixeira, que se tornou o patriarca dos quilombolas na cidade.

De acordo com a Senhora Luzia Cristina do Carmo, presidente da Associação Quilombola Boa Nova, há entre 600 a 700 quilombolas no município atualmente (2018), e a ocupação da parte baixa de Professor Jamil conta com 150 famílias, além de outras casas que estão sendo construídas para volta de outros quilombolas que deixaram o lugar décadas atrás em busca de melhores oportunidades de trabalho.

De acordo com os relatos dos próprios quilombolas, a totalidade territorial que compunha a área foi subdividida em várias fazendas, entre os proprietários estão os herdeiros da família Sáfady e seus cônjuges, além dos novos donos que compraram de alguns herdeiros porções do território. Além disso, outros lotes de terras foram doados por estes fazendeiros para alguns moradores mais pobres que prestaram ou prestam algum tipo de serviço para eles. No entanto, de acordo com Luzia⁵, poucos têm escritura dos seus terrenos, a maioria possui apenas recibo de compra e venda, isso aconteceu porque no início do povoamento nos anos de 1940 as terras onde está situado o município de Professor Jamil eram não pertenciam a propriedade privada. Em sua maioria encontravam-se sob controle do Estado.

Nesse processo, a Comunidade Quilombola Boa Nova que tem a sua origem a partir de remanescentes de quilombo que eram descendentes diretos de ex-escravos que viviam em outras regiões do Brasil, migraram para a região do município e iam gradualmente ocupando essas terras. Os relatos, transmitidos de geração para geração a partir da

⁵ Luzia Cristina do Carmo nascida em 01 de março de 1963 é presidente da Associação Quilombola Boa Nova de Professor Jamil. Devido aos seus esforços, a comunidade negra do município se organizou e passou a lutar pelos seus direitos.

oralidade, narram que a comunidade se originou principalmente da região de São João Del Rei, Diamantina, Lavras e Patos de Minas, no sul de Minas Gerais.

Nessa região, existiram senzalas e após o fim da escravidão, em 1888, os escravos começaram um processo migratório em busca de oportunidade de trabalho livre remunerado e, nesse processo, acabaram chegando à Professor Jamil. Sobre esses relatos, a presidente da Associação Quilombola nos cedeu um trabalho realizado pela Associação dos Bancários do Brasil, em 2017, que reúne alguns depoimentos que falam acerca da imigração das famílias para a cidade de Professor Jamil. Vejamos alguns relatos:

A família de José Maximiano da Silva, veio da cidade de São João Del Rei, do estado de Minas Gerais, a mais ou menos 70 anos atrás quando tinha apenas 12 anos de idade. Ele veio após presenciar a morte dos pais em Minas Gerais por um capitão do Mato, revoltado, saiu pelo mundo andando a pé, encontrou um grupo pelo caminho tocando bois e acompanhou esse grupo, vindo se instalar em Professor Jamil que era distrito de Piracanjuba, antigo Pouso Alto. Trabalhava na zona rural em troca de comida, apenas para sobrevivência. Casou-se em Professor Jamil e formou família (COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DF E ENTORNO, 2017, p. 124).

Além dele também vieram para região, Geraldo Modesto de Jesus, 66 anos, e Cleusa Maria Martins de Jesus, 61 anos:

[...] é uma família que segue a religião umbanda. Quando jovens, vieram de um garimpo em Uruaçu-GO, onde moravam, para Professor Jamil. Cleusa já foi parteira, assistente de parteira, além de benzedeira e curandeira. Dona Cleusa diz ter nascido com dons mediúnicos. O casal trabalhava em carvoaria e garimpo. Os pais deles moravam em Professor Jamil, trabalhavam em draga como pazeiro, carregador de caminhão. O pai do Sr. Geraldo se chamava Mariano Lino da Silva e a mãe Embelina Modesta de Jesus, e vieram de Porangatu/GO, pois tinham o senhor Alírio como parente (COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DF E ENTORNO, 2017, p. 125).

Também veio no período, a família de João Heleno Caetano, atraída pelo espiritismo.

Os avós de João Heleno Caetano trabalhavam em fazenda praticamente em regime de escravidão. João Heleno conhecido como Cavaco, morava em Minas Gerais, veio para Professor Jamil depois de seus irmãos João Firmino e Antônio. Marta Caetano, filha de João Heleno, conta que ele adoeceu e foram para Palmelo/GO primeiramente procurar recurso espiritual, lá descobriram que em Professor Jamil tinha um médium chamado Sr. Alírio, de lá vieram e se instalaram em Professor Jamil, onde moram a mais ou menos 50 anos. Moravam em uma fazenda, no início viviam em casa de pau a pique, depois as casas foram construídas de adobe e capim. Dos 13 filhos, 12 nasceram em casa, somente 1 nasceu no hospital. Eram da religião espírita. Sofreram muita discriminação por conta da cor da pele. Eles lavavam roupa no córrego, buscavam lenha na cabeça, tiravam água na cisterna. Os vizinhos eram todos unidos, uns ajudando os outros. Não tinham energia elétrica, a iluminação era com lamparina (COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DF E ENTORNO, 2017, p. 125).

A outra história é a do senhor Andrezinho Miranda, de 78 anos, que veio de Minas Gerais para Professor Jamil em busca de emprego.

Natural de Patos de Minas, no estado de Minas Gerais. Como em Minas Gerais não havia ofertas de emprego veio para Goiás em meados dos anos de 1960, depois seguiu viagem para os arredores de Campo Limpo, antigo distrito de Piracanjuba e trabalhou como tratorista para o fazendeiro Urias Ponciano, e acabou construindo sua família, formada de sua esposa e quatro filhos. Depois de ser tratorista começou a trabalhar como comprador e vendedor de cereais, antes, porém, trabalhou na construção de Brasília, a atual capital do país. Contudo, nunca deixou a cidade de Professor Jamil (COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DF E ENTORNO, 2017, p. 126).

Além de quilombolas mineiros, migraram para Professor Jamil, muitos remanescentes de quilombo vindos da Bahia. Nesta condição, Dona Adelaide que já foi tratada como escrava e Dona Flora Pereira da Silva Brito que é benzedeira na região.

Dona Adelaide tem 69 anos, era da Bahia, foi criada lá, depois veio para Goiânia, mora em Professor Jamil há mais ou menos 22 anos. Segundo a filha, Dona Adelaide sofreu maus tratos na Bahia, foi tratada como escrava: sofreu queimaduras, era torturada, passou fome, apanhava com tábuas com prego, para fazer os serviços. Dona Adelaide é cadeirante devido a Acidente Vascular Encefálico. Teve 13 filhos, dos quais 6 são vivos. Dona Flora Pereira da Silva Brito é esposa de José Ludoino de Brito. Dona Flora é benzedeira e conta que seu pai Paulo Pereira da Silva veio da Bahia aos 14 anos com um grupo de amigos e se instalou em Goiás, moravam em Santa Cruz (hoje Cromínia). Após se casarem moraram em Piracanjuba e de lá vieram para Campo Limpo, hoje Professor Jamil, onde vivem há mais de 40 anos, refere que o pai trabalhava nas fazendas da redondeza. Os mais de 10 filhos nasceram nesta cidade, sendo a maioria em Professor Jamil, todos nasceram em casa, com exceção do caçula que nasceu em hospital. Refere que o marido que fazia os partos, Dona Flora é benzedeira na região (COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DF E ENTORNO, 2017, p. 126).

Tendo em vista os depoimentos dos quilombolas mais antigos de Professor Jamil, podemos concluir que Minas Gerais e Bahia foram os pontos de origem da comunidade quilombola que se instalou em Professor Jamil. A maioria das famílias permanece no lugar até os tempos atuais e se sente intimamente ligada à história de Professor Jamil, portanto, usa seus relatos como recurso de manutenção da cultura quilombola na cidade.

2.2.3 Práticas culturais e a busca pela reafirmação da identidade em Professor Jamil

A relação de pertencimento com o grupo na Comunidade Boa Nova é baseado nos laços de parentesco, no trabalho e na preservação de sua cultura, garantida principalmente a partir das histórias dos moradores mais antigos. Desse modo, ao narrarem memórias para

elucidar o cotidiano antes do reconhecimento como comunidade autodeclarada, vários depoimentos foram marcados por reações de choro e comoção ao relembrar situações traumáticas que até hoje mexem com o imaginário da Comunidade.

Além de situações como esta, em vários depoimentos foram constatados uma pausa, ou um silêncio que falava sem voz. Era a angustia de relembrar o sofrimento do passado que mesmo superado, ainda influencia muito a sensibilidade dos moradores. Foram vários os relatos de racismo, preconceito, discriminação e outros tipos de humilhação que atingiram os quilombolas. Entretanto, conforme enfatizado por Pollack (1989), o silenciamento sobre si próprio não significa esquecimento. Isto pode ser observado no trecho da entrevista concedida pela moradora da comunidade Lúcia, de 62 anos, “eu lembro que a gente nem podia ir do outro lado que era apedrejado” (Lúcia, 2019). Outra fala nesta direção é de Luzia Cristina: “quantas vezes a gente ouvia dos brancos aqui da cidade ‘volta para a senzala preto fedido’” (Luzia, 2019).

Nesse sentido, no decorrer das entrevistas revelou-se que essa memória, em parte silenciada, decorre de um sentimento que visa superar a opressão, o preconceito e estabelecer a justiça. Isto é, trazer à tona todas as lembranças ruins, por mais doloroso que seja, serve como denúncia daqueles que lhes causaram mal. Sobre isto, Luzia Cristina do Carmo diz:

Contar nossa história é prazeroso, mas é triste ao mesmo tempo. Mas precisa ser contada. Não podemos ficar calados como se nada de ruim tivesse acontecido conosco ou se o que aconteceu já passou e está superado. Fazer isso seria colaborar para a manutenção da cultura de nossos opressores. Isso não é vitimismo, é lutar por direitos iguais para que todos saibam que existem culpados sim e estes precisam ser denunciados! (Luzia, 2019).

Portanto, esse discurso aparentemente triste que se confunde com uma narrativa factual, na verdade é uma ferramenta para a busca de justiça e que dá sentido à luta interna do grupo. São narrativas que valorizam a historicidade da comunidade, além de fundamentar a concepção de cidadania e pertencimento dessa comunidade.

Nessa conjuntura, as representações culturais da comunidade Boa Nova, são tanto dedicadas à religiosidade quanto ao entretenimento. Nesse sentido, nossa perspectiva foi buscar elencar o que a comunidade descreve como sendo suas práticas culturais, que permitem apreender a dimensão da simbologia da comunidade que foi construída em torno da religião espírita. Blume (2004, p. 51) ressalva, que este redirecionamento sobre como as práticas culturais “se apresenta, intenciona apreender a dimensão simbólica da

comunidade, pois, é a forma como os grupos sociais se identificam e se relacionam com a experiência vivida, um passado afetivo, mantido pelas representações culturais”.

Portanto, com base nos relatos dos remanescentes da Comunidade Quilombola Boa Nova foi possível enumerar as principais representações culturais que, de acordo com as entrevistas, são o artesanato, a religiosidade, as festividades que buscam a valorização da cultura afrodescendente. Essas práticas reforçam, ainda mais, o exercício de construção e manutenção da identidade da Comunidade e de sua história, sendo que, recentemente, muitas comemorações passaram a cumprir um papel de reafirmação da sua identidade no interior da comunidade jambilense.

A atividade produtiva artesanal, por exemplo, é considerada pelo grupo como um bem material e uma atividade rentável. A Comunidade tem buscado por meio de projetos aumentar a produção artesanal e agregar valor ao produto como um artesanato quilombola. Os principais trabalhos artesanais desenvolvidos por eles correspondem a trabalhos com madeira, barro e tear, com os quais são produzidas peneiras, colheres de pau, tapetes, crochê, bonecas de pano, pinturas em tecidos, dentre outros.

Figura 2 – Bonecas quilombolas e chinelos decorados com missangas





Fonte: Arquivo pessoal do autor (2019)

Produzir estes materiais é, na concepção da Comunidade, uma forma de expressar seus valores e sua luta. Além disso, de acordo com Luzia, é uma tentativa de resgatar por meio da arte a cultura afro, por isso, procuram através da confecção desses objetos manter viva e difundida sua história e sua cultura.

2.2.4 O maculê, capoeira e o arraial afro

“Ô boa noite pra quem é de boa noite/Ô bom dia pra quem é de bom dia/A benção meu papai a benção/Maculê é o rei da valentia”.

O Maculelê é uma prática cultural que surgiu no Brasil, na região da Bahia, no século XVI, teria sido a arte precursora da capoeira que é mais conhecida pelos brasileiros atualmente. Ela corresponde numa expressão teatral que conta através da dança e de cânticos, a lenda de um jovem guerreiro, que sozinho conseguiu defender sua tribo de outra tribo rival, usando apenas dois pedaços de pau, tornando-se o herói da tribo.

A originalidade desta arte, ainda é fonte de debates entre os estudiosos. Para alguns pesquisadores, a matriz é africana e teria chegado ao Brasil a partir do tráfico de escravos praticado pelos portugueses no século XVI. Porém, outros pesquisadores afirmam, que a

dança teatral surgiu dos índios brasileiros que teriam se fundido com a cultura afro nos quilombos que se formaram no Brasil, no período da colonização.

De acordo com Mutti (1968) e Almeida (1951), a lenda da qual surgiu o maculelê possui também várias versões, seria o Maculelê um negro fugido que tinha doença de pele. Ele foi acolhido por uma tribo indígena e cuidado por eles, mas, ainda assim, não podia realizar todas as atividades com o grupo, por não ser um índio. A segunda versão relata que, Maculelê era um índio preguiçoso e que não fazia nada certo; por esta razão, os demais homens da tribo saíam em busca de alimento e deixavam-no com as mulheres, os idosos e as crianças.

Todo mês de dezembro, a Comunidade Boa Nova realiza uma festa na praça principal do bairro Boa Nova com intuito de apresentar o Maculêle para a população. Nessas apresentações, são usados instrumentos musicais de matriz africana como por exemplo o atabaque⁶. Além de contar com instrumento musical como o atabaque, outros recursos são usados na encenação do Maculêle, como camisas e calças comuns aos africanos, de algodão cru e pés descalços, além de pintarem os rostos e as partes desnudas com tintas feitas com restos de fuligem de carvão ou do fundo de panelas.

O que se constitui nesses contextos foi uma nova representação cultural, notável por sua peculiaridade, que independente de sua origem. Para a Comunidade Quilombola é um instrumento de manutenção da sua cultura e um requisito fundamental para formação da sua identidade. Além da teatralização do maculelê em dezembro, acontece em junho na Comunidade Boa Nova “o arraial afro”. Segundo relatos dos moradores, se trata de uma quadrilha afro que tem como objetivos, além do entretenimento, retratar por meio de uma das danças folclóricas mais famosas do Brasil, a cultura afro. Ela é especial porque cultua-se personagens históricos da memória quilombola como Zumbi dos Palmares, personagem importante na história da resistência dos negros à escravidão.

Mesmo contando com essa comemoração voltada para a cultura africana, os quilombolas não deixam de comemorar também a tradicional festa junina em homenagem aos santos católicos. No calendário festivo de junho da Comunidade, homenageia-se três santos, sendo eles: Santo Antônio (13 de junho), São João (24 de junho) e São Pedro (30 de junho).

⁶ De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, Atabaque é um instrumento musical de percussão afro-brasileiro. O nome se originou do termo árabe al-Tabaq, que significa "prato". Constitui-se de um tambor cilíndrico ou ligeiramente cônico, com uma das bocas coberta de couro de boi, veado ou bode.

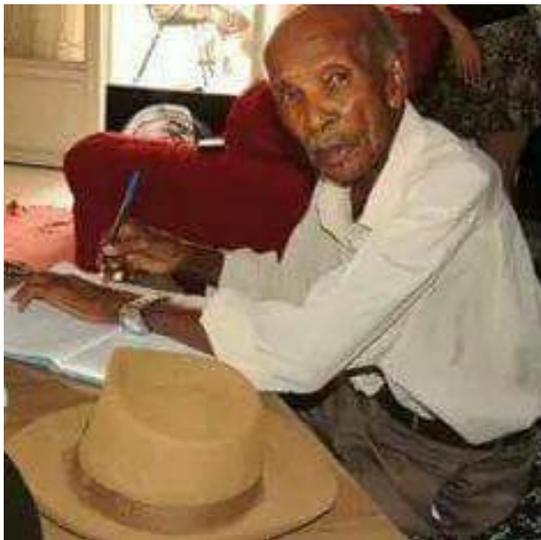
De acordo com a presidente da Associação Quilombola, se trata das poucas festas “brancas” católicas praticadas pela Comunidade. Em geral, as comemorações dos quilombolas se relaciona com a memória negra africana. No entanto, abre-se exceção para esta celebração no mês de junho, por acontecer nesse período muitos batizados na Comunidade. Além disso, o entretenimento que estas festas promove como fogueiras tradicionais, quadrilha e as famosas barraquinhas de comidas típicas caíram no gosto da Comunidade.

2.2.5 Religião

De acordo com o IBGE (2010), Professor Jamil apresenta uma população quase totalmente cristã, dividida entre católicos, evangélicos de algumas denominações, espíritas e um número menor de adeptos de outras crenças. A religião católica conta com uma sede na Praça da Matriz, e possui na cidade 1.732 fiéis, que constituem aproximadamente 53,5% da população do município. Os evangélicos são em número de 656 fiéis, divididos em 8 igrejas diferentes, do qual aproximadamente 20,2% da população. Já o espiritismo – e esse é um fato que chama atenção, pois, segundo relatos das lideranças foi introduzido na cidade pelos quilombolas – conta com 573 adeptos, o que constitui 17,7% da população. Este percentual é significativo e bastante acima da média em relação à população brasileira em geral, na qual o espiritismo tem aproximadamente 3% de adeptos, e, também, dos municípios goianos em particular, nas quais varia entre 3% e 10%. Esse dado é fundamental para esta pesquisa, visto que o espiritismo apresenta seu núcleo principal na Praça do setor Boa Nova.

Vale salientar que o bairro Boa Nova é aonde se concentra a maior parte dos quilombolas da cidade e o ponto de encontro mencionado pelo documento é o Centro Espírita Luz e Caridade, fundado pelo Sr. Alírio. Sabendo disso, como uma figura tão marcante na memória do município, que prestou diversos serviços à comunidade chegando até a ser chefe do executivo municipal, não é citado em nenhum momento pelas fontes oficiais? A impressão que fica é que os quilombolas nunca existiram ou não existem no município, sendo que verificamos que a religião e a religiosidade estão intimamente ligadas à história de Professor Jamil e da comunidade Boa Nova.

Figura 3 – Sr. Alírio Teixeira



Fonte: Associação Quilombola Boa Nova (2014)

Figura 4 – Centro Espírita Luz e Verdade



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2018)

Paralelo à implantação do espiritismo, ocorreu em Professor Jamil, a construção da Igreja Católica na parte alta da cidade. De acordo com as informações encontradas nos documentos oficiais da cidade, como o Plano Municipal de Educação (PME), temos que:

Em 1942, quando um grupo de pessoas se uniu e construiu um campo de futebol. Também neste mesmo ano houve o funcionamento da primeira venda do Senhor Marcilio Jacinto de Lemos, a venda era chamada de “venda do seu Marcilio”. E

ao lado desta casa, foi feito por Tufi uma casa que passou a ser a Capela e a Escola. Inicialmente esta região era chamada de “Campo Limpo”, pois era um local bastante limpo e como a terra é branca, passava uma impressão de região limpa, por isso o nome. O meu pai Ponciano de Melo, dono da fazenda Dourados, doou quatro alqueires de suas terras. O Senhor Tufi adquiriu mais dois alqueires do senhor Orismundo Modesto e doou para a formação do patrimônio com estes seis alqueires. [...] A primeira missa realizada no patrimônio, que até então se chamava Campo Limpo, foi celebrada pelo frei Leônidas, do município de Piracanjuba, por volta do ano de 1952. Com a perseverança dos pioneiros, o povoamento aumentou, chegando logo à condição de distrito do município de Piracanjuba. Pela Lei nº 11.404, de 16 de janeiro de 1991, ficou criado o município de Professor Jamil. A denominação do município foi uma homenagem que dois de seus mais importantes pioneiros Taufic e Jorge Salim Sáfady, resolveram prestar a seu irmão Jamil Salim Sáfady (PROFESSOR JAMIL/PME, 2015).

O que relevamos dessas narrativas, ou seja, a do documento oficial da cidade e as entrevistas com os quilombolas, é a existência de duas memórias sobre a cidade, uma oficial, que destaca a presença dos brancos e cristãos católicos, o que deixa de lado as demais participações de outros grupos da população, que exclui a presença dos negros e da religião espírita – que na época (décadas de 1940/1950) também era menosprezada por parte das elites dominantes, especialmente aquelas ligadas ao catolicismo.

Figura 4 – Fachada da Igreja Matriz de Professor Jamil



Fonte: Mapio.net. (2018)

Diante desse cenário de diferentes representações religiosas, e de diferentes visões sobre a construção da memória local, o que procuramos demonstrar em relação à religiosidade dos habitantes de Professor Jamil é que a construção da identidade dos grupos em que se divide a sociedade local perpassa pelas experiências religiosas e culturais, sendo que estas estão ativas como fontes da luta pela memória e pela identidade do município.

2.2.6 Encontro da Consciência Negra

O Encontro da Consciência Negra na Comunidade Boa Nova, teve início em 2009, por iniciativa da Associação Quilombola e é considerado um dos mais importantes eventos da Comunidade. Acontece na Escola Estadual Boa Nova, que fica na parte baixa de Professor Jamil, onde reside a maior parte dos remanescentes de quilombo, todo dia 20 de novembro. Na oportunidade são desenvolvidas rodas de conversas, palestras, teatros, danças, apresentações de literatura dentre outras atividades que têm por objetivo promover a memória e a cultura africana na Comunidade.

As crianças, apresentam espetáculos de dança afro como axé, além de confeccionaram um pequeno livro de memória que reúne os depoimentos dos moradores quilombolas mais antigos da cidade que serve de homenagem àqueles que lutaram e resistiram a opressão em Professor Jamil.

Figura 5 – Apresentação das crianças na Escola Boa Nova



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2018)

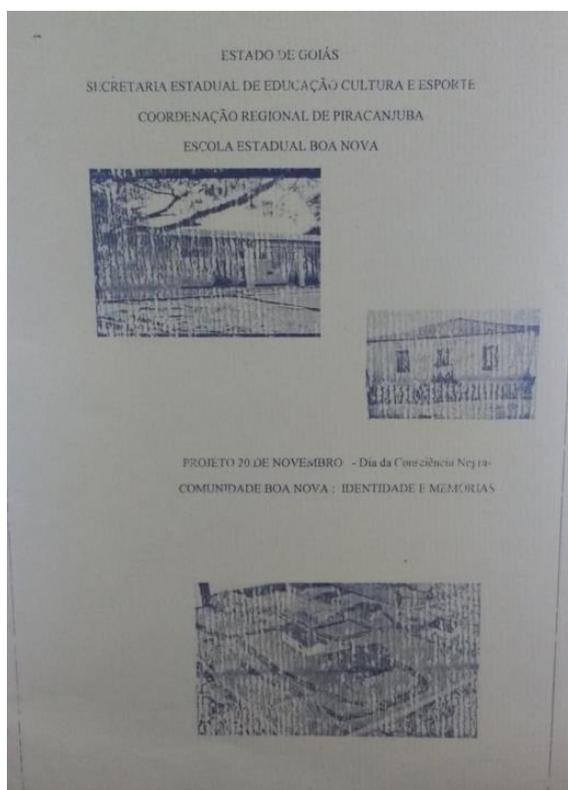
É realizado também, durante o mês de novembro, um concurso cultural de redação, no qual os alunos do ensino fundamental da Escola Boa Nova apresentam textos com o objetivo de falar da cultura africana e da história de luta dos quilombolas da Comunidade. Ao final do mês, é escolhida uma redação que é premiada com uma medalha.

Além disso, durante todo o mês a Associação realiza visitas às famílias quilombolas para falar da cultura negra e, principalmente, esclarecer para os moradores a Lei nº 10.639/ano, que trata da obrigatoriedade do ensino da cultura negra no Brasil. Dentre outras coisas, acontecem também sessões de cinema na praça principal do bairro com exibição de filmes relacionados ao tema.

Estes eventos têm a preocupação de manter viva a memória e a história desta Comunidade, que é uma ferramenta importante para lutar pelos seus direitos, que de acordo com Silva (2002):

[...] dialogam com as preocupações políticas da comunidade e com a historicidade que se deseja ressaltar. [...] estas comemorações oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objeto de interesses em jogo, isto é, as rememorações buscam ressaltar fatos considerados importantes, a fim de impedir o esquecimento e evidenciar sua importância no presente (SILVA, 2002, p. 436).

Figura 6 – Capa do livro de memórias produzido pelos alunos da Escola Boa Nova



Fonte: Arquivo pessoal ao autor (2018)

Portanto, ao promoverem estes eventos informativos e formativos sobre sua cultura, memória e história, esses sujeitos quilombolas nos levam a considerar que a identidade e as políticas acionadas não se tratam de algo pronto, inerte pelo passado, mas de um processo contínuo no cotidiano que busca formar a identidade que é extremamente importante para a defesa de suas causas.

2.2.7 A construção do significado e do conceito histórico do quilombo

O conceito e a definição de quilombo passam, primeiramente, por uma periodização histórica que deu à palavra uma série de significados de acordo com o tempo. Em outras palavras, o quilombo do passado colonial brasileiro não é o mesmo quilombo da fase imperial e republicana, e, também, não é o mesmo que fundamenta atualmente a identidade dos remanescentes de quilombo.

Historicamente, os quilombos são conhecidos, em geral, como locais de fuga dos escravos no período da escravidão, que vai do século XVI ao XIX. No entanto, sua definição mais usual é muito mais contemporânea do que isso. Mas, como prerrogativa da História, para se chegar ao presente deve-se primeiro refletir sobre o passado. Portanto, vamos começar a discutir sobre o que é o quilombo desde sua primeira citação nos registros do século XVI.

Segundo Reis (1996, p. 15), “durante o período colonial não existia uma definição precisa para o termo, [...] diversos textos chegaram a tratar do assunto, mas não chegaram a construir uma unidade conceitual”. Porém, tempos mais tarde, a palavra passou a ser comumente citada nas principais fontes do passado brasileiro do século XVIII.

Foram nos registros do Regimento dos capitães-do-mato em 1722, que a palavra quilombo começou a ser utilizada pela primeira vez na história do Brasil. Fiabani (2012, p. 266) afirma que no referido documento, “em seu artigo 3º, definia quilombo como: povoações de negros fugidos formados distantes de povoações, onde se encontram acima de quatro negros, com ranchos e pilões e ali estabeleceram moradia habitual”.

Tempos mais tarde, a palavra reaparece numa carta do Conselho Ultramarino ao Rei de Portugal onde, segundo os autores Fiabani e Schmitt citados por Dalosto (2016, p. 15), quilombo é compreendido como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles”.

Observa-se que, inicialmente, na história do Brasil, não há um consenso sobre a definição do que é o quilombo e, quando confrontadas, as fontes são divergentes nesse sentido. Todavia, também há um consenso sobre suas características, ou seja, era visto basicamente como local de fuga por parte dos escravos rebeldes. Isso explica a generalização conceitual que a palavra sofreu ao longo das narrativas históricas, afinal, é assim que comumente a palavra é definida nos livros didáticos. Porém, como não faz parte dos nossos objetivos refletir como os livros didáticos discutem a questão do quilombo, voltamos à construção do conceito na historicidade.

Outro exemplo, são os documentos referentes aos oficiais da Câmara de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, atual Estado do Rio de Janeiro, que no ano de 1757, segundo Fiabani (2012, p. 268), quilombo aparece como “os negros fugidos que estivessem arranchados e fortificados ou se houvesse a reunião de seis ou mais escravos juntos”. Desta vez, a associação do quilombo com a palavra fuga fica mais evidente.

Ao longo da história colonial brasileira houve por parte das autoridades do governo metropolitano ligado a Coroa Portuguesa a necessidade de criar um ofício responsável quase que exclusivamente pela captura dos escravos que fugissem. Foi o caso do surgimento do capitão-do-mato, que era responsável basicamente pela perseguição e captura dos escravos que escapavam dos domínios de seus senhores. A eles, era incumbida a missão de adentrar às florestas para reencontrar o escravo. Isso porque havia um temor do quilombo se tornar “um péssimo exemplo para os escravos assenzalados, consistindo em um ponto de atração de fugas. Acreditava-se, também, que rebeliões poderiam se originar nos quilombos, razão pela qual nenhum poderia existir” (DALOSTO, 2016, p. 16).

Nesse sentido, diversas expedições foram organizadas e a maioria delas com “sucesso”, sendo que o número de escravos capturados ultrapassou o montante que conseguiu escapar devido à superioridade bélica dos senhores e pelo pouco conhecimento do interior do território brasileiro, por parte dos escravos. Afinal, eles eram trazidos do continente africano, portanto, compartilhavam de uma cultura diferente. Porém, muitas expedições também fracassaram, o que resultou na resistência de alguns quilombos que conseguiram persistir e sobreviver à violência à qual foram submetidos. Com isso, passaram a ser identificados pelos escravos como espaço de referência, ou símbolo de resistência da cultura escrava. Foi o caso de Palmares, localizado no Nordeste brasileiro e interpretado ao longo da história como o maior e mais famoso quilombo do Brasil.

Há várias narrativas sobre Palmares, para nós, devido à sua proporção e organização, é exemplo de como um quilombo grande e organizado se tornou um grande obstáculo para a recaptura dos escravos. Sobre isso, de acordo com Reis (1996, p. 21), “a insistência na destruição do quilombo de Palmares (o quilombo mais famoso do Brasil), [...] apesar de todas as baixas sofridas, não era despropositada”. Haja vista, que se tratava de um ‘mau exemplo’ para todos os outros escravos. Um grande quilombo e organizado como este não era visto apenas como local de fuga, mas sim, como um grande exemplo ruim que poderia instigar a população escrava à rebeldia. Permitir sua sobrevivência, era encarado pela classe senhorial como brechas para que os escravos se organizem de forma sistemática.

A partir da sobrevivência do quilombo devido à resistência dos escravos, ele foi gradualmente deixando de ser apenas um esconderijo e passou a ser combatido como um lugar de sociabilidade. No entanto, “na qualidade de organização social clandestina, a vida dos quilombos não era fácil, mas, apesar dos possíveis conflitos internos entre os próprios escravos quilombolas, as evidências apontam que eram melhores que a vida no cativeiro” (DALOSTO, 2016, p. 16). Não são facilmente encontrados nos registros do passado colonial, mais casos de quilombos grandes, organizados e bem sucedidos como o de Palmares, mas a existência de alguns já era o suficiente para deixar os escravocratas em alerta.

A forma de quilombo comumente encontrada nas fontes históricas se refere aos quilombos “flutuantes”, o que de acordo com Reis (1996, p. 20), “explica a pouca durabilidade deles”. O quilombo flutuante é compreendido como o quilombo que não conseguia se manter por muito tempo no mesmo lugar, o que dificultava, muitas vezes, as fugas dos escravos. Toda vez que um escravo fugia, não havia garantias de que ele encontraria um quilombo para se esconder, o que o obrigava, na maioria das vezes, a optar por um lugar mais próximo da fazenda. Nas raras exceções, o quilombo localizava-se dentro da própria fazenda, como explica Yabeta e Gomes (2013) (apud DALOSTO, (2016, p. 17), que encontrou um caso mais raro, “onde em 1870, dez negros se aquilombaram numa fazenda na ilha de Marambaia (localizada no atual Estado do Rio de Janeiro), passando o dia nas matas e voltando à noite para pernoitarem nas senzalas”.

Isso acontecia, na maioria das vezes, quando a intenção do escravo era basicamente protestar, seja pelos castigos físicos, ou por qualquer outra atitude considerada “exagerada” por parte do senhor. Até porque, numa sociedade branca, elitizada, patriarcal e oligárquica,

um negro não tinha muita perspectiva de sobrevivência longe da fazenda. O preconceito social e racial existente dificultava o sucesso da vida dos negros para longe delas, o que não significa que outras formas de quilombo não apareceram como opção à superação da distância da fazenda para o mato, onde comumente se formava o quilombo. Como boa parte dos escravos realizava serviços urbanos, ou seja, na cidade, muitos quilombos começaram a ser formados dentro dos próprios centros urbanos e sempre que isso acontecia formava-se no local:

[...] uma rede de apoio e interesses que envolvia escravos, negros livres e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre movimentos de tropas e outros assuntos estratégicos. Com essa gente eles trabalhavam, se acoitavam, negociavam alimentos, armas, munições e outros produtos (REIS, 1996, p. 18).

Isso explica porque na maioria dos casos a existência do quilombo sempre estava de acordo com a dinâmica local, pois:

[...] existiam quilombos dependentes de trocas e/ou do banditismo, que geralmente se localizavam perto das cidades. [...] comercializavam os produtos e bens apropriados, as drogas extraídas do sertão, ouro e diamante minerados clandestinamente, produtos artesanais e alguma pequena produção agrícola (DALOSTO, 2016, p. 17).

Percebe-se que gradativamente os quilombos vão perdendo sua condição do passado, a de esconderijo de escravos e vão se transformando em um novo espaço social. As sucessivas relações sociais que se formaram dentro e fora dos quilombos os transformaram num novo lugar de sociabilidade, fato que se intensificou após a abolição da escravatura em 1888.

No entanto, o quilombo mesmo tendo seu significado social modificado após a abolição, os descendentes daqueles escravos não tiveram melhoras significativas na sua condição de vida. Este fato permaneceu até a Constituição Cidadã de 1988, após a sua promulgação é que passamos a ter políticas públicas concretas, voltadas para o reparo do descaso social que as comunidades aquilombadas sofreram ao longo da história.

Nesse contexto, foi principalmente nos anos de 1980, que houve grande mobilização por parte dos grupos quilombolas em se organizar, no sentido de lutar pelos seus direitos sociais. Com a promulgação da Constituição de 1988, essa luta se tornou mais efetiva e organizada, principalmente, por conta da Lei nº 7.668/ano, a Lei Fundação Cultural Palmares, que de acordo com o texto da referida lei é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, que tem a finalidade de promover e preservar a cultura

afro-brasileira. A partir desse momento, a luta por direitos iguais se intensificou nos lugares onde havia a presença de remanescentes de quilombo.

Para se ter uma dimensão do fato, desde 1988 “até fevereiro de 2015, existiam 2.474 comunidades quilombolas certificadas e outras 326 com processo de certificação em andamento” (DALOSTO, 2016, p. 2). Estes povos buscam por intermédio da lei federal reparar os prejuízos que sofreram no passado.

2.2.8 O sentido de ser quilombola na comunidade Boa Nova

Considerando que a própria conceituação de quilombo passou por uma série de transformações ao longo da história, seu significado na atualidade está fundamentado na ação que visa garantir direitos sociais às comunidades que podem ser reconhecidas legalmente como aptas a obter esses direitos. É por meio desse princípio, que várias comunidades se auto definem como sendo remanescentes de quilombos. A luta é pelos direitos estabelecidos em lei. Desse modo, verifica-se que o autorreconhecimento como quilombola na Comunidade Boa Nova se faz a partir da oralidade dos sujeitos mais antigos da comunidade, é mediante suas narrativas históricas que é formada a definição do que é ser quilombola naquela comunidade.

A moradora da Comunidade e presidente da Associação Boa Nova, Luzia Cristina do Carmo (Entrevista, 2019), afirma que ser quilombola é aprender a partir dos ensinamentos dos mais velhos, seus pais, seus avós, moradores mais antigos da Comunidade, o sentido de pertencer a uma cultura quilombola que para ela é sempre motivo de orgulho.

Verificamos que na memória dos membros da Comunidade Boa Nova há herança escravista, deixada pelos seus antepassados, com experiências de trabalho praticamente escravo, como foi o caso dos avós da moradora Lúcia que chegaram a trabalhar em troca de fubá, banha de porco, além de serem ameaçados de morte, caso abandonassem o serviço que era extremamente pesado. Os relatos de Lúcia aproximam a história dos quilombolas atuais aos antigos escravos do passado.

Neste sentido, o autorreconhecimento como quilombola se fundamenta no entendimento da Comunidade a partir de uma estreita relação com o sentimento de liberdade, conforme relata Lúcia:

Minha mãe nasceu em 1901, na cidade de Goiás, “Goiás Velho”. Minha mãe é negra e aprendeu a ler [...] os irmãos dela eram todos militares na cidade de Ipameri e não admitiam ninguém sem ler na família, todo mundo tinha que saber ler. Naquela época não era comum ir para a escola, mas era importante que se soubesse ler e fazer continhas. Mas, minha mãe era muito ligada à arte, ela gostava de teatro, circo, e era admiradora de música [...] ouvia, mas não sabia tocar nada, ela gostava de admirar. Quando ela via um grupo tocando uma viola, sanfona, ela juntava duas colheres e começava a bater, era assim que ela participava [...] Ela casou com meu pai que não sabia ler e pra ela foi uma tristeza no dia do casamento quando meu pai pediu “arobo”. Era muito comum naquela época isso, a pessoa não sabia ler e pedia “arobo” para outra pessoa que assinava por ela. Daí ela disse, meu marido pode até não aprender ler e escrever mais ele nunca mais vai pedir “arobo”. Então ela ensinou ele a assinar o nome (Lúcia, 2019).

Lúcia (2019) estende os seus relatos e detalha as dificuldades enfrentadas pelos seus pais para assegurar a manutenção da vida:

Naquela época eles moravam em fazendas, meu pai era lavrador, trabalhava com a terra. O problema que naquela época que eles moravam em fazendas, eles dependiam muito dos fazendeiros porque eram eles que tinham as “vendas” pra gente comprar as coisas. Só que meu pai trabalhava muito e ao final do mês sempre ficava devendo na venda. Um dia minha mãe que sabia ler e fazer conta resolveu intervir, ela disse que isso estava errado, foi lá comprou uma caderneta e começou a anotar tudo que comprava na venda. Ela herdou isso do meu avô, que era cobrador de dívidas e viajava muito, naquela época, eles chamavam a atividade de “jagunço”. Daí minha mãe contou toda a situação para meu avô e ele resolveu ajudar, disse: “Vou tirar você das mãos desses senhores”. Isso antes da formação da cidade de Goiânia, eles moravam em Goiás Velho na época. Daí, a partir daquele dia toda vez que meu pai ia na venda comprar as coisas ela ia junto e anotava. Daí meu avô disse que eles iam ficar um tempo sem pegar nada na venda. Ficamos umas duas semanas. Nesse período nós enchemos a dispensa com carne de porco, frango, arroz de casaca, minha mãe fazia umas quitandas (biscoitos e rosas), comprou rapadura, açúcar de engenho [...] (Lúcia, 2019).

O letramento da minha mãe desafiou a exploração imposta pelo dono da fazenda – argumenta Lúcia (2019) –, que insistia em roubar o pobre trabalhador negro, pois após ter ficado semanas sem comprar nada na venda, segundo o responsável pela venda, meu pai continuava devendo:

Minha mãe perguntou quanto era e ele não respondeu. Quando ele deu um valor ela disse que não era verdade, que ela tinha tudo anotado. Quando ela disse isso o dono da venda respondeu: “como uma negra abusada dessa questionava as coisas e onde nega sabe ler?”. Aí ele contou para o dono da fazenda e meus pais foram expulsos. Era comum matar o peão quando demitia ele, só que em nosso caso não aconteceu porque ele conhecia minha família e sabia que tinham algumas pessoas influentes, então nos deixou ir embora.

Depois de terem sido “despedidos” da fazenda, meus pais foram para Hidrolândia, onde o irmão da minha mãe se casou e morava, era oficial de justiça do município e convidou os meus pais para se mudarem para lá, explica Lúcia (2019).

[...] era um acontecimento naquela época um oficial de justiça negro. Quando ele passou pela região de Goiânia eles estavam roçando o pasto para fazer Goiânia, a pedra fundamental já estava lá. Aí foram para Hidrolândia, pois lá tinham muitos fazendeiros que já eram pessoas melhores, tinham casas lá. Ao final da década de 1940, eles mudaram para o “barreirão”, uma fazenda famosa que tinha ali da “Família Gontijo”. Moramos na fazenda deles muito anos, aí minha mãe começou a frequentar o centro espírita aqui. Quando a gente morava em Hidrolândia minha mãe frequentava um centro lá. Ela adoeceu e foi curada, só que não podia deixar os trabalhos espirituais. Quando meu pai quis se mudar, ela disse que só ia onde tivesse um centro. Então meu pai ficou sabendo do centro daqui de Professor Jamil, daí viemos para cá.

Para finalizar seus comentários, Lúcia (2019) recorda que quando da chegada em Professor Jamil, várias pessoas frequentavam o centro espírita do Sr. Alírio e, esclarece, que naquela época:

Ninguém tinha casa ainda, nós fomos agrupando em ranchos que se formavam aos arredores do centro, e assim, foram vários outros. [...] Lembro que na parte alta tinha os brancos “Sáfady”, eles fundaram uma igreja católica, um comércio e, aqui, que era mais baixo tinha o centro e um monte de negros, tudo vindo de outras fazendas da região ou de Minas Gerais afora. Quando minha família veio pra cá não tinha médico nem nada, minha mãe que era a parteira do quilombo, ela chegou a fazer mais de mil partos (Lúcia, 2019).

Ao associar a compreensão sobre o racismo ao tratamento recebido durante os trabalhos nas fazendas, nota-se através da fala da quilombola Lúcia uma compreensão de que esta situação era injusta e que eles tinham conhecimento de seus direitos fundamentais, como liberdade e igualdade. Sua fala se conecta com os princípios de liberdade e igualdade do artigo 5º da Constituição de 1988, onde se faz referência à valorização em função de sua origem e de sua identidade, fundamental para a composição do que conhecemos por cidadania. Sobre isso, Abreu (2011) ressalva que:

A liberdade tem sentidos muito mais amplos do que apenas os direitos de locomoção, de liberdade de pensamento, de expressão, de consciência, de crença, de informação, de decisão, de reunião, de associação, enfim, todas estas e outras que alicerçam uma vida digna à pessoa humana. Contudo, para que a pessoa seja, de fato livre, é imprescindível que ela seja liberta da miséria, do analfabetismo, do subemprego, da subalimentação e da sub moradia. Assim, a luta pela liberdade continua não só para manter os direitos já conquistados, mas sobretudo, para afirmar a liberdade aqueles que ainda a perseguem (ABREU, 2011, p. 142).

É a partir disso, que os princípios de liberdade se afirmam na mentalidade dos quilombolas, que passam a lutar pelos seus direitos que constrói estratégias que buscam a garantia de seus direitos sociais e uma das principais estratégias é a reconstrução da sua cultura em torno de uma nova identidade. Dessa forma, como lembrado por Leite (2008):

Tornam-se fundamentais os exemplos provenientes das realidades locais para se perceber o que está em jogo nas diversas situações analisadas, suas dimensões,

articulações, formas e realces. E é sob esse prisma que a territorialidade negra pode ser referida não a uma realidade equívoca e distante, mas se reportando a uma dimensão simbólica da identidade (LEITE, 2008, p. 997).

Nessa concepção acerca da formação da identidade, a partir das narrativas dos próprios quilombolas, objetiva-se demonstrar que as necessidades, por parte deles, por reparos sociais mediante as políticas públicas não são responsáveis pela formação da identidade quilombola. No entanto, servem como propósito para o resgate de sua memória e a criação de uma identidade coletiva, por isso, mostraremos no próximo capítulo a construção desse processo a partir da Constituição de 1988.

3. CAPÍTULO 2: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUILOMBOLAS

Ao longo da história brasileira, Colônia, Império e República, o negro sempre foi excluído das políticas públicas do Estado, que tem por finalidade garantir acesso aos direitos sociais para todos os cidadãos. Este quadro mudou de forma significativa apenas no final dos anos de 1980 quando, de fato, construiu-se uma constituição mais cidadã. No passado, séculos XVI, XVII, XVIII e XIX a exclusão dos negros da sociedade brasileira acontecia pela condição escravista do afrodescendente. Após a abolição da escravatura em 1888, o racismo e o mito do darwinismo social assumiram o papel de agente excludente.

No final do século XIX, defendia-se que havia uma inferioridade do negro em relação ao branco, que esta seria natural. A esta ideia chamou-se de darwinismo social em referência à competição natural das espécies, concepção fundamentada nos trabalhos científicos do naturalista inglês Charles Darwin. Em sua obra original, Darwin afirmava que existiam na natureza vários tipos de espécies de seres vivos e que a sobrevivência deles era garantida pela “lei do mais forte”, do mais adaptado às condições do espaço natural. No entanto, em nenhum momento de sua obra, o autor se referiu à divisão de raças humanas, até porque até nos dias atuais há contradições a este respeito. Na concepção da biologia moderna, é um erro se referir às raças, quando se trata de seres humanos, porém, para sociologia, o termo aparece em diversos trabalhos.

Nesse mesmo período, passagem do século XIX para o século XX, iniciou-se no Brasil, nos cursos de Sociologia, principalmente, da Universidade de São Paulo, a teoria conhecida como “mito da democracia racial”. Esta corrente interpretativa da sociedade defendia, que a questão do racismo e preconceito racial estava superada na sociedade brasileira, o que configurava nosso povo como uma sociedade cordial. Era um dos seus

grandes defensores o historiador Gilberto Freire, que em sua obra “Casa Grande e Senzala” (1933) defendia uma relação amistosa e harmônica entre o senhor de engenho e o escravo.

Em oposição ao pensamento elitista destes autores, ocorria no Brasil, a criação de organizações sociais que buscavam desmistificar tais interpretações problemáticas da sociologia. Nesse contexto, emerge a Frente Negra Brasileira (FNB), que buscava a integração do negro na sociedade brasileira via ascensão social. Além da FNB, foram criadas outras organizações com os mesmos propósitos: União dos Homens de Cor (UHC) e Teatro Experimental do Negro (TEN). Domingues (2001) explica que:

A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país (DOMINGUES, 2001, p. 108).

Pode-se dizer que foi a partir dessa luta existente desde a década de 1930, quando diversas organizações sociais buscavam alcançar o reconhecimento de que havia racismo no Brasil e que os negros precisavam buscar os seus direitos para que fossem reconhecidos como cidadãos plenos, que houve uma mudança no senso comum sobre a situação da população descendente dos negros, sendo que a Constituição de 1988 possibilitou o aumento das mobilizações quilombolas neste sentido.

Com a Constituição de 1988, adveio o Artigo 68, que trata das Disposições Constitucionais Transitórias que em linhas gerais, “reconheceu aos remanescentes de quilombo o direito de propriedade das terras que ocupavam”. Foi a partir desse dispositivo legal, que houve no Brasil a eclosão do fenômeno quilombola. Uma busca incessante de comunidades negras remanescentes de quilombo pela formação de associações quilombolas com o objetivo de obter reconhecimento do Estado para garantir a posse de suas terras. Sobre isso, Oliveira Jr. menciona que:

Durante o processo constituinte, nem uma única discussão foi registrada nos anais do Congresso sobre o futuro Art. 68 do ADCT. Incluído inicialmente em uma das propostas sobre a proteção do patrimônio cultural brasileiro, a proposição de titulação das terras dos remanescentes de Comunidades de quilombos foi deslocada para o ADCT devido à sua própria natureza transitório. A primeira menção que se faz no Congresso, já posterior à Constituinte, ao assunto, foi em 1991, em um discurso do Deputado Alcides Modesto (PT-BA) sobre o conflito fundiário na região do Rio das Rãs (OLIVEIRA, 1995, p. 224).

Dessa maneira, percebe-se que de 1988 para a efetivação dessas políticas públicas, um longo tempo se passou. Foi apenas nos anos de 1990 que a legislação brasileira de fato se tornou mais clara e objetiva em relação as querelas territoriais, que passaram as comunidades remanescentes de quilombo. Nesse sentido, cabe ressaltar que as políticas públicas buscam atenuar os problemas sociais das comunidades historicamente excluídas da sociedade. As ações não se restringem apenas ao território, elas abrangem os setores da educação, saúde e emprego.

Sobre a definição de política pública, Souza (2006), assim as classifica:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Portanto, não compete ao estado apenas a garantia da posse/propriedade da terra às comunidades remanescentes de quilombo. Como estes sujeitos foram privados de seus direitos sociais em toda a história do Brasil, torna-se necessário, por parte do setor público, uma ação reparadora principalmente nos fundamentos para o exercício pleno da cidadania, que incorporam saúde e educação.

3.1 O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO

Nesse momento, interessa para nós uma reflexão no tocante à legislação brasileira em relação aos direitos que competem aos remanescentes de quilombo. Sete anos após a promulgação da Constituição Cidadã, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o (INCRA), assim dispõe acerca dos direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombo. Na interpretação de Arruti (2003):

A portaria tinha um alcance limitado porque elegia como beneficiárias apenas as comunidades situadas em terras públicas ou previamente desapropriadas, não prevendo mecanismos de desapropriação próprios, nem uma regulamentação interna, que só começaria a ser discutida em 1996. Essas discussões, que eram para durar apenas sessenta dias, se estenderam até 1999 e mesmo assim, não se consolidaram, em função da intervenção do governo federal transferindo a competência da titulação de tais terras para o Ministério da Cultura. Assim, todas as questões relativas aos remanescentes de quilombos passavam a estar concentradas na Fundação Cultural Palmares (FCP) (ARRUTI, 2003, p. 11).

Portanto, a partir de 1999, competia à Fundação Palmares o dever de emitir os certificados que regulamentassem a posse das terras para as comunidades remanescentes. No entanto, em 2001, o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, assinou o Decreto nº 3.912, que concedia a demarcação dos territórios ocupados até o ano de 1988. A atitude causou muita indignação por parte dos quilombolas que se formaram posterior a essa data. À época, o decreto foi considerado inconstitucional por ferir os direitos das comunidades remanescentes de quilombo. Vale salientar, que se o decreto tivesse prevalecido, a Comunidade Boa Nova provavelmente não teria os seus direitos territoriais protegidos, mesmo que a ocupação dos remanescentes de quilombo em Professor Jamil seja datada de 1930. Porém, no ano de 2003 o decreto assinado por FHC foi reavaliado.

Com início do governo Lula em 2003, as políticas públicas de demarcação de territórios quilombolas sofreu mais alterações visando, principalmente, anular as contradições do Decreto de 2001 do governo FHC. Em maio de 2003, o presidente Lula assinou um novo Decreto de nº 4.887, que determinava dentre outras questões:

- Da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), feita por meio da Lei nº. 10.678, de maio de 2003. Decorrente desta secretária foi criada a Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (SECOMT) que elaborava, conduzia e monitorava políticas para as comunidades tradicionais;

- Do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) - Decreto nº. 4.885, novembro de 2003;

- E da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) - Decreto nº. 4.886, novembro de 2003.

Todavia, apesar dos avanços acontecidos nesse período, é um erro interpretar que durante o governo Lula não houve manifestações políticas desfavoráveis à causa quilombola. Segundo Gomes (2013):

Dois projetos, observados em conjunto com a PEC 161/2007, que foi anexada à PEC 215/2000, permitem notar uma tendência nos últimos projetos propostos na Câmara para diminuir o papel do Executivo na titulação dessas áreas, conferindo uma centralidade ao papel do Congresso Nacional nesse processo. Uma hipótese plausível para explicar essa busca de centralidade do Congresso Nacional nos processos de titulação pelos deputados é que nessa Casa Legislativa a bancada ruralista tem força para que o processo de titulação dessas áreas transcorra segundo uma concepção restritiva e de marco individual – e não coletivo – desse direito (GOMES, 2013, p. 116).

Mesmo contrária aos interesses da bancada ruralista na Câmara, as políticas públicas em favor da causa quilombola seguiu sua discussão no cotidiano dos parlamentares. Nesse âmbito, um novo programa do governo foi implantado para intervir positivamente na luta pela causa quilombola: em 2004, foi implementado o Programa Brasil Quilombola do Governo Federal.

3.1.1 Programa Brasil Quilombola

O Programa Brasil Quilombola tinha como função principal planejar, executar e monitorar as ações do governo para elaboração de projetos sociais, que promovessem a melhoria de vida e o acesso à terra para as comunidades remanescentes de quilombo. No ano de 2007, esses interesses foram complementados pelas ações da Agenda Nacional Quilombola (ANQ). Dentre as principais ações dessa agenda destacam-se:

- A certificação das comunidades quilombolas de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, com intuito de a partir do reconhecimento da identidade da comunidade como remanescentes de quilombo, promover proteção e preservação para estas comunidades;
- Oferecer abastecimento de água potável e esgotamento sanitário às comunidades quilombolas;
- Promover habitação de qualidade por meio do Programa Habitação para todos feito pelo convênio com a Caixa Econômica Federal;
- Levar energia elétrica para todas as comunidades a partir do Programa Luz para Todos;
- Conceder linha de crédito para remanescentes de quilombo através do PRONAF;
- Aquisição de materiais para pesca e artesanato através do programa PAA;
- Mais aplicação de recursos financeiros nas escolas comunitárias via o Programa Dinheiro Direto nas Escolas;
- Qualificação de mão de obra profissional via PRONATEC;
- Criação de uma renda fixa para as famílias de baixa renda via Programa Bolsa Família;
- Criação de telecentros e rádios comunitárias.

Estas foram apenas algumas das iniciativas do governo federal, após o ano de 2003, na tentativa de promover melhor qualidade de vida às famílias quilombolas. Veremos na próxima seção um diagnóstico dessas ações governamentais na vida das comunidades remanescentes de quilombo.

3.1.2 Resultados nacionais obtidos pelo Programa Brasil Quilombola

Desde de sua criação em 2004, o Programa Brasil Quilombola do governo federal, tem promovido políticas públicas no sentido de reparar os prejuízos sociais históricos sofridos pelas comunidades remanescentes de quilombo. Como já vimos, foi a partir da década de 1930, que movimentos em prol dos direitos dos negros e, também, dos direitos quilombolas passaram a acontecer, e, vimos também, que a efetivação das políticas públicas que buscam uma igualdade social só foi transformada em benefícios dos quilombolas a partir dos anos 1980.

Os diagnósticos aqui apresentados foram obtidos através das agências nacionais de informação do governo federal. Sendo assim, cabe ressaltar que foram encontradas apenas informações referentes à situação geral dos quilombolas no âmbito nacional, competindo às pesquisas acadêmicas a tarefa de, a partir disso, identificar o cenário local dessas comunidades.

De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) do governo federal, entre os anos de 1995 até 2012, foram certificadas 1.886 comunidades quilombolas em todo Brasil. A partir desta data, foi destinado um montante de capital significativo em prol da melhoria da qualidade de vida dessas coletividades.

Para se ter uma ideia, até o ano de 2009, foram investidos R\$ 44.323.937,92 em saneamento básico, que é o conjunto de medidas adotadas em diversas regiões para melhorar a vida e a saúde dos habitantes, que impede que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social. Neste caso, cerca de 42.481 famílias quilombolas foram atendidas a partir deste investimento.

No setor de habitação, foram investidos R\$ 55.878.009,34 em recursos para a construção de casas para os remanescentes de quilombo. Foram construídas a partir deste investimento 2,6 mil unidades habitacionais, porém, não se tem o quantitativo de quantas famílias foram beneficiadas e em quais municípios foram construídas. O que se sabe é que 58 comunidades foram assistidas nesta etapa.

No setor de energia elétrica, foram realizadas de acordo com o SEPPIR, 21.879 ligações elétricas em todo Brasil em benefício dos quilombolas. No entanto, não se sabe a quantidade de famílias beneficiadas, o montante do investimento financeiro destinado, o número de municípios assistidos nem a quantidade de famílias favorecidas por estas ligações elétricas.

Na área da saúde pública, 1.117 municípios foram beneficiados com a implantação de 2.008 equipes de saúde da família e 1.536 equipes de saúde bucal. Todavia, não se tem o quantitativo em relação ao número de pessoas e famílias assistidas, nem as comunidades amparadas. Assim como, não se sabe o volume de investimentos financeiros neste seguimento.

No campo da educação, o que se sabe é que foram incluídos na educação básica 210.510 alunos e 31.943 professores atuando em 1.912 escolas de comunidades remanescente de quilombos. O total de capital investido, bem como as famílias e os municípios assistidos não estão quantificados.

No Programa Brasil Local – Economia Solidária, 7 mil famílias foram beneficiadas, divididas em 43 municípios e 105 comunidades, que fortalece 100 empreendimentos diferentes em 11 estados brasileiros.

As ações do governo que apresentaram o pior desempenho foram, a inclusão digital, a assistência técnica em extensão rural e a demarcação de territórios de cidadania. Em relação à inclusão digital o que se sabe é que 59 comunidades foram beneficiadas. Em relação à assistência rural as informações obtidas mencionam que 4.480 famílias foram assistidas, o que representa mais de 39 comunidades. Sobre a demarcação de territórios, apenas 580 comunidades tiveram seus territórios demarcados. Por último, no tocante aos direitos e cidadania, foi estabelecida Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos: 33 lideranças quilombolas assistidas e 154 processos de assistência jurídica para famílias quilombolas em 19 Estados.

Nos chamou atenção a falta de padronização destes dados, ora mensurados em quantitativo financeiro, ora em número de famílias, comunidades, municípios e estados. Isso dificulta afirmar com exatidão a situação social universal das famílias quilombolas no Brasil. Porém, serve como indicativo para afirmar que políticas públicas foram executadas no país no sentido de beneficiá-las.

Outro ponto que nos chamou atenção, é que algumas políticas públicas estabeleceram apenas metas, não indicando o resultado obtido nem se quer se realmente

foram executadas. Foi o caso do Programa Água Para Todos, nele consta que uma das metas da FUNASA era atender 140 comunidades quilombolas do semiárido com implantação de sistemas de abastecimento de água, prevendo um investimento de R\$ 35 milhões.

Mesmo que os dados disponíveis sejam um pouco inconsistentes em relação ao quantitativo de famílias assistidas, bem como o volume de capital investido, é possível reafirmar que o Estado até o ano de 2017, veio executando ações sociais que buscam melhorar as condições de vida dos quilombolas. Todavia, é preciso estabelecer mais discussões nesse sentido para pensar ações mais adequadas que possam solucionar os problemas políticos sociais dessas comunidades⁷.

3.1.3 Conclusões sobre o Programa

As inconsistências em relação aos dados do Programa Brasil Quilombola fizeram com que em 2014, o Tribunal de Contas da União (TCU), elaborasse uma auditoria referente ao exercício de 2012/2013. Na ocasião, constatou-se que realmente há uma ausência de dados no tocante a investimentos financeiros, bem como falta de parâmetro quantitativo referente às etapas de elaboração, planejamento e execução das mesmas (BRASIL, 2014).

Além disso, um dos motivos para a realização desta auditoria foi a diferença dos dados fornecidos pelo INCRA, que afirmou que 92% do orçamento foram aplicados, enquanto que a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial afirmou ter aplicado 99% do orçamento. Uma das explicações quanto a diferença de informações deve-se ao fato de não ter havido entre o INCRA e o SEPPIR, uma padronização de medidas para a coleta de dados.

A distorção entre os dados levou o TCU a uma avaliação das ações federais que buscam maior transparência sobre a execução das políticas públicas adotadas em prol dos quilombolas. Nesse sentido, o TCU estabeleceu que:

- 2012-2015 não há um programa específico voltado para os remanescentes de comunidades quilombolas, resultando extinção do PBQ;

⁷ As informações foram com base no último diagnóstico de ações realizadas pelo PBQ Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portalanterior/publicacoes/diagnosco-do-programa-brasil-quilombola-marco-de-2012-1> Acessado em: 15/12/2018.

- Falta de transparência orçamentaria que compromete as ações do Programa Brasil;
- Falta de provas reais do montante gasto com o Programa;
- Não há um monitoramento das ações do governo em transparecer o programa.

Além disso, foi realizada uma pesquisa no SEPP/PR, onde constatou-se que havia um desconhecimento do tema por parte dos integrantes do Comitê de Gestão Pública, que muitas vezes não souberam responder às perguntas sobre a real participação do órgão do governo federal no Programa PBQ.

Todavia, Santos (2010), em sua discussão sobre o PBQ, afirmava que:

[...] as dificuldades para efetivar o Programa, geradas a partir da proposta intersetorial, perpassam pela própria administração pública, como orçamentos diferentes, estruturas administrativas e bases legais distintas, gestões voltadas para interesses diversos entre os vários órgãos que compõe a administração pública (SANTOS, 2010, p. 125).

Nesse sentido, reforça ainda, que:

[...] seja pelo desconhecimento das possibilidades de financiamento público para as comunidades, seja pela invisibilidade que essas comunidades tiveram ao longo da sua história no âmbito local, o que se identifica é uma fraca presença dos municípios na proposição de políticas públicas para as comunidades (SANTOS, 2010, p. 129).

Para a autora, cabe esclarecer que existe uma dificuldade real por parte dos municípios em implementar o Programa e criar as condições necessárias para sua aplicabilidade, não conferindo total responsabilidade ao governo federal na inconsistência dos dados.

Soma-se a isso, o fato de que no período da avaliação do TCU sobre o PBQ em 2015, e até nos dias atuais, houve e, ainda, há muitas manifestações públicas por parte da população brasileira, que acredita que as conclusões do TCU à época, fazem parte de uma articulação de parlamentares interessados no impeachment do presidente da República Dilma Rousseff, fato que acabou se concretizando. Esta discussão ainda permanece e, pelo que tudo indica, está longe de uma conclusão por haver contradições de provas entre os acusadores e acusados.

3.1.4 Construção da cidadania quilombola a partir de movimentos sociais

As primeiras manifestações sociais exclusivamente de quilombolas, e não de toda comunidade negra, ocorreram primeiramente na região Norte do Brasil, precisamente nos estados do Pará e Maranhão, em 1985 e em 1986. A partir daí outros movimentos quilombolas foram surgindo e ganhando proporção nacional.

No Maranhão, foi realizado o 1º Encontro das comunidades negras rurais do Maranhão que, de acordo com Domingues e Gomes (2013, p. 14), “foram discutidas nesse evento as formas de uso e posse da terra, manifestações culturais, religiosidade e memória oral”. Entretanto, de acordo com os autores, “sua principal reivindicação se relacionava à questão fundiária, envolta, naquele instante, em tensos processos de grilagem e expropriação” (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 14). Posteriormente, em 1988 e 1989 aconteceram os 2º. e 3º encontros, onde a temática girou em torno dos mesmos propósitos. De acordo com Fiabani (2008):

Essas mobilizações estaduais foram fomentadas durante a ditadura civil-militar, quando muitos territórios quilombolas foram expropriados, em decorrência das ações que privilegiaram os grandes latifúndios e a monocultura. Com isto, ampliaram-se os conflitos pelas disputas das terras, em decorrência disto, fortaleceram-se as articulações dos quilombolas juntamente com o movimento negro urbano (FIABANI, 2008, p. 143).

Nessa direção, Jorge (2015) chama atenção para o fato de que a efetivação dessas ações se concretizaram em 1987, com a instalação da Assembleia Constituinte. Para autora nesse período destaca-se:

[...] a primeira demanda por terra para a população negra, tanto no contexto urbano quanto rural. No texto aparece grafado: “será garantido o título de propriedade da terra às comunidades negras remanescentes de quilombos, quer no meio urbano ou rural”. Esse documento trazia demandas já apresentadas por levantamentos e estudos que vinham sendo feitos durante a década de 1980, tanto no estado do Maranhão (através do Centro de Cultura Negra com o Projeto Vida de Negro, onde ativistas teriam começado a pesquisar e contabilizar as formas de uso e posse da terra, manifestações culturais e religiosas de comunidades negras rurais), quanto no estado do Pará (JORGE, 2015, p. 144).

No entanto, sobre o MNU e o Movimento Quilombola, também havia pontos de discordância onde, segundo Santos (2012, p. 128), “o MNU reivindica para si a representação dos quilombolas no cenário político, entretanto, os quilombolas deslegitimam que lhes apresentem intermediários”.

Todavia, é bom ressaltar que mesmo havendo discordância entre eles, ambos foram fundamentais para a luta por direitos quilombolas e em diversas ocasiões se uniram em

torno desta causa como, por exemplo, a união entre eles na “III Conferência Mundial Contra o Racismo”, em 2001 na África do Sul, que contou com a participação de 138 países. A causa entre eles é comum, conquistar direitos para todos os negros do Brasil. No entanto, estes movimentos não abrem mão de sua autonomia. Sobre isso, Cardoso e Gomes (2011) reforçam:

O MNU liga-se ao fato de este grupo étnico ter uma pauta específica, qual seja, a luta por território para grupos que estão em sua maior parte no meio rural, sendo necessário construir um movimento que atenda a essas especificidades. Por sua vez, o Movimento Quilombola teme de que o movimento quilombola ficasse subsumido à ampla pauta do movimento social negro, sendo tutelados demais, fazendo com que os quilombolas ficassem submetidos a uma agenda e pauta definidas pelos movimentos sociais negros (CARDOSO; GOMES, 2011, p. 15).

Portanto, a pauta do Movimento Quilombola está concentrada na luta pelo território e na conquista de direitos sociais públicos, como saúde e educação, além de reivindicações específicas como salientado por Domingues (2013, p. 15): “o acesso às políticas públicas – como saneamento básico e eletrificação – e a garantia dos Direitos Humanos”.

Assim sendo, estes foram os principais motivos para emergência de vários movimentos quilombolas a partir da década de 1980, onde, de acordo com Arruti (2008):

[...] uma jovem militância quilombola emerge em todo o país, herdeira da luta dos pais e avós – que muitas vezes a travaram dentro dos sindicatos, sob o rótulo genérico de posseiros ou trabalhadores rurais – mas realimentada por uma nova política atual, formada a partir da influência do discurso negro urbano (ARRUTI, 2008, p. 104).

Com intuito de divulgar sua luta cotidiana em prol de mais terra, mais saúde, mais educação, mais direitos sociais e amparados pela Fundação Cultural Palmares, os quilombolas criaram associações e percorreram o país através de seminários, palestras e convenções mobilizando pessoas e sensibilizando os brasileiros em favor de suas causas.

Nas palavras de Almeida (2008, p. 118), “assim, o que se apresenta atualmente é uma reorganização deste grupo social que busca por uma abrangência nacional, ou seja, estes sujeitos sociais além de se fortalecerem no âmbito local, também passaram a estabelecer articulações nacionais”.

Nessa lógica, em 1995 aconteceu o “I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais”, que reuniu 26 comunidades negras de todo o Brasil, onde se criou a Comissão Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Reunindo-se duas vezes ao ano, nasceu deste encontro a Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas (CNACNRQ), composta por representantes de diversas associações quilombolas brasileiras, entre elas estavam – de acordo com Almeida (2008, p. 118) –, as

comunidades de “Conceição das Crioulas, de Pernambuco; Silêncio da Mata e Rio das Rãs, da Bahia; Kalungas, de Goiás; Mimbó, do Piauí; Furnas do Dionísio e Boa Sorte localizadas no Mato Grosso do Sul”.

Nesse âmbito, em 1998 aconteceu em São Luís do Maranhão o “I Seminário Nacional de Quilombos do Brasil”, com objetivo de conscientizar não somente os quilombolas, mas a sociedade brasileira da condição social que viviam os remanescentes de quilombo naquele período e da importância das políticas públicas de reparação do Estado.

Em 2003, aconteceu a segunda edição do seminário, desta vez na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com a temática “Garantia dos Direitos Territoriais Quilombolas no Brasil”. O encontro estava mais focado na política de demarcação de terras com intuito de orientar as comunidades quilombolas sobre a importância da emissão de certificado da FCP para as comunidades que se autodeclararem sendo remanescentes de quilombo para conquista de seus territórios.

Três anos antes, ocorreu na Bahia, na cidade de Salvador, o encontro que iria mudar a política de representação das comunidades quilombolas. Foi a partir do encontro na capital baiana que a CNACNRQ foi substituída pela Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), isso fez com que a partir desse momento a representação dos quilombolas perante o Estado se tornasse exclusiva da CONAQ, deixando de ser compartilhada com o MNU.

Voltando a 2003, aconteceu em Recife/PE, O “III Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, nesse encontro foram debatidos entre os temas, terra, educação e direitos de crianças e adolescentes quilombolas. O IV encontro desse seguimento, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 2011 e o foco das discussões giraram em torno da atual conjuntura das comunidades quilombolas que se encontra no Brasil. Foi nesse período que ocorreu o lançamento Campanha Nacional dos Direitos Quilombolas que nas palavras de Costa (2008):

Os objetivos da organização perpassam por lutar pela garantia de propriedade de terra, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável e pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização pré-existente das comunidades de quilombo, em vários estados brasileiros, tais como o uso comum da terra e dos recursos naturais, em harmonia com o meio ambiente, que são referências de vida. Desta maneira, a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos surge não só para reivindicar soluções para os problemas nacionais, mas como movimento político organizado para alterar as relações desiguais historicamente estabelecidas, em defesa dos direitos do povo negro no meio rural (COSTA, 2008, p. 54).

Nesse ponto de vista, a partir desta data, expande-se pelos estados brasileiros o número de associações quilombolas, que se organizam a partir daquilo que lhes são próprias com intuito de lutar pelos direitos quilombolas que são amplos. Passando pela questão da terra até o repasse direto de verbas públicas.

No caso de Goiás, de acordo com a Fundação Palmares/FAEG e SENAR, atualmente existem 47 comunidades certificadas pela FCP no estado. Ainda segundo a FAEG/SENAR, são realizadas por estas instituições ações em benefício da saúde, e cursos e treinamentos focados em produtos da agricultura familiar.

Parte das 47 comunidades quilombolas no Estado conta com ações sociais, de cursos e de treinamentos ofertadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar Goiás). Com necessidades, identidade e cultura próprias – herança de uma história escrita com os tons da resistência – esses povos tradicionais já receberam atendimentos na área de saúde e foram contemplados com formações focadas na agricultura familiar que ajudam a garantir renda e trabalho. Em maio de 2018, por exemplo, o município de Cavalcante, onde estão as comunidades Capela, Kalunga dos Morros e São Domingos, recebeu atendimentos em saúde e cidadania do programa Faeg/Senar em Ação. Exames preventivos de câncer de colo de útero e de próstata foram realizados (FAEG/GOIAS, 2018).

Nas palavras de Flávio Henrique Silva, então gerente de Promoção Social de Goiás na época, é possível identificar o grande importância e diferença dessas ações realizadas nas comunidades quilombolas, “identificamos pessoas de idade avançada que nunca tinham feito esse tipo de exame. Isso nos comoveu e mostra o quanto elas estão desassistidas pelo poder público” (FAEG/GOIAS, 2018)

Assim sendo, a partir da mobilização dos povos quilombolas em todo Brasil, o Estado e o governo passaram a agir em prol de uma mudança na realidade dessas comunidades. No entanto, este não é o final desta história, pelo contrário, é apenas o começo. A atuação do movimento quilombola além de ter desencadeado mudanças nos níveis regionais, estaduais e nacional, também repercutiu no interior organizativo das comunidades. Esta forma de atuação em nível localizado será mais bem exposta no próximo capítulo, em que apresentamos, a partir da Comunidade do Boa Nova de Professor Jamil, as práticas políticas organizativas desenvolvidas no local que dialogam com a luta nacional.

3.1.5 O município de Professor Jamil e a construção do reconhecimento social da comunidade quilombola Boa Nova

Mesmo com um passado cruel e uma história de exclusão, estes obstáculos não impediu os quilombolas de lutarem pelos seus direitos. Não querem um favor do Estado, pelo contrário, querem o que lhes pertencem por direito constitucional.

Segundo Dalosto (2000):

O Estado, por força dos mandamentos constitucionais, obrigou-se também a reconhecer (ou não mais ignorar) as condições sociais de vulnerabilidade social dessa população e a oferecer políticas para o atendimento dos serviços básicos, principalmente pelo fato de que historicamente o Estado foi ausente nessas comunidades e, quando era presente atuava basicamente como agente opressor (DALOSTO, 2016, p. 2).

Como dito pelo autor, percebe-se que nos últimos tempos o Estado tem reconhecido sua responsabilidade no tocante à reparação de direitos para comunidades remanescentes de quilombo. É importante destacar que, para que isso ocorra, deve haver primeiramente uma articulação entre os municípios junto aos governos estaduais e federal para a promoção de políticas públicas.

Nesse sentido, é fundamental que as instâncias locais se organizem para o reconhecimento legal via emissão de certificado da Fundação Cultural Palmares, organismo do governo federal criado a partir do Artigo 68 da Constituição de 1988 com a finalidade de legalizar as comunidades autodeclaradas remanescente de quilombo. Este documento é fundamental para que repasses financeiros do governo cheguem até as comunidades, além de garantir a prerrogativa do direito ao território.

Além disso, como mencionado anteriormente, as políticas públicas para quilombolas passam pelo conjunto de ações do Programa Brasil Quilombola (PBQ), promovido pelo governo federal. Nesse caso, é importante esclarecer como o município de Professor Jamil tem caminhado nesse sentido para obtenção de seus direitos. Nessa direção, realizamos entrevistas com a presidente da Associação Quilombola Boa Nova para sabermos quais são as assistências dadas aos quilombolas pelo poder público através do programa supracitado.

Na conversa com Luzia Cristina (2019), a idealizadora do projeto de se criar em Professor Jamil uma comunidade quilombola reconhecida pelo Estado, destacou que está à frente da Associação desde sua criação em 2009. Segundo Luzia, o motivo desta iniciativa consiste em adquirir direitos sociais para os quilombolas de Professor Jamil, que foram negados ao longo da história da cidade.

Em relação às ações realizadas, Luzia relatou que no ano de 2015 foi criada pela prefeitura da cidade uma secretaria especial para tratar dos assuntos referentes à comunidade quilombola de Professor Jamil. Na época, a então secretária da educação da cidade, Patrícia Teixeira, era a responsável pelo projeto. Por ter sido uma das primeiras mulheres brancas da cidade a casar-se com um quilombola, segundo Luzia, ela sentia-se na obrigação de ajudar a comunidade que, na interpretação de ambas, era desprovida de assistência pública municipal. No entanto, Luzia relata que, na atualidade, a secretaria especial de assuntos quilombolas encontra-se parada, relata que desde a saída da secretária Patrícia, em 2016, nada tem sido feito pela prefeitura em favor dos quilombolas. Conta que desde 2016, nenhuma reunião foi marcada, nenhuma visita foi feita à Comunidade, muito menos qualquer tipo de repasse financeiro pela prefeitura foi efetuado.

Segundo Luzia, o único repasse financeiro que chega à comunidade são de doações de cestas básicas que a Fundação Cultural Palmares fornece periodicamente às 146 famílias cadastradas na Associação. Mesmo assim, destaca que em algumas ocasiões o repasse das cestas básicas atrasam, havendo meses em que elas nem mesmo chegam. Para ela, estas cestas ajudam muito na sobrevivência das famílias quilombolas que em geral são compostas por pessoas muito carentes.

Outro aspecto verificado no município foi em relação à educação dos quilombolas. Perguntamos a Luzia se existe alguma assistência por parte da prefeitura em favor da educação da comunidade quilombola. Ela relata que por parte do governo municipal não há nada sendo feito, porém, dentro do bairro Boa Nova, onde está a sede provisória da Associação e a maioria dos remanescentes de quilombo de Professor Jamil, existe a Escola Estadual Boa Nova, que recentemente foi declarada como uma escola quilombola. Sobre esse assunto conversamos com a diretora da escola Boa Nova, Simone Regis Teixeira Silva, que também pertence à comunidade quilombola.

De acordo com Simone (2019), no primeiro semestre de 2018, o governo estadual fechou a escola por medidas de contenção de gastos. Além disso, outra justificativa do governo na época foi que na escola só havia alunos do Ensino Fundamental I, que corresponde do primeiro ao quinto ano regular, que na interpretação do Estado é de responsabilidade do governo municipal e não estadual. No entanto, segundo Simone, a própria história da escola e da importância que representa, garante sua continuidade, sobretudo, por se tratar de uma escola dentro de um território quilombola ela não poderia ser fechada.

Sobre isso, a Lei 12.960, de 2014 sancionada pela então presidente Dilma Rousseff, determina no seu Art. 28 Parágrafo único:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar." (NR) Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 27 de março de 2014; 193o da Independência e 126º da República (BRASIL, 2014).

Com base na referida Lei, de fato, o fechamento de uma escola quilombola deve passar primeiramente por uma análise do órgão do governo responsável para avaliar os devidos impactos, bem como os interesses da comunidade escolar. Nesse sentido, de acordo com a diretora da escola, foi feita uma grande mobilização social por parte dos pais dos alunos e de toda a comunidade escolar a fim de evitar o fechamento. Além disso, foi usado como respaldo legal a certificação da Fundação Palmares de que no bairro Boa Nova, habitavam s quilombolas. A partir dessas ações e das manifestações da comunidade, a escola foi reaberta duas semanas após seu fechamento e hoje encontra-se em atividade.

Todavia, a diretora relata que atualmente a luta consiste em mudar o nome da escola, sendo assim, a instituição precisa incluir na sua nomenclatura a palavra quilombola para fazer justiça à sua história. O objetivo da direção é alterar o nome para Escola Quilombola Estadual Boa Nova, porém, tem ocorrido muitos entraves por parte da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás e a luta está no poder da justiça federal.

A diretora afirma que a Comunidade não vai parar de lutar pela manutenção da escola quilombola, pois ela possui um projeto político pedagógico diferente das escolas regulares, sendo extremamente importante para preservar a memória, história e cultura daquele povo. Em suas palavras:

A comunidade não aceitou e nem vai aceitar de forma alguma o fechamento da escola por conta da história do lugar. Essa questão social que passamos em Professor Jamil ainda mexe muito com os moradores, principalmente os quilombolas. Existe uma longa história de rivalidade entre os bairros, e isso fez com que lutássemos por um espaço que é nosso por direito! Sem contar que o projeto político pedagógico de uma escola quilombola é diferente de uma escola regular. Aqui trabalhamos muito com a questão da diversidade racial, o respeito aos negros e sempre procuramos realizar eventos que promovam a cultura negra, escrava e quilombola. Para que nossos alunos não esqueçam nossas raízes, nossa etnia e nossos valores. Ainda mais se tratando de um país extremamente preconceituoso como o nosso. Fechar nossa escola é acabar com as instituições que ainda tem o cuidado de preservar nossa memória (Simone, 2019).

Além da questão escolar, foi perguntado à direção da Associação quais são as políticas públicas na área da saúde que atendem a comunidade. O informado é que não existe em Professor Jamil nenhum projeto político que busque melhorar a qualidade da saúde dos quilombolas. Pelo contrário, vários quilombolas relataram que quando precisam recorrer ao atendimento de saúde pública como o SUS ou os PSFs, em geral são mal atendidos e sempre faltam médicos e medicamentos. Existe um posto de atendimento à saúde da família no Bairro Boa Nova, porém, de acordo com os moradores, sempre falta médico.

Sobre as políticas públicas destinadas ao amparo e promoção da agricultura quilombola, existe em Professor Jamil um órgão responsável por estas ações, no entanto, de acordo com a liderança local, a EMATER, por exemplo, encarregada de ajudar a comunidade no desenvolvimento da agricultura familiar quilombola nada tem feito nesse sentido.

Buscamos conhecer de maneira geral o que tem sido feito pelos órgãos municipais, estaduais e federais no sentido de promover qualidade de vida dos quilombolas. Segundo os depoimentos, quase nada tem sido feito pelo poder público, salvo exceção das cestas básicas e do certificado de autodeclaração da Fundação Palmares. Eles, ainda, não têm um território demarcado, a secretaria de assuntos especiais não promove nenhuma ação em benefício deles e todos os programas citados anteriormente pela Agenda Brasil Quilombola, do governo federal, são conhecidos pela comunidade, mas nenhuma ação da agenda chegou até eles.

Segundo Luzia (2019), as poucas conquistas que tiveram são iniciativas da própria comunidade. São eles quem promovem palestras educacionais, são eles que “correm atrás” de mais saúde e que realizam eventos públicos com a finalidade de valorizar a cultura afro-brasileira. Para Luzia (), se dependesse desses programas ou dos órgãos públicos, até hoje estariam vivendo o *apartheid* social que marcou a cidade por décadas.

A partir das entrevistas com alguns membros da comunidade quilombola de Professor Jamil, pudemos verificar que mesmo existindo uma agenda nacional de promoção da melhoria da qualidade de vida dos quilombolas, mesmo que na teoria e no discurso, o governo tem agido em favor dos remanescentes de quilombo, no caso de Professor Jamil, pouca coisa tem sido feita. No entanto, a Comunidade segue lutando por mais direitos e, acima de tudo, por mais respeito à sua memória e à sua história.

4. CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA A PARTIR DO COTIDIANO DOS QUILOMBOLAS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO

Neste capítulo, tratamos do cotidiano da Comunidade Boa Nova, bem como do processo de construção de sua cidadania. Como mencionado anteriormente, são poucas as políticas públicas desenvolvidas em Professor Jamil em benefício da comunidade remanescente de quilombo, que esteve presente na história da cidade desde sua formação inicial na década de 1940.

A ferramenta principal de luta dessa comunidade consiste na adoção de uma identidade coletiva que representa os interesses homogêneos do grupo. Além disso, ela permite ao quilombola se reconhecer como cidadão de direitos. Sobre isso, cabe ressaltar no que consiste a definição de cidadania, veremos a seguir que o conceito é construído historicamente a partir das ações sociais da população frente aos interesses do Estado e da Nação.

Nossa análise sobre cidadania parte dos apontamentos do cientista político e historiador José Murilo de Carvalho em seu livro, *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*, publicado pela Editora Civilização Brasileira, no início dos anos 2000. Na obra, o autor faz uma indicação sobre três dimensões que compõem a cidadania, são elas: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. A proposta do historiador consiste em demonstrar que no Brasil não houve um atrelamento dessas três dimensões, e sim, a sua negação (CARVALHO, 2013).

De acordo com Carvalho (2013, p. 15-25), “na passagem do período colonial à independência, o conjunto de direitos (civis, sociais e políticos) que poderia gerar um Estado de cidadãos, praticamente inexistia”. Nesse sentido, o autor reforça que mesmo com o fim da colônia em 1822, o império brasileiro permitia a participação apenas dos cidadãos mais ricos, criando a partir da Constituição de 1824 o voto censitário.⁸ Nessa perspectiva, pobres, índios e negros não participavam das eleições, por isso tinham seus direitos negados.

⁸ De acordo com a historiografia o voto censitário consiste na restrição do direito de votar apenas para alguns grupos de cidadãos, por norma os que apresentam um padrão social e econômico alto. De modo geral, o voto censitário ainda pode limitar o direito ao voto exclusivamente para outros grupos, como baseado no gênero sexual, na religião, na etnia e etc.

Com o fim do Império em 1889, a coisa não foi muito diferente e os dados disponibilizados por Carvalho (2013) mostram a realidade da época, com cidadãos que continuaram vivendo a mesma situação do período colonial.

Os brasileiros tornados cidadãos pela Constituição eram as mesmas pessoas que tinham vivido os três séculos de colonização nas condições que foram descritas. Mais de 85% eram analfabetos, incapazes de ler um jornal. Mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários (CARVALHO, 2013, p. 32).

Assim sendo, durante a Primeira República, as populações mais despossuídas não tinham nenhuma força constitucional perante o Estado. Para o autor, as primeiras conquistas no que se refere aos direitos sociais são datadas dos anos de 1930, início da Era Vargas. Segundo o autor, “vieram os direitos sociais, no período de 1930 a 1945, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por Getúlio Vargas” (CARVALHO, 2013, p. 110). E reforça que, mais à frente, nos anos de 1960, “os direitos civis e políticos foram novamente sufocados pelos governos militares que repetiram a tática do Estado Novo, ou seja, se por um lado cercearam os direitos políticos e civis, por outro expandiram os direitos sociais” (CARVALHO, 2013, p. 170).

De fato, o autor concorda que os direitos civis e políticos são institucionalizados somente após a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Para Carvalho (2013, p. 199), “os direitos políticos tendo adquirido amplitude nunca antes atingida”. Mesmo assim, a Constituição de 1988 não resolveu os problemas sociais graves da população brasileira como a desigualdade e o desemprego.

Nesse sentido, Dagnino (1994, p. 105), destaca “a grande diversidade de apropriação dada a expressão cidadania, sobretudo, no final do século XX, quando a cidadania é incorporada às demandas que emergiam das necessidades específicas dos diversos grupos”. Para ela, “refletir sobre a noção de uma nova cidadania que responda aos atuais anseios da sociedade se faz crucial” (DAGNINO, 1994, P. 105).

A partir dessa perspectiva, chegamos à conclusão de que não basta ter direitos, é preciso ter acesso a eles. Isso somente é possível se de fato o cidadão lutar por eles e para tal, é necessário que o indivíduo os reconheça. Foi assim que os movimentos sociais dos anos de 1960 e 1970 conseguiram conquistar vários direitos sociais antes negados pelo Estado. Sobre isso Dagnino (1994) afirma:

Em primeiro lugar, o fato de que ela deriva e, portanto, está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais [...] Na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos - tanto o direito à igualdade como o

direito à diferença - constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania. Em segundo lugar, [...] a nova noção de cidadania expressa o novo estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo, especialmente a partir da crise do socialismo real. Como consequência dessas duas dimensões, eu destacaria um terceiro elemento que considero fundamental nessa noção da cidadania: o fato de que ela organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política. Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática (DAGNINO, 1994, p. 113-118).

Portanto, do ponto de vista da autora, debater cidadania consiste também em incorporar à discussão fatores antes ignorados, como as reivindicações de diversos grupos antes excluídos, valorizando suas experiências e vivências. Nesse percurso, Young (1996) propõe:

A adoção de uma “cidadania diferenciada”, tal concepção visa pautar a necessidade de se conferir uma proteção específica aos grupos que foram historicamente marginalizados pelos processos políticos e sociais, isto é, a perspectiva é contemplar os sujeitos sociais que não foram incluídos nos direitos formais e tiveram suas identidades coletivas suprimidas (YOUNG, 1996, p. 99-126).

Portanto, a opção por este debate teórico se faz pelo fato da nova noção de cidadania incorporar a realidade dos sujeitos antes marginalizados pelo Estado e pela sociedade. Além do que, sua análise, está pautada em elementos fundamentais que permitem uma análise mais holística das comunidades quilombolas, tais como: as ações coletivas e o protagonismo dos sujeitos sociais.

Assim sendo, nas palavras de Gohn (1995), se faz importante redefinir os espaços de luta e de mobilização, levando em consideração as memórias coletivas, à medida que elas contribuem com a afirmação das lutas e com o alargamento dos direitos”, que em nossa concepção se mostra adequada para compreender a cidadania constituída nas experiências cotidianas dos membros da Comunidade Boa Nova.

4.1 A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA BOA NOVA E O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO CONCEDIDO PELA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Em 2009, a Comunidade Boa Nova iniciou seu processo de reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares (FCP), tendo obtido o certificado apenas sete anos depois, em agosto de 2016. Após a certificação, a Comunidade tem lutado para conseguir acesso às

políticas públicas junto ao governo federal, sem muito sucesso, destacam-se a permanência de uma escola quilombola dentro do bairro Boa Nova e o recebimento de cestas básicas via Fundação Palmares, conforme apontado anteriormente.

No entanto, a maior parte dos direitos quilombolas previstos pelo Programa Brasil Quilombola não foram efetivados, como o direito à demarcação de seu território. De acordo com a presidente da Associação Quilombola Boa Nova, houve no ano de 2016, uma visita de um antropólogo da FCP com intuito de identificar o território ocupado pelos quilombolas de Professor Jamil, que a demarcação do mesmo. No entanto, segundo ela, esse processo se encontra parado, pois os profissionais nunca mais voltaram e não sabem quando voltarão.

Ainda sobre isso, Luzia (2019) reforça “com essa mudança de governo, temo que a demarcação de nossas terras não aconteça, pois, o atual presidente declarou no período eleitoral que nenhum centímetro de terra seria demarcado para quilombolas no seu governo”.

Luzia conta que conseguir a certificação de comunidade remanescente de quilombo não foi nada fácil e assim descreve o processo:

Para que esse órgão emitisse a Certidão de “comunidades remanescentes de quilombolas” aos membros da Boa Nova, foi necessário: a criação da Associação; a solicitação de reconhecimento, juntamente com o relato e dados que atestavam a história do grupo e de suas manifestações culturais; a Ata da assembleia na qual os membros da comunidade aprovam, por maioria, o pedido de reconhecimento. Depois disso, veio a Professor Jamil um técnico da FCP que atestou o laudo. Tudo isso foi feito em benefício da melhoria da qualidade de vida do grupo (Luzia, 2019).

Nessa direção, Luiza (2019) relata que o nascimento da Comunidade se deve à figura do patriarca Sr. Alírio Teixeira, que cansado de ver o sofrimento dos quilombolas resolveu se candidatar a vereador de Piracanjuba, cidade da qual, na época, estava ligada administrativamente Professor Jamil. Nesse período, vários quilombolas que nem sequer tinham documentos pessoais, resolveram tirar o Título de Eleitor para votar no patriarca. Ela lembra que houve um mutirão, onde vários remanescentes de quilombo fizeram seus documentos para poder votar pela primeira vez. Foi a partir do esforço da Comunidade que o Sr. Alírio venceu duas vezes em Jamil para o legislativo e começou a trabalhar para a melhoria de vida dos quilombolas. Com a emancipação política de Professor Jamil em 1992, ele resolveu se candidatar ao executivo com a promessa de poder fazer mais pelos quilombolas. O resultado das eleições não foi diferente das outras vezes, Sr. Alírio venceu

em 1994 e se tornou o primeiro prefeito da cidade, um motivo de orgulho para toda a Comunidade.

Na sua gestão, Sr. Alírio trouxe saneamento básico ao bairro da Boa Nova, antes disso os moradores tinham que ir até o rio que corta a cidade para obter água. A Sra. Lúcia (2019) conta que, “eram tempos difíceis! A gente tinha que ir até o rio para lavar roupa, buscar água para cozinhar, beber e tomar banho. Quando o Sr. Alírio trouxe a água até o bairro, foi uma festa só”.

Além de água, Luzia (2019) informa, que ele construiu a primeira ponte que ligava o bairro à parte alta de Professor Jamil, fato que melhorou muito a locomoção dos quilombolas na cidade. Além do que, foi ele quem construiu a praça da Boa Nova, principal espaço de lazer da Comunidade.

Desde a gestão do Sr. Alírio que os quilombolas de Professor Jamil vêm conquistando seu espaço e seus direitos. No entanto, Luzia (2019) afirma que no segundo mandato dele, a elite fazendeira da cidade, por inveja e por não suportar os quilombolas, deu início a um processo de cassação do seu mandato, fato que se concretizou em 2002. Com a sua saída do comando do executivo, Luzia conta que a Comunidade voltou a passar por tempos difíceis. Foi aí que ela teve a iniciativa de construir uma associação que lutasse pela causa quilombola.

Ela descreve que o primeiro desafio foi instruir a comunidade quanto aos seus direitos. Para isso, participava com frequência de palestras sobre igualdade racial pelo Brasil afora e, em uma dessas palestras, ficou sabendo da FCP e do certificado que concedia aos quilombolas direitos sociais. Daí em diante, começou a convocar os moradores para reuniões na escola Boa Nova, nas quais falava da cultura afro, da memória dos ancestrais quilombolas da cidade e da importância de se reunirem para lutar pelos seus direitos. Luzia (2019) relata que nesse processo a associação foi se formando enquanto grupo homogêneo. Assim descreve:

Alguns não sabiam o que era ser quilombola, muito menos que existiam políticas públicas voltadas a nossa causa. Foi um trabalho de conscientização difícil, mas valeu a pena. Muitos disseram para eu desistir, pois não valia a pena lutar contra os fazendeiros. Mas eu nunca desanimei e sempre segui em frente com o meu propósito! (Luzia, 2019).

A partir da fala de Luzia recordamos os apontamentos de Leite (2010):

A identidade social não é um estado fixo, imutável, ou algo que pode ser imputado de fora e de modo unilateral, mas, acontece desde uma dinâmica relacional que envolve todo o conjunto de forças em movimento na sociedade.

[...] O conceito da identidade social a que me refiro, dá espaço para o reconhecimento das instâncias organizativas dos grupos que se autorreconhecem a partir de noções de pertenças construídas e legitimadas no interior dos próprios grupos embora decorrentes de dinâmicas e forças sociais em movimento. O direito intitulado “quilombola” emerge no cenário de redemocratização do país como um dos vetores representativos de grupos até então invisíveis no cenário político nacional. Emerge como reivindicação de grupos até então com reduzido grau de mobilização, mas esta era a situação de todos os demais, após duas décadas de regime militar. O que não quer dizer falsificados, ou ancorados em premissas infundadas. Se assim fosse estaríamos desconsiderando todos os fundamentos que instituem o social, e os próprios Estados-Nação não teriam qualquer base de sustentação como organizações humanas criadas com autênticos propósitos políticos e sociais (LEITE, 2010, p. 20).

A identidade quilombola na Comunidade Boa Nova foi sendo construída a partir da memória das famílias mais tradicionais da cidade, sendo que as relações de pertencimento se configuram pelo parentesco e pelo compartilhamento de uma memória sobre os antepassados que foram escravizados.

4.2 CONFLITOS SOCIAIS

No Brasil, os conflitos sociais entre brancos e negros estiveram atrelados aos conflitos territoriais decorrentes das disputas por terras entre as camadas mais abastadas e os grupos excluídos das políticas de Estado. Como vimos anteriormente, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição, este cenário sofreu algumas alterações. Além do que, a luta pela posse da terra se intensificou, principalmente entre as comunidades mais pobres. Sobre isso, Leite (2008) destaca:

A invisibilidade dos grupos rurais negros no Brasil é a expressão máxima da ordem jurídica hegemônica e também expõe uma forma de violência simbólica. Sua característica principal é a criminalização daqueles que lutam para permanecer em suas terras. Como bem demonstrou Foucault (1999), a violência não é uma invariante ou um objeto natural, mas uma espécie de significante sempre aberto para receber novos significados. Daí por que, para falar em violência é preciso, antes de tudo, contextualizar, produzir referências, descrever percursos e experiências que foram guardadas nas memórias orais dos grupos, expor fatos que não se encontram nos documentos escritos, no mundo dos papéis, em cartórios ou em bibliotecas. A modalidade de violação de direitos humanos neste caso está diretamente relacionada à sua própria invisibilidade, está ancorada em tecnologias de controle e manipulação circunscrita ao mundo letrado. Ela opera através do uso abusivo da máquina estatal, leis, bens públicos, força repressiva e expropriação dos recursos que seriam de toda a coletividade. Tecnologia há mais de três séculos solidamente instalada e tendo como sua principal base de sustentação o controle do acesso à justiça (LEITE, 2008, p. 106).

Nessa perspectiva, analisamos os conflitos presentes na Comunidade Boa Nova com intuito de dialogar com os vários conflitos sociais que vivem as diversas

comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil. Assim como a maioria das lutas territoriais pelo Brasil, a Comunidade Boa Nova luta pelo seu direito ao território, sua identidade, sua memória e sua história. Essa luta é marcada por um processo de segregação racial nomeado pela comunidade como *apartheid* social de Professor Jamil.

Primeiramente, cabe lembrar no que consiste um regime de *apartheid* e usamos Cabral (2017) para explicar o nascimento desse regime político e social:

Desde 1795, ingleses e holandeses se alternavam no controle da região que hoje é a África do Sul. A briga pela posse só terminou com as Guerras dos Bôeres (1880-1902), vencida pelo Reino Unido. O país reconheceu a independência da África do Sul em 31 de maio de 1910 e oficializou a soberania em 1931 – mas manteve leis que, informalmente, preservavam a segregação racial. Em 1947, o Partido Nacional Sul-Africano venceu as eleições e, em 1948, consolidou a segregação com leis que limitavam os direitos da população negra e favoreciam a minoria branca (menos de 20% da população, na época). Nascia o Apartheid, a institucionalização do preconceito racial, garantindo só aos brancos um padrão de vida do nível das nações de Primeiro Mundo (CABRAL, 2017. p.1)

Nesse sentido, a definição de *apartheid* se popularizou a partir dos eventos políticos e sociais que marcaram a África do Sul no século XX. Porém, as práticas discriminatórias de brancos em relação às comunidades negras não se restringem somente à história sul-africana. Sem fazer uma arriscada analogia histórica, o que encontramos em Professor Jamil é algo que nos faz lembrar do processo de segregação social africano. Nas entrevistas que realizamos, vários quilombolas relataram situações de muito preconceito e racismo por parte dos brancos. Luzia nos conta que até o final da década de 1990, foram várias as situações de discriminação, e que ainda hoje isso acontece.

Na história do *apartheid* sul-africano, havia de acordo com uma lei da época, (Lei do Passe), obrigava os negros da África do Sul a portarem uma caderneta na qual estava escrito onde eles podiam ir, era um dos principais elementos do sistema de *apartheid*. No caso de Professor Jamil, Luzia diz que em várias ocasiões, se os negros fossem até o bairro dos brancos, eram apedrejados. Em circunstâncias históricas diferentes, o fato é que havia na cidade de Professor Jamil o território proibido aos negros, assim como no caso sul-africano.

Outros entrevistados relataram que sempre que havia partidas de futebol entre o time de “cima” e o time de “baixo”, o evento era finalizado com muita discussão e agressões verbais e físicas. O Sr. Nonato (2019) conta que certa vez, quando jogava para o time da Boa Nova, ao final da partida contra o time de “cima”, foi ameaçado de morte se não saísse imediatamente do campo. Enquanto saía, ouvia os gritos de “volta para senzala seu preto!”

Uma neta de Luzia, também relatou que antes da escola ser reconhecida como escola quilombola, era muito frequentada por alunos brancos vindos de outros bairros, mas que hoje em dia, preferem estudar em outra escola que fica na parte central da cidade. Além disso, descreveu diversas situações de racismo que teria sofrido na escola, dizendo que já ouviu dos colegas que ela morava na senzala, que seu cabelo era ruim igual Bombril, dentre outros termos depreciativos.

Tendo em vista os fatos descritos, estes se apresentam como um dos principais entraves para o exercício pleno da cidadania dos negros que em algumas análises se caracterizam como racismo institucional. Sobre isso, Lopez (2009) descreve:

O racismo institucional denuncia as estruturas de poder branco e cria as condições políticas para se estabelecerem estruturas de poder negro. [Nos referimos] ao racismo como a predicação de decisões e de políticas sob considerações de raça com o propósito de subordinar um grupo racial e manter o domínio sobre esse grupo (LOPEZ, 2009, p. 7).

Nesse sentido, as estruturas institucionais de poder desqualificam um determinado grupo social em detrimento de outro. Mas como bem sublinhado pelo autor, esta situação também cria condições de luta para comunidade negra que não é inerte ao processo de dominação dos brancos.

4.3 O CONFLITO PELA MEMÓRIA

Os estudos que envolvem comunidades tradicionais, passam por diferentes tipos de abordagem. No entanto, tem sido cada vez mais comum “os historiadores se interessarem cada vez mais pelas relações entre história e memória” (LE GOFF, 1924, p. 4). Devido ao seu caráter polissêmico, o estudo da memória nas sociedades contemporâneas, permite uma compreensão mais holística de como as comunidades tradicionais delimitam seus espaços e lutam por seus direitos. Porém, cabe ressaltar que o estudo da memória não é uma tarefa exclusiva dos historiadores nem das ciências humanas. Como o próprio Le Goff (1924) ressalva:

O conceito de memória é crucial. Embora o presente ensaio seja exclusivamente dedicado à memória tal como ela surge nas ciências humanas (fundamentalmente na história e na antropologia), e se ocupe mais da memória coletiva que das memórias individuais, é importante descrever sumariamente a nebulosa memória no campo científico global (LE GOFF, 1924, p. 423).

Para o autor, embora seus estudos se concentrem preferencialmente na memória coletiva, numa perspectiva das ciências humanas, o uso da memória como referencial

teórico, pertence as mais variadas ciências e necessita de um esclarecimento quanto a opção pelo uso de suas definições teóricas.

Inicialmente usamos as explicações de Lowenthal (1998), que defende que a memória se trata de resquícios do passado que nunca são aprendidos em sua totalidade; é um construto de pessoas que partem de questões do seu próprio tempo, aproveitam resíduos do passado a que têm acesso e tentam dar a eles explicações e significados tornando-os inteligíveis através de uma narrativa. Já para Candau (2014), a memória está intrinsecamente relacionada com as identidades, onde:

[...] se nutrem não apenas de memórias, mas, da valorização cada vez maior de uma determinada memória e, sobretudo, de uma idealização do passado. Assim, tanto a memória gera identidades, como também as identidades modelam as memórias, em processos de construção de “memórias coletivas” que envolvem lembranças e esquecimentos (CANDAUI, 2014, p. 18-19).

Por sua vez, Le Goff (2010), ressalta a relação peculiar entre memória e história, onde a história se trata de narrativas memorialistas estabelecidas por pessoas de acordo com seu próprio tempo histórico. Ou seja, não existe “uma história verdadeira” ou uma “memória original”, o que se tem são explanações do passado de um determinado grupo que tem por finalidade legitimar o presente. Essa legitimação acontece por via das identidades, que a partir de uma memória individual se constrói uma memória coletiva, que por sua vez, cria uma identidade geral que serve ao grupo como elemento de unificação na luta pelos interesses comuns. Ou como o próprio Le Goff afirma (2010):

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder (LE GOFF, 2010, p. 428).

Segundo o autor existe ao menos dois tipos de história de acordo com a memória – coletiva e dos historiadores –, que são:

[...] a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os meios de comunicação, corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros. (LE GOFF, 1996, p. 29).

No entanto, não é nossa pretensão legitimar ou negar as narrativas das comunidades. Nossa proposta é usar as ferramentas da História como mecanismos de análises, é refletir o passado dos sujeitos numa nova perspectiva de abordagem, trazer para

cena um olhar que difere dos até então realizados, buscar na interpretação da memória, o sentido para as lutas empreendidas pelas comunidades tradicionais.

Desde a década de 1970, tem se tornado comum grupos tradicionais buscarem seu reconhecimento na história da sua região. Com a eclosão da Nova História Cultural, alguns cientistas se debruçam a investigar “a emergência de grupos identitários apegados a questões como fundamentalismo religioso, etnias, memórias e tradições culturais ou movimentos sociais, que seriam expressões desse período” (CASTELLS, 2000, p. 21).

No caso do Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve uma busca cada vez mais constante por parte das comunidades tradicionais em legitimar seus grupos identitários, principalmente, os quilombolas, que sentiram na mudança de seu tempo, uma oportunidade de garantir no presente o que foi negado no passado, como por exemplo, o direito ao território. Sobre isso, Dalosto (2016) reforça o papel do Estado em reconhecer e não mais ignorar os direitos dessa população:

O Estado, por força dos mandamentos constitucionais, obrigou-se também a reconhecer (ou não mais ignorar) as condições sociais de vulnerabilidade social dessa população e a oferecer políticas para o atendimento dos serviços básicos, principalmente pelo fato de que historicamente o Estado foi ausente nessas comunidades e, quando era presente atuava basicamente como agente opressor (DALOSTO, 2016, p. 2).

Diante disso, Civalo (2015), argumenta que:

O acelerado processo de globalização da década de 1980 nutriu o fortalecimento de novas tramas discursivas entre determinados grupos sociais. Estes discursos fundamentariam distintas identidades e foram construídos a partir de memórias coletivas ancoradas a “originalidades” do “passado” (CIVALE, 2015, p. 142).

Daí compreendermos porque os discursos em prol da defesa da memória, da identidade, das tradições, da originalidade etc., utilizam o aval da história para se respaldarem. Por esse motivo, é possível entender a importância da memória para a Comunidade Boa Nova no sentido de que há uma tentativa de seu resgate, que implica em ferramenta de luta por direitos. É a partir da reconstrução subjetiva da memória, que os quilombolas constroem suas lembranças e sistematizam seus esquecimentos (RICOEUR, 2007). As lembranças ocupam os espaços que contribuem para o reconhecimento e os esquecimentos são vestígios que negaram seu passado.

Nessa direção, existe a preocupação com a defesa da identidade fazendo com que a memória coletiva seja considerada um verdadeiro patrimônio pertencente ao grupo. Isso explica a incessante necessidade dos grupos tradicionais em criar “espaços de memória”,

como associações e até mesmo museus. Hoje em dia, por exemplo, existe na Comunidade Boa Nova um projeto que busca construir o museu quilombola de Professor Jamil.

Esses “espaços de memórias” também são identificados por Nora (1993) como “lugares de memória”, cuja função é garantir a preservação da identidade para que ela não se perca ou pior, caia no esquecimento do grupo. Isso poderia levar não somente à deslembração, mas à perda dos espaços conquistados, ou como diria Le Goff, à perda do poder. Nesse sentido, a Comunidade Boa Nova busca na memória dos quilombolas construir uma memória coletiva que forma uma identidade geral capaz de lutar ou disputar o seu lugar na história da cidade.

Além de Nora e Le Goff, convergem nesse sentido, as discussões de Lowenthal (1998, p. 78), afirmam que o exercício da memória coletiva não é imposto de cima para baixo, isto é, “existe também uma adesão por parte da sociedade que manifesta pela fusão consciente ou inconsciente de memórias individuais às coletivas”, o que no entendimento de Halbwachs (1990, p. 40) “é uma naturalização da memória, mas, não simplesmente na visão fenomenológica puramente um “produto” dos grupos sociais, não forjada, mas, gerada pela existência deles”, ou seja, a memória tem vida e ocupa um lugar não somente nas lembranças do sujeito, mas nos espaços que ele ocupa.

Para o autor, existe uma manifestação social que acaba corroborando com a institucionalização da memória, tornando-a oficial. Cabe aos grupos reconhecê-la e legitimá-la mediante suas narrativas, pois quando determinada parcela dessa população se sente às margens da memória geral, sente a necessidade de “disputar” seu espaço.

Sobre as disputas pelos espaços da memória, Choay (2001, p. 248) sinaliza para o caráter atrativo da memória, que dev “considerar que, diante das instabilidades do presente, um passado idealizado que dá identidade e remete a aspectos positivos desse grupo, podem se tornar grandes atrativos, pois atendem aos anseios das pessoas”. Os sujeitos buscam no passado satisfazer as necessidades do presente.

No caso dos quilombolas, legitimar o passado através das narrativas de memória, contribui para satisfazer os anseios da disputa do presente, inserir a memória dos quilombolas à memória da cidade. Nessa perspectiva Pollak (1989) afirma que:

Esse reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas. Como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. [...] essa abordagem irá se interessar, portanto pelos processos e

atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias (POLLAK, 1989, p. 4).

Nesse sentido há por parte dos representantes da Comunidade uma ação de proteger as identidades que foram criadas. Estas identidades são verdadeiros tesouros, , pois, garantem a ela a preservação da sua memória e a sobrevivência de sua história no tempo e no espaço.

4.3.1 História, memória e luta

Referindo-se à história narrativa factual, Hobsbawn (1998) salienta que esta é construída a partir das narrativas dos grandes fatos históricos e dos relatos que envolvem as grandes personalidades históricas. É nesse sentido, que são criadas as histórias oficiais. O termo “história oficial”, que aparecerá muito nessa parte do trabalho pode ser definido nas palavras de Kagan (2009):

[...] a história oficial é a historiografia produzida visando à defesa dos interesses tanto de um governante quanto de uma autoridade religiosa, de uma corporação urbana etc. Para o autor, esse tipo de historiografia é um instrumento que visa divulgar uma imagem positiva daqueles nela interessados – do mesmo modo, ela também pode ser escrita para contradizer uma narrativa previamente formada (KAGAN, 2009, p. 3).

É o que se verifica nas fontes oficiais de Professor Jamil, ao buscarmos pela história da cidade encontramos uma narrativa produzida pelas autoridades locais que busca divulgar uma imagem positiva do grupo que detém o poder local. Além disso, a intencionalidade dos governantes em não inserir nos documentos oficiais a memória dos remanescentes de quilombo configura, na perspectiva da história oficial, uma contradição em relação à narrativa quilombola previamente formada.

Encontramos em Professor Jamil duas fontes principais que reforçam esse discurso, ou dois documentos oficiais que trazem a versão da história oficial do lugar. A primeira é o *site* oficial da Prefeitura Municipal, importante veículo de comunicação entre o governo da cidade e seus cidadãos.

Na página oficial da Prefeitura existe uma versão da história da cidade que é compreendida pelos órgãos públicos locais como “história oficial da cidade”. O texto é bastante resumido o que não permite uma análise mais aprofundada de “toda versão da história oficial” do lugar. Com o título “História da Cidade” encontra-se se a narrativa:

A origem de Professor Jamil se deu no ano de 1942, quando um grupo de pessoas se reuniu e construiu um campo de futebol. Registra-se também, na mesma data, o funcionamento da primeira venda local. O desmatamento para a construção da BR-153, em 1948, trouxe para todos que estavam na região a certeza de facilitar o movimento entre os vários centros urbanos já existentes. Naquela época, a rodovia vinha com o nome de BR-14. Após seu asfaltamento, passou a se chamar BR-153. No dia 31 de julho de 1952 foi feito um mutirão de moradores locais para a implantação do patrimônio. Os fazendeiros doaram novilhas para a realização de um farto churrasco para o grupo que participava do mutirão. A primeira missa realizada no patrimônio, que até então se chamava Campo Limpo, foi celebrada pelo frei Leônidas, do município de Piracanjuba, por volta do ano de 1952. Com a perseverança dos pioneiros, o povoamento aumentou, chegando logo à condição de distrito do município de Piracanjuba. Pela Lei nº 11.404, de 16 de janeiro de 1991, ficou criado o município de Professor Jamil. A denominação do município foi uma homenagem que dois de seus mais importantes pioneiros Taufic e Jorge Salim Sáfady, resolveram prestar a seu irmão Jamil Sáfady (PROFESSOR JAMIL/SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL, 2019).

Observa-se que, de acordo com a história oficial do *site* da prefeitura existe um saudosismo em relação aos fazendeiros da cidade, à medida que, na concepção do documento, foram eles os grandes heróis responsáveis pela formação do município. Além disso, outro ponto que chama atenção é a menção honrosa à Igreja Católica com a celebração da primeira missa em 1952, que configura como um fato histórico extremamente relevante para a cidade. Isso reforça a função da história oficial defendida por Kagan (2009, p. 3) onde “história oficial é a historiografia produzida visando a defesa dos interesses tanto de um governante quanto de uma autoridade religiosa”.

No entanto, a história oficial de Professor Jamil encontrada no *site* é muito resumida e limitada para se construir uma análise mais profunda na prerrogativa da “história oficial”. Nesse sentido, recorreremos ao Plano Municipal de Educação (PME) da cidade que foi elaborado em 2015. Além de outras finalidades, o PME descreve sumariamente a formação estrutural de Professor Jamil, é um esforço do documento em manter viva a história da cidade que evidencia mais de trinta páginas do seu texto às narrativas que explicam a formação e estruturação do local. De acordo com o PME, em seu Art. 2º:

O Plano Municipal de Educação foi elaborado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, com a participação da sociedade, por intermédio do Fórum Municipal de Educação, e em conformidade com o Plano Nacional de Educação e demais legislações educacionais. (PROFESSOR JAMIL/PME, 2015).

A fonte deixa claro de que se trata de um documento oficial produzido pelos organismos oficiais que compõem o poder público local. Salienta em seu inciso 3º que o propósito do documento é a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na

promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (PROFESSOR JAMIL/PME, 2015). Porém, não é o que se verifica ao longo do documento, pois neste não há uma menção a todos os grupos que compõem a história da cidade, como os quilombolas. No documento, não foi dedicada uma linha quanto à participação efetiva dos remanescentes de quilombo na estruturação da cidade, longe disso, o que foi constatado é um exercício de legitimação da memória dos fazendeiros.

Seguindo com a análise do PME, no item 1 – Histórico do Município, temos a configuração da cidade e, de acordo com o documento:

[...] Professor Jamil é um município de pequeno porte situado no interior de Goiás. Privilegiado por sua posição geográfica, se encontra, na Mesorregião Centro Sul goiano e na microrregião Meia Ponte, a uma altitude de 748 metros, possui latitude Sul de 17°14'55” e longitude oeste de 49°14'30”. Professor Jamil se localiza em uma região cujo relevo é de forma convexa, situado no Planalto Central Goiano, na faixa chamada de Planalto Rebaixado de Goiânia (PROFESSOR JAMIL/PME, 2015).

Além da descrição, vale ressaltar que Professor Jamil faz limites administrativos com a cidade de Hidrolândia, Mairipotaba, Piracanjuba e Cromínia, e, se encontra, a aproximadamente 70 quilômetros da capital do estado, Goiânia. De acordo com o documento, a origem de Professor Jamil é datada de 1942 quando um grupo de pessoas se uniu e construiu um campo de futebol. Também neste mesmo ano registra-se o funcionamento do primeiro comércio do lugar.

Percebe-se, que não há uma especificação de quem são as pessoas que se uniram em 1942 para construir o campo de futebol. De acordo com as conversas realizadas⁹ entre os quilombolas; os remanescentes de quilombo estavam entre o grupo que chegou primeiramente ao local. No documento só são mencionados os doadores do terreno:

O Senhor Jose Ponciano de Melo, dono da Fazenda Dourados, doou 4 alqueires de suas terras. O senhor Taufic Salim Sáfady adquiriu mais 2 alqueires do senhor Orismundo Modesto e doou para a formação do grupo de residências nestes 6 alqueires com intuito de criar uma cidade (PROFESSOR JAMIL/PME, 2015).

Novamente é reafirmado que os sujeitos construtores da cidade são os proprietários de terras oriundos da imigração libanesa, que ocorreu na região no início do século XX.

⁹ Foi o primeiro contato que tive com a Comunidade. Ocorreu no mês de março no ano de 2016. A visita, na ocasião, era parte do projeto de extensão do Instituto Federal Goiano, instituição em que lecionava na época. Naquela oportunidade, conhecemos a líder da comunidade, a quilombola Luzia, e boa parte dos integrantes da Associação Quilombola da Boa Nova de Professor Jamil. Eles informaram logo no primeiro momento da visita que havia uma história de Professor Jamil que não é contada pelos documentos oficiais da cidade. Esse fato, acabou servindo de inspiração para este trabalho. Discutir o uso da memória por esta população.

Entretanto, na visão dos quilombolas, a junção de terras que deu origem à cidade, também diz respeito aos remanescentes de quilombo que ali se fixaram no mesmo período.

No entanto, como o documento indiretamente acaba legitimando a memória branca latifundiária, a presença do quilombola na construção da cidade é mais uma vez negligenciada. Candau (2014) procura explicar porque isso ocorre nessas situações memorialísticas usando a relação de interdependência entre memória e identidade. Segundo o autor:

[...] há uma relação de interdependência entre a identidade e a memória. As identidades se nutrem não apenas de memórias, mas, da valorização cada vez maior de uma determinada memória e, sobretudo, de uma idealização do passado. Assim, tanto a memória gera identidades, como também as identidades modelam as memórias, em processos de construção de “memórias coletivas” que envolvem lembranças e esquecimentos (CANDAU, 2014, p. 18.)

Para o autor, este não é um fenômeno do acaso, há uma intencionalidade em se filtrar a memória, pois a memória é seletiva e se escolhe apenas aquilo que interessa para o sujeito ou para o grupo. No caso de Professor Jamil, a memória que interessa para o grupo dominante é aquela que corrobora e legitima a dominação dos primeiros moradores libaneses, e que de acordo com o documento, iniciou com os imigrantes que ali se estabeleceram. Essa história, que gradativamente vai ganhando *status* de história oficial, ultrapassa as fronteiras dos documentos oficiais, até porque não é a partir deles que ela se populariza.

É fato que a consulta a estes documentos não é uma prática do cidadão comum, na medida em que, em sua grande maioria, o leitor não demonstra interesse ou dispõe de tempo para se debruçar sobre esses documentos. Em geral, são os pesquisadores que acessam essas fontes e publicam, posteriormente, o que delas extraiu e, deles, se espera a máxima imparcialidade, mas na prática, não é o que acontece. Ao tratar da objetividade e da imparcialidade, absolutamente necessárias ao trabalho do historiador, Valéry (1931) afirma que:

[...]A história é o produto mais perigoso que química do intelecto elaborou... A história justifica o que se quiser. Não ensina rigorosamente nada, pois tudo contém e de tudo dá exemplos. Daí compreendermos porque os discursos em prol da defesa da memória, da identidade, das tradições, da originalidade etc., utilizam o aval da história para se respaldarem e nisso obtêm grande sucesso (VALÉRY, 1931, p. 64).

É por isso que se fazem necessárias as pesquisas orais, pois quebram os paradigmas da história factual. Muitas vezes o que se encontra são narrativas que se

popularizam através do trabalho da academia, que mediante a produção científica legitima o discurso dominante.

4.3.2 Lúcia e Luzia: Por uma outra história

A história da Comunidade Quilombola Boa Nova começa paralela ao processo de ocupação e povoamento da região Sul de Goiás, onde se situa o município de Professor Jamil. De acordo com o que foi apurado nas entrevistas, a década de 1940 corresponde ao processo inicial de imigração dos quilombolas para a região sul de Goiás. Nesse período muitos negros que trabalhavam em fazendas pelo Brasil afora, principalmente, nos estados de Minas Gerais e São Paulo, começaram a chegar à região central do país. Junto à oportunidade de trabalho, a presença de um centro espírita com curas espirituais começou a atrair diversas pessoas para Professor Jamil e muitas acabaram morando aos arredores do local formando a comunidade Boa Nova.

Figura 7 – Uma das primeiras casas da comunidade



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2019)

No meio de muitas histórias soma-se à narrativa de Lúcia, antiga moradora e parteira da cidade, que chegou com sua família em 1940, vindos de São João Del Rei/MG

em busca de trabalho. Seu pai, Sr. Francisco, trabalhava em uma fazenda em Minas Gerais nos anos 1930, mas, após perder o emprego, ficou sabendo que um fazendeiro da região havia adquirido alguns alqueires de terra em “Campo Limpo”, onde hoje está Professor Jamil, e precisava de homens para trabalhar.

O Sr. Francisco era um homem livre, negro, simples, de pequenas posses e seu pai havia sido escravo no final do século XIX. Para viajar até Campo Limpo, ele e sua família utilizaram um carro de boi que era um dos poucos bens materiais que possuíam. Quando chegaram, encontraram algumas famílias habitando no lugar. Eram pessoas brancas que chegaram pouco antes deles, mas que foram logo tomando posse das terras e marcando suas fronteiras. Os lotes que não haviam sido demarcados pelos brancos foram transformados em ranchos de negros, que cada vez mais chegavam à região.

Segundo o relato da Sra. Lúcia (2019), naquela época na região de Campo Limpo as terras eram de espólio, “as pessoas vinham, demarcavam um lote de terra, fazia um rancho e ali viviam”, explicou. E, todas as ocupações da época, aconteceram nesse sistema, “foi assim com os libaneses e foi assim com os quilombolas”. De acordo com Lúcia, a diferença é que os libaneses estudavam, por isso tinham maiores conhecimentos sobre as leis e sabiam assegurar suas posses. Já os negros, como não tinham estudo e nem conhecimento das leis, acreditavam que as terras pertenciam aos brancos.

Em entrevista com a então presidente da Associação Quilombola da Comunidade verificamos muitas similaridades com os relatos feitos por Lúcia no que se refere à origem da família, da cidade e da presença dos remanescentes de quilombo na região de Professor Jamil. Luzia, da terceira geração de quilombolas, ao explicar o agrupamento da região narra um pouco da sua história:

[...] a minha família morava em um quilombo em São João Del Rei, ficava na mediação de Lavras. Na minha família tiveram escravos, os pais dos meus pais eram escravos, meus avós eram escravos... Meu vô quando deixou o quilombo lá em São João Del Rei, veio pra essa região com 12 anos para trabalhar. Ele trabalhava numa fazenda aqui em outra ali, ficava um tempinho num lugar, no outro... assim são todos os outros quilombolas que se agruparam aqui (Luzia, 2019).

Nessa parte, nos chama atenção, o fato de Luzia afirmar que já havia outros quilombolas vivendo espalhados pelo sul goiano e à medida que encontravam serviço, migravam para a região em busca de sustento para si e para a sua família. Como foi destacado nos capítulos anteriores, isso era uma realidade muito comum naquela época, à medida em que ao final do século XIX, com a abolição da escravidão, os negros ficaram

sem muita opção para garantir o sustento, pois não houve um projeto de governo para a sua inserção no mercado de trabalho.

Essa forma como os quilombolas vieram para Goiás foi contada por diversas óticas. Segundo o que foi observado nas entrevistas, muitos quilombolas por não terem oportunidade de trabalho nem mesmo um amparo social por parte do governo, vinham a convite de fazendeiros com a promessa de trabalho, garantia de sustento e, ainda, de contarem com um pedaço de chão para manter as suas famílias. Porém, quando ali estavam, trabalhavam meses e ao final da empreitada eram dispensados e abandonados sem receber nenhuma recompensa pelo trabalho.

Luzia também descreve essa história de exploração do trabalho, que muito se assemelha às práticas de escravidão que seus antepassados passaram.

Eram vários fazendeiros que ficavam procurando peão... 'olha eu tenho uma terra lá em Goiás... lá na região de Professor Jamil (hoje conhecido) ... e eu preciso de um peão para ir lá trabalhar. Se você vier trabalhar comigo vou te dar comida, um lugar para morar e depois te dou um pedacinho de terra para você plantar'. Então todos vinham com essa ideia, vou ter um trabalho, um sustento pra família, uma terra e daí muitos vieram... Chegaram aqui desbravaram essas grandes matas com foice, como se fosse um trator, formaram fazendas e depois os fazendeiros abandonaram por aí, mandavam embora. A maioria dos fazendeiros quando chegava no final do mês chegava zero subia zero, terminava zero, mandava embora o peão, muita das vezes até matavam... Os que não morriam ficavam por aí perambulando por uma fazenda a outra trabalhando de diarista, a troco de um litro de óleo, um quilo de arroz... uma quarta de arroz que era arroz em casaca na época... Então trabalhava o dia todo a troco de uma quarta de arroz a um litro de manteiga (Luzia, 2019).

Foi após passar por situação semelhante a essa, que a família da Sra. Geralda chegou a Professor Jamil.

Meus pais vieram para esta região em 1946, meu pai trabalhava em Minas, perto de Araguari. Quando ele foi dispensado pelo patrão ficou sabendo por um amigo que aqui tinha gente precisando de trabalhador para derrubar o mato. Eles vieram. Chegaram aqui, ficaram um mês, e meu pai foi dispensado. A gente não tinha pra onde ir, então resolvemos acampar num lote aqui perto do centro espírita, pois tinha o seu Alírio que ajudava os outros. Então formamos um rancho ali. Dali, eles começaram a trabalhar na roça dos outros em troca de óleo, carne, comida. (Geralda, 2019).

Assim como as famílias de Lúcia, Luzia e Geralda, a maioria das famílias entrevistadas relata que o grande atrativo para migrarem para região de Professor Jamil era a promessa de emprego. Quase sempre chegavam em Goiás, trabalhavam e quando o serviço acabava, ficavam sem ter para onde ir. A opção mais viável era permanecer no lugar e prestar serviço para as famílias que tinham melhor situação econômica

Segundo os entrevistados, no início eram 12 famílias quilombolas, atualmente são 165 declaradas no Sistema Único de Cadastro do Governo Federal que necessitam das poucas políticas públicas existentes no município.

Figura 8 – Mural com fotografia do Sr. Alírio e as primeiras 12 famílias que povoaram a região



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2019)

Para explicar a intensificação do processo migratório, Luzia relembra como o Sr. Alírio chegou a Professor Jamil e atraiu pessoas de diversas regiões com a cura espiritual, principalmente, as que não tinham condições financeiras de pagar por um tratamento médico. Segundo Luzia, essas pessoas chegavam e acabavam demarcando pequenos ranchos nas redondezas do centro espiritual, contribuindo para o crescimento da comunidade.

Seu Alírio Teixeira é de família de remanescente de quilombo. Veio de Orizona, município de Goiás, que fica perto de Santa Cruz, lá também há comunidade reconhecida como quilombo. Ele tinha dom de espiritismo, dom de cura e prestava atendimento em um centro espírita em Palmelo onde um dos fazendeiros de Campo Limpo, o senhor Eugênio Jacinto de Lemos, levava a esposa para fazer tratamento espiritual. Como se tratava de um lugar longe pra ficar levando a mulher, ele conhecendo o senhor Alírio e seus dons espirituais, convidou ele pra vir para Professor Jamil e lhe doou um lote para que fundasse o centro espírita aqui. Eu lembro que eles desceram a mudança deles embaixo de uma árvore, onde hoje é a praça central da comunidade quilombola. Lá ele fez um rancho para ele e seus familiares e começaram os trabalhos no centro espírita. Na redondeza, a notícia de um novo centro espírita em Professor Jamil e de seu líder promover curas espirituais começou a atrair diversas pessoas das mais variadas regiões. À medida que as pessoas iam chegando por conta do centro e não tinham lugar para ficarem, eles iam demarcando pequenos ranchos e

vivendo com suas famílias aos arredores do centro. Na época, os quilombolas de Jamil e da região não tinham dinheiro e nem condições para fazer um tratamento de saúde numa casa de saúde, daí, procuravam como alternativa as curas espirituais promovidas pelo Seu Alírio, ou por um benzedor, curador, dentre outros que pudessem ajudar. A partir daí começou o processo migratório para região e o número de famílias foi aumentando (Lúcia, 2019).

Lúcia (2019), por sua vez, lembra que na parte alta tinha os brancos Sáfady, “que compraram um pedaço de terra e cercaram o dobro, foram loteando e resolveram fazer uma Igreja Católica e ao seu redor construía as casas, paralelo a isso, em volta do centro foram fazendo as casas e formando aqui (a comunidade). Era Boa Nova contra Campo Limpo”.

Sobre o nome da cidade, Lúcia relata que o Sr. Tufic, que seria um dos fundadores do lugar de acordo com os documentos oficiais, tinha como parente um professor chamado Jamil que morava em São Paulo, mas que em uma viagem conheceu as terras onde sua família poderia fundar uma cidade para chamar de sua. E assim diz:

É engraçado porque a origem deste nome aqui eu acho totalmente errada, professor Jamil, esse professor nunca morou aqui, nem conheceu aqui. Ele era da família Sáfady, irmão ou primo do Tufic, e estava vindo de São Paulo para Goiânia e aconteceu um problema com a viagem dele e ele deu acampada num mato aqui e aí ele conheceu as terras, foi em Goiânia e de lá voltou para Pires do Rio onde sua família morava, os descendentes de libanês, todos moravam lá. Aí ele disse: vocês estão procurando um lugar pra morar (pausa para comentário) ...porque esse povo era muito inteligente, meu pai falava que eles tinham sangue no olho, né, porque eles não queriam um lugar já formado, eles queriam mandar, então tinham que procurar um lugar onde eles fossem fundar... aí falou para eles: tem uma terra boa e eu acho que vai dar para vocês fazerem alguma coisa, fundarem alguma coisa lá, um povoado, qualquer coisa assim. Onde é? (Perguntaram) Uai, é pra frente de Piracanjuba que é uma cidade piquinininha. Aí em Piracanjuba que tinha uma família que não era da mesma e através deles ficaram sabendo, compraram essas fazendas e vieram pra cá. Comprou esse monte de terra aí, o Sr. Tufic e o Jorge que herdou e comprou um pouco (Lúcia, 2019).

Durante outras entrevistas, também foi possível confirmar parte da versão da história oficial da cidade. Os quilombolas relataram que os libaneses já habitavam uma parte da cidade quando os agrupamentos começaram. De acordo com as famílias entrevistadas, os Sáfady se ocuparam da parte de cima da cidade, que chamavam de Campo Limpo e construía uma igreja, um campo de futebol e um comércio chamado de Armazém do Seu Alves, assim como relatado nos documentos oficiais. Na época, uma estrada de chão ligava o lugar à cidade de Cromínia, que era a principal rota dos caminhões, então também construía uma pousada que servia de abrigo para viajantes e o povoamento da cidade foi que aumentou conforme o passar dos anos.

Assim, de acordo com as entrevistas, a cidade de Professor Jamil passava por um duplo processo de desenvolvimento. Crescia pela parte alta, com a ocupação dos libaneses. Paralelo a isso, na parte baixa, desenvolvia-se uma comunidade de negros oriundos das mais diversas localidades do Brasil., Esse fato dividiu a cidade em dois lados extremamente antagônicos: em um lado, imigração e povoamento de pessoas brancas, católicas, comerciantes que em grande parte descendiam de libaneses imigrantes. Em outro, negros, trabalhadores rurais, espíritas e com pouquíssimos recursos. Essa divisão histórica do processo de ocupação e povoamento do território findou numa segregação social que deu origem ao “*apartheid* social” vivido em Professor Jamil.

4.3.3 Boa Nova hoje: As conquistas

Após o reconhecimento, algumas conquistas vieram e a primeira delas, segundo a presidente da Associação, foi o respeito dos órgãos públicos e a credibilidade para lutar por igualdade. Posteriormente, conseguiram auxílio alimentação com aquisição de cestas básicas para 100 famílias quilombolas, distribuídas pela Fundação Palmares. Vale ressaltar, que como explicado anteriormente essa conquista apesar de ser muito importante, sofre problemas de logística como atrasos na entrega ou mesmo o não recebimento.

Com o reconhecimento pela Fundação Palmares, também foi possível fazer uma parceria com algumas instituições públicas que promoveram melhorias na Comunidade. Em 2014 e 2015, foi feita uma parceria com Instituto Federal Goiano para realizar uma série de cursos profissionalizantes em Professor Jamil com o objetivo de ensinar uma profissão aos quilombolas, preparando-os para o mercado de trabalho, sendo que a maior parte deles trabalhava apenas nas lavouras e os ganhos eram insuficientes para o sustento de suas famílias. Após o processo de profissionalização, vários ofícios foram criados como: carpinteiro, mecânico de automóveis, cabeleireiro dentre outros que possibilitaram gerar uma renda a mais para os remanescentes de quilombo. Houve até casos onde o curso de capacitação contribuiu para o combate a atividades ilícitas.

De acordo com Luzia, antes da implementação dos cursos na Comunidade, algumas jovens iam até a rodovia que corta a cidade para se prostituírem. Ela conta que eram geralmente mães solteiras que não conseguiam emprego na cidade por não serem capacitadas profissionalmente. Essas mulheres viviam de ajuda da comunidade e sempre que a situação familiar ficava mais difícil recorriam à prostituição. Em geral, iam aos finais

de semana, à noite para um posto de gasolina que liga a cidade à BR e lá praticavam sexo em troca de dinheiro. Quando o curso de capacitação veio para Professor Jamil, muitas jovens buscaram a formação e relatavam a sua realidade em busca de ajuda para sair daquela vida. Passados aproximadamente dois anos da implementação do PRONATEC na Comunidade, essas jovens deixaram a atividade ilícita.

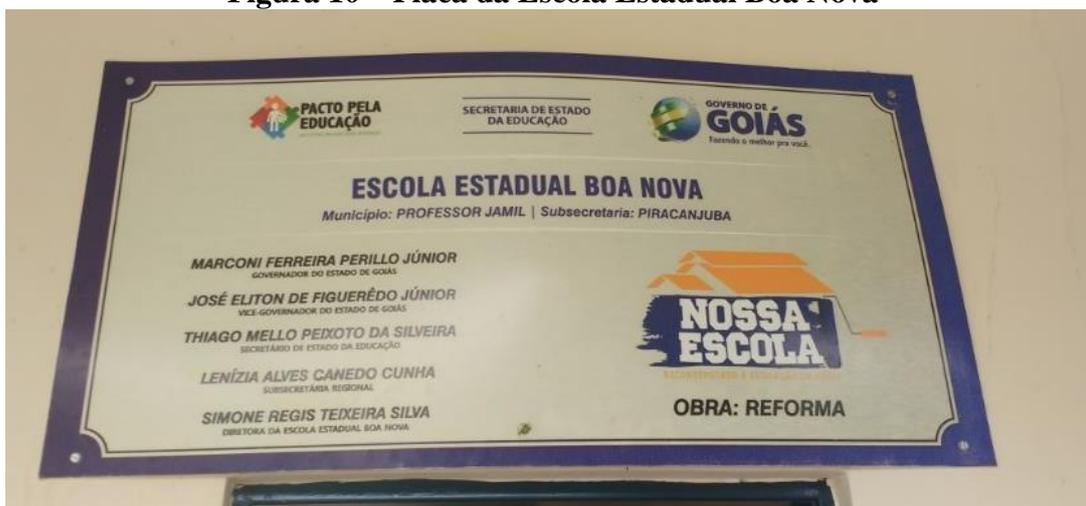
Esta foi uma conquista muito importante para Associação, no entanto, ainda existem muitos desafios, entre eles o de conseguir recursos materiais para construção da sede principal da Associação, que atualmente está improvisada na casa de Luzia, e também a posse definitiva das terras onde habitam. Segundo Luzia, a maioria dos quilombolas ainda não tem a escritura que lhes garante a posse dos lotes onde vivem, sendo que possuem apenas recibo de compra e venda o que não lhes dá garantia segura sobre o direito à propriedade. Outra luta importante, que já abordamos, foi a da manutenção da Escola Estadual no território quilombola, que chegou a ser fechada pelo Estado.

Figura 9 – Presidente da Associação Quilombola Boa Nova (Sra. Luzia)



Fonte: Arquivo pessoal ao autor (2019)

Figura 10 – Placa da Escola Estadual Boa Nova



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2019)

Por fim, uma das grandes lutas vivenciadas pela Comunidade consiste justamente na perspectiva deste trabalho. Hoje, os remanescentes de quilombo de Professor Jamil lutam por um espaço na história da cidade, pois, segundo eles, a versão “oficial” não lhes permite um reconhecimento sobre a sua importância na construção da cidade. Além disso, personagens históricos da Comunidade como o patriarca Sr. Alírio, merecem reconhecimento por sua importância na formação da cidade. Soma-se a isso, o fato de não sentirem suas memórias representadas pelos documentos oficiais. Eles acreditam que este trabalho vai servir de alavanca para que a sociedade jamilense e goiana conheçam a sua versão sobre o passado do município.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho permitiu detectar que a luta em prol da corporização dos direitos pela Comunidade Boa Nova, fundamenta-se em estratégias sociais que consistem em usar as funcionalidades da memória. Assim, na busca pela efetivação da sua cidadania plena, a Comunidade Boa Nova reconstruiu a história da comunidade no sentido de ampliar por meio da oralidade as possibilidades de acesso às políticas públicas que auxiliam na melhoria da qualidade de vida do grupo. Esse exercício, contribui para fortificar a cultura e construir uma identidade para os remanescentes de quilombo de Professor Jamil.

Mesmo com todos os conflitos políticos e sociais que enfrentaram e ainda enfrentam no município, os quilombolas da Boa Nova permanecem na cidade e lutam até hoje pela demarcação de seu território. Com isso, observamos que a luta pela titulação das terras é uma ação de justiça à memória de seus antecedentes que para eles foram privados de seus direitos por conta de sua raça, sua cultura e sua história.

Em concordância com esta análise, demonstramos que a comunidade faz sua luta presente em torno da identidade do grupo, alimentada pelas ações da Associação Quilombola Boa Nova sob a liderança da quilombola Luzia Cristina do Carmo, que a partir de ações sociais, mantém viva a causa do grupo. Fatos que podem ser observados em ações como o Arraial Afro, a Festa do Maculelê, a capoeira, o artesanato, o Dia da Consciência Negra nas Escola da comunidade dentre outras.

Estes esforços convergem com as diversas lutas quilombolas nacionais que pudemos verificar a partir da releitura da biografia a respeito. Além disso, foi constatado um intenso movimento de luta por diversos grupos sociais consonantes à causa quilombola, como o Movimento Negro Unificado (MNU). Nesse sentido, verificamos que desde os anos 1930, diversos debates e mobilizações sobre o tema vem acontecendo no Brasil, para citar alguns: a Frente Negra Brasileira (1931), o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (1970), a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (1995).

No entanto, só a partir dos anos de 1980 que a efetivação das políticas públicas direcionadas a comunidades quilombolas se materializam. Foi somente em 1988, a partir da nova Constituição Federal e de seu Artigo 68, que o discurso de justiça social em favor dos quilombola se transforma em Lei Federal. Além disso, o Decreto 4887, que

possibilitou aos remanescentes de quilombo regulamentar seus direitos sociais por meio de políticas de autodefinição, foi instituído apenas décadas mais tarde, no ano de 2003.

Também detectamos alguns retrocessos políticos que viraram barreiras na causa quilombola, como as ações políticas após o impeachment de 2016. Porém, isso não tornou o movimento quilombola inerte e ele segue sua luta diária em favor da efetivação de seus direitos.

Neste sentido, como constatado nas entrevistas, o principal discurso dos quilombolas é de que eles não esperam, nem muito menos querem favores do governo. Muito pelo contrário, aspiram apenas o direito de ser cidadão pleno e ter acesso aos espaços nos quais, historicamente, seus antepassados foram privados.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Pedro Manoel. **Processo e Democracia**: O processo jurisdicional como um locus da democracia participativa e da cidadania inclusiva no estado democrático de direito. Vol. 3. Coleção Ensaio do Processo Civil. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

ARRUTI, José Maurício. **O quilombo entre dois governos**. Tempo e Presente, Rio de Janeiro, nº 330, p. 10-15, julho/agosto, 2003.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (Org.). **Raça**: Novas Perspectivas Antropológicas. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: **Apologia da História ou O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001, pp. 51-68.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União**. Auditoria Operacional no Programa Brasil Quilombola – PBQ. Relator: Marcos Bemquerer. Acórdão 1030/2014, 15 de outubro de 2014. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight> Acessado em: 17/10/2018. 134 Devido às dificuldades para obter os dados, a equipe de auditoria limitou o escopo

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Millades de Carvalho. **Fatores econômicos ligados ao desmatamento do cerrado nos municípios goianos**. 2012. 47 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia e Meio Ambiente, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-01/fatores-economicos-ligados-ao-desmatamento-do-cerrado-nos-municipios-goianos.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

CARDOSO, Lourenço; GOMES, Lilian. Movimento social negro e movimento quilombola: para uma teoria da tradução. In: XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, UFBA, Salvador, ago. 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. Colônia Santa Izabel: a lepra e o isolamento em Minas Gerais (1920-1960). **Tese** (Doutorado) – História Social, UFF, Rio de Janeiro. 2012.

CABRAL, Danilo Cezar. Revista Super Interessante, Editora Abril. 26 de julho de 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-o-apartheid-na-africa-do-sul/>. Acesso em: 10 de jan. 2019.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001.

CIVALE, Leonardo. Sobre Luzes e Sombras: A revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012). *In: Cadernos de Geografia*. DOI 10.5752. V.25, nº44. 2015. P.134-148. 15 pp.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001.

COSTA, Ivan Rodrigues. **CONAQ: Um Movimento Nacional dos Quilombolas- Projeto Vida de Negro - PVN/CCN-MA (Quilombos e Terras de Preto)**, 2008. Disponível em: http://www.institutobuzios.org.br/documentos/CONAQ_UM%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DOS%20QUILOMBOLAS.pdf. Acesso em: 12 de nov. 2018.

DALOSTO, Cássius Dunck. **Políticas públicas e os direitos quilombolas no Brasil: O exemplo de Kalunga**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

DAGNINO, Evelina, Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. *In: Anos 90 - Política e sociedade no Brasil*, org. Evelina Dagnino, Ed. Brasiliense, 1994.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136p.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, Rio de Janeiro, Departamento de História-UFF, n. 23, 2007.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. Histórias dos Quilombos e Memórias dos Quilombolas no Brasil: Revisitando um Diálogo Ausente na Lei 10.639/031. *Revista da ABPN*, v. 5, n. 11, jul.– out. 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.); MOTTA, Marly Silva da; DIAS, José Luciano de Mattos; ALBERTI, Verena; ABREU, Alzira Alves de; D'ARAUJO, Maria Celina; FARIAS, Ignez Cordeiro de. *Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoço e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-20004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FIABANI, Adelmir. Os novos quilombos: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988- 2008]. **Tese** (Doutorado) – História, UNISINOS, São Leopoldo. 2008.

GOMES, Lilian Cristina Bernardo. O direito quilombola e a democracia no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, ano 50, número 199 jul./set. 2013.

HALBWACHS, Maurice. *Fragmentos da la Memoria Coletctiva*. Seleção e tradução. Miguel Angel Aguilar D. (texto em espanhol). Universidad Autónoma Meropolitana-

Iztapalapa Licenciatura em Psicologia Social. Publicado originalmente em **Revista de Cultura Psicológica**, Año 1, Número 1, México, UNAM- Facultad de psicología, 1991.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, v. 1, p. 7-26, 2000.

IBGE. Professor Jamil Goiás – GO Histórico. Site oficial. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/professorjamil.pdf> Acesso em: 20 de set. 2018.

JORGE, Amanda Lacerda. O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.17, n.3, p. 139-151, set./dez. 2015.

JOUTARD, Philippe. “História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 149 anos”. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

JOUTARD, Phillippe. “Desafios à história oral do século XX”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.) História oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

KAGAN, R. K. Clio and the crown: the politics of history in Medieval and Early Modern Spain. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009.

LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades Insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. et al (Orgs). *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] – 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora UNICAMP. 2010. P. 426-428.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. Conversações com Jean Lebrun. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LÓPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface**, Comunicação Saúde Educação, 2009.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto de História, São Paulo, nº17, nov. 1998. P.63-201.

MATOS, Patrícia Francisca De Matos. A consolidação da modernização agrícola no Cerrado e os impactos ambientais. **Revista Mediação**, Pires do Rio/GO, v. 1. n. 1.66-81. 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

NEVES, Lucila de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **Revista História Oral**, v.3, p.109-16, 2000.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Proj. História, **Revista do programa de estudos pós-graduados de História**. São Paulo, v.10, dez.1993.

OLIVEIRA Jr., Adolfo Neves de. Reflexão antropológica e prática pericial. In CARVALHO, José Jorge de. [Org.]. **O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas**. Salvador: EDUFBA, 1995. pp. 224-225.

PINTO, Pimentel Júlio. **Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luís Borges**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. P.3-15.

PROFESSOR JAMIL/PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME, 2015).

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v 28, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o Esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007 [2000] (Col. “Espaços da Memória”).

SANTOS, Simone Ritta dos. Comunidades Quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira. 197f. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, Flávio Reis dos; ALVES, Jackeline Silva. **Modernização do Cerrado: urbanização e agroindústria no município de Morrinhos/GO**. Contextualizando o cerrado goiano: entre questões socioeconômicas e sócioespaciais e questões sócioeducacionais e socioambientais. Curitiba: CVR, 2017. 224p.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração” /comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006.

THOMPSON, Alistair. “Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.) **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VALÉRY, Paul. **Regards sur le monde actuel**. Gallimard, Paris. 1931.

7. ANEXOS

Anexo A - Certidão de Autodefinição da Comunidade do Boa Nova.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

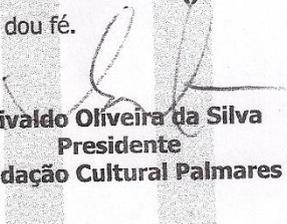
2ª VIA

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.011634/2014-13 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE BOA NOVA**, localizada no município de Professor Jamil/GO, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 017, Registro nº 2.242, fl.062, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DOS QUILOMBOS.**

Eu, **Edi Freitas de Paula**, (Ass.),....., Diretora Substituta de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **10 de agosto de 2016.**

O referido é verdade e dou fé.


Erivaldo Oliveira da Silva
Presidente
Fundação Cultural Palmares

Anexo B – Plano Municipal de Educação de Professor Jamil (PME).



2. POPULAÇÃO

População é um conjunto de pessoas que moram no mesmo lugar, ao mesmo tempo. A população do município de Professor Jamil é parte da população do estado de Goiás, que por sua vez é parte da população do Brasil.

Dados populacionais e econômicos de acordo com o último censo realizado.

Síntese das Informações		
Área da unidade territorial	349,419	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	1	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2012	447	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2012	161	matrículas
Número de unidades locais	72	unidades
Pessoal ocupado total	373	peçoas
PIB per capita a preços correntes - 2012	9.578,88	reais
População residente	3.239	peçoas
População residente - Homens	1.676	peçoas
População residente - Mulheres	1.563	peçoas
População residente alfabetizada	2.617	peçoas
População residente que frequentava creche ou escola	971	peçoas
População residente, religião católica apostólica romana	1.732	peçoas
População residente, religião espírita	573	peçoas
População residente, religião evangélicas	656	peçoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	2.027,72	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.388,77	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	510	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per	382,5	reais

Fone/Fax: (64) 3498-1494 / 1130 - e-mail: pref.professorjamil@gmail.com
Rua Matilde Ferrarine Sáfydy nº 235 - Setor Boa Nova - CEP: 75.645-000 - Professor Jamil - Goiás
CNPJ: 37.388.295/0001-25

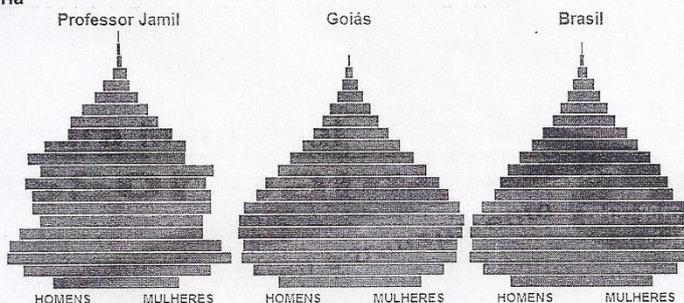


capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana
 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010) 0,684

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Pirâmide Etária

MAIS DE 100 ANOS
 95 A 99 ANOS
 90 A 94 ANOS
 85 A 89 ANOS
 80 A 84 ANOS
 75 A 79 ANOS
 70 A 74 ANOS
 65 A 69 ANOS
 60 A 64 ANOS
 55 A 59 ANOS
 50 A 54 ANOS
 45 A 49 ANOS
 40 A 44 ANOS
 35 A 39 ANOS
 30 A 34 ANOS
 25 A 29 ANOS
 20 A 24 ANOS
 15 A 19 ANOS
 10 A 14 ANOS
 5 A 9 ANOS
 0 A 4 ANOS



Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010;

Idade	Professor Jamil		Goiás		Brasil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	89	76	178.818	172.600	5.638.154	5.444.151
5 a 9 anos	126	118	241.633	231.094	7.623.749	7.344.867
10 a 14 anos	147	146	269.952	261.006	8.724.960	8.440.940
15 a 19 anos	144	132	268.462	265.128	8.558.497	8.431.641
20 a 24 anos	130	107	279.238	274.901	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	104	108	277.270	279.332	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	114	120	262.570	269.702	7.717.365	8.026.554

Fone/Fax: (64) 3498-1494 / 1130 - e-mail: pref.professorjamil@gmail.com
 Rua Matilde Ferrarine Sáfy n° 235 - Setor Boa Nova - CEP: 75.645-000 - Professor Jamil - Goiás
 CNPJ: 37.388.295/0001-25

anos						
35 a 39	115	120	232.644	240.988	6.766.450	7.121.722
anos						
40 a 44	123	112	211.499	219.502	6.320.374	6.688.585
anos						
45 a 49	103	123	181.350	190.374	5.691.791	6.141.128
anos						
50 a 54	119	85	148.258	157.108	4.834.828	5.305.231
anos						
55 a 59	98	87	117.043	125.245	3.902.183	4.373.673
anos						
60 a 64	67	69	90.235	95.602	3.040.897	3.467.956
anos						
65 a 69	64	51	67.274	71.156	2.223.953	2.616.639
anos						
70 a 74	49	38	49.891	53.961	1.667.289	2.074.165
anos						
75 a 79	32	24	31.327	35.252	1.090.455	1.472.860
anos						
80 a 84	22	13	17.904	20.824	668.589	998.311
anos						
85 a 89	8	10	8.130	10.097	310.739	508.702
anos						
90 a 94	4	3	3.032	4.008	114.961	211.589
anos						
95 a 99	4	1	879	1.378	31.528	66.804
anos						
Mais de	1	0	262	413	7.245	16.987
100 anos						

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010;

A população do município de Professor Jamil vem oscilando nos últimos 15 anos respeitando uma variação compreendida entre 3.200 e 3.900 habitantes. Apresentou o maior número de habitantes nos anos de 2006 e 2007.

ANO	POPULAÇÃO
1999	3.726 hab.

Fone/Fax: (64) 3498-1494 / 1130 - e-mail: pref.professorjamil@gmail.com
Rua Matilde Ferrarine Sáfydy nº 235 - Setor Boa Nova - CEP: 75.645-000 - Professor Jamil - Goiás
CNPJ: 37.388.295/0001-25

2000	3.403 hab.
2001	3.466 hab.
2002	3.524 hab.
2003	3.585 hab.
2004	3.639 hab.
2005	3.761 hab.
2006	3.835 hab.
2007	3.894 hab.
2008	3.386 hab.
2009	3.378 hab.
2010	3.239 hab.
2011	3.227 hab.
2012	3.325 hab.
2013	3.401 hab.

Evolução da população

Linha do Tempo | Nº habitantes

PROFESSOR JAMIL, GO

3.401 hab.

POPULAÇÃO | 2013



POPULAÇÃO

FONTE

Ministério da Saúde - DATASUS | Dados da população.

Ministério da Saúde - DATASUS | Dados dos municípios

População urbana e rural

Série histórica | Número de habitantes

PROFESSOR JAMIL, GO

2.261 hab.

978 hab.

ZONA URBANA | 2010

ZONA RURAL | 2010

ZONA URBANA ZONA RURAL

FONTE

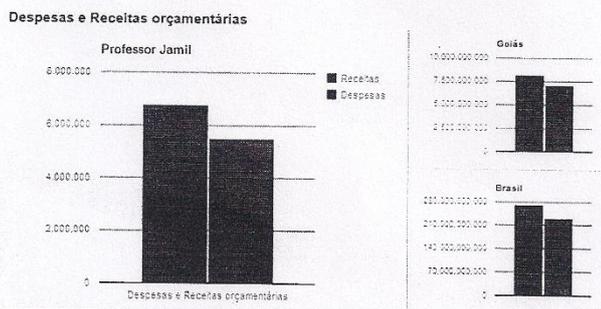
Ministério da Saúde - DATASUS | Dados da população.

Ministério da Saúde - DATASUS | Dados dos municípios

3. ECONOMIA



No tocante a finanças públicas o município tem suas despesas custeadas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), bem como dos demais repasses diretos oriundos principalmente da União.



Variável	Professor Jamil	Goiás	Brasil
Receitas	6.758.382,46	8.136.538.457,52	270.856.088.564,26
Despesas	5.490.970,65	7.111.589.684,43	232.720.145.984,84

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009.

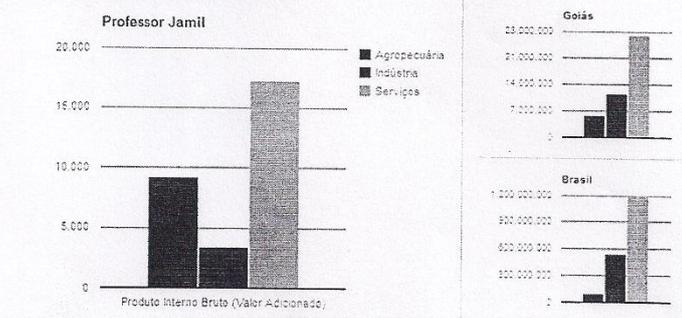
De acordo com o Censo do IBGE (2010) no campo econômico, o município apresenta como sua principal atividade a Pecuária. No entanto o maior gerador de receita no município é o setor de serviços, nos quais estão inclusos os funcionários públicos, a indústria aparece em terceiro lugar e o comércio não aparece nesta pesquisa, como demonstra o gráfico a seguir.

Allyson

Fone/Fax: (64) 3498-1494 / 1130 - e-mail: pref.professorjamil@gmail.com
 Rua Matilde Ferrarine Sáfydy nº 235 - Setor Boa Nova - CEP: 75.645-000 - Professor Jamil - Goiás
 CNPJ: 37.388.295/0001-25



Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)



Variável	Professor Jamil	Goiás	Brasil
Agropecuária	9.189	5.977.907	105.163.000
Indústria	3.392	11.623.682	539.315.998
Serviços	17.232	27.151.019	1.197.774.001

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009.

Agropecuária. A economia básica do município esta centrada na agropecuária. Dentre os principais rebanhos destacam: bovinos, Suínos, equinos e galináceos (IBGE Pecuária Municipal -2013). Em proporção a sua extensão e desenvolvimento o município apresenta uma bacia leiteira significativa, conta com um plantel de cavas ordenhadas um numero de 7.100 cabeças com uma produção de 10.721 mil litros / dia.

De acordo com a Agrodefesa o município possui 386 propriedades rurais dentre as quais 239 possuem animais em suas dependências, enquanto que 147 não possuem.

Segundo a Agrodefesa o número de cabeças de gado no município no ano de 2014 era de 46.907. Os dados dos demais animais são do ano de 2013 e foram informados pelo IBGE.

Fone/Fax: (64) 3498-1494 / 1130 - e-mail: pref.professorjamil@gmail.com
 Rua Matilde Ferrarine Sáfy n° 235 - Setor Boa Nova - CEP: 75.645-000 - Professor Jamil - Goiás
 CNPJ: 37.388.295/0001-25



Pecuária 2013		
Bovino - efetivo dos rebanhos	43.500	Cabeças
Equino - efetivo dos rebanhos	450	Cabeças
Bubalino - efetivo dos rebanhos	270	Cabeças
Suíno - total - efetivo dos rebanhos	3.100	Cabeças
Suíno - matrizes de suínos - efetivo dos rebanhos	220	Cabeças
Caprino - efetivo dos rebanhos	20	Cabeças
Ovino - efetivo dos rebanhos	270	Cabeças
Galináceos - total - efetivo de rebanhos	15.000	Cabeças
Galináceos - galinhas - efetivo dos rebanhos	6.800	Cabeças
Vacas ordenhadas - quantidade	7.100	Cabeças
Leite de vaca - produção - quantidade diária	10.721	Mil litros
Leite de vaca - valor da produção	9.434	Mil Reais
Ovos de galinha - produção - quantidade	35	Mil dúzias
Ovos de galinha - valor da produção	110	Mil Reais

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

Agricultura. Outra economia do município, de menor expressão, é a Agricultura. Destaque para a produção de arroz, milho café, mais recente a soja.

Verifica-se na lavoura temporária, quando a produção de Arroz (casca), na área destinada a colheita 250 (há) são plantados os 250 há com uma produção de 450 (ton) , um rendimento médio de 1.800 (Kg/há). Nota –se também uma produção de milho (grão) , na área destinada a colheita 800m

Fone/Fax: (64) 3498-1494 / 1130 - e-mail: pref.professorjamil@gmail.com
 Rua Matilde Ferrarine Sáfy n° 235 - Setor Boa Nova - CEP: 75.645-000 - Professor Jamil - Goiás
 CNPJ: 37.388.295/0001-25



(há) , são plantados os 800 há com uma produção de 3.040 (Ton), um rendimento médio de 3.800 (kg/há) . (Dossiê de Goiás, 2001)

Uso da terra.

Os solos do município de Professor Jamil na sua grande maioria esta ocupada com variados tipos de pastagem, visto que há um predomínio da atividade agropecuária. Mas numa proporção menor temos os solos edafológicos que são ocupados com variadas culturas: de milho, do arroz, mandioca, café, cana-de-açúcar, sorgo, soja e outras. Numa proporção praticamente para atender a legislação ambiental temos solos, soja com cobertura vegetal (reserva legal). Recentemente foi implantada a extração de areia através de mineração de solo.

Comercio: o comercio local possui uma diversificada linha de produtos para atender ao consumo local. Destaca: drogarias, bares, lanchonetes, posto de gasolina, loja de tecido e roupas, restaurantes, supermercado, sorveterias, casas Agropecuárias, etc.

Industria. Apesar da cidade ser estratégico geograficamente, o espaço urbano apresenta com poucas industrias. O setor industrial esta representado por laticínios, as cerâmicas e olarias, maquinas de beneficiar arroz e outros .

Tabela dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços com alvará de funcionamento em Professor Jamil.

Academia	1
Agropecuária (Produtos	3

Fone/Fax: (64) 3498-1494 / 1130 - e-mail: pref.professorjamil@gmail.com
Rua Matilde Ferrarine Sáfydy nº 235 - Setor Boa Nova - CEP: 75.645-000 - Professor Jamil - Goiás
CNPJ: 37.388.295/0001-25



Veterinários)	
Assistência técnica fogões	1
Assistência técnica motos	1
Auto escola	2
Bar	10
Borracharias	4
Bradesco	1
Cerâmica	1
Concessionaria de rodovias	1
Construtora	1
Consultório odontológico	2
Depósitos de areia	2
Depósitos de gás	2
Distribuidoras de bebidas	3
Eletrônica	2
Escola	4
Escolinha de futebol	1
Extração areia	2
Farmácia	2
Feirantes	8
Ginásio esporte	1
Hotel	1
Igrejas	5
Lan house	4
Lateria	1
Laticínios	1
Lava jatos	3
Loja acessórios	1
Lojas moveis	2
Lojas Roupas	4
Materiais construção	2
Mercearia	8
Oficina	2
Pamonharia	2
Panificadora	2
Papelaria	1
Pensão	1
Pit dog	5
Pizzaria	1
Posto	2

26/4/2015

Fone/Fax: (64) 3498-1494 / 1130 - e-mail: pref.professorjamil@gmail.com
 Rua Matilde Ferrarine Sáfydy nº 235 - Setor Boa Nova - CEP: 75.645-000 - Professor Jamil - Goiás
 CNPJ: 37.388.295/0001-25



Prefeitura	1
Prestador de serviço	2
Restaurante	3
Salão de festa	1
Salão feminino	5
Salão masculino	3
Saneago	1
Serralheria	2
Sorveteria	2
Supermercado	7
Telefonia	1
Transporte	10

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de arrecadação 2015.

Transporte. O transporte em Professor Jamil é estritamente rodoviário para o transporte rodoviário de pessoas, animais, principalmente o gado bovino para os leilões da região, mercadorias diversas e um transporte intenso de areia para a capital Goiânia.

Variável	Professor Jamil	Goiás	Brasil
Automóveis	410	1.611.258	47.946.664
Caminhões	37	105.028	2.588.984
Caminhões-trator	1	26.765	578.765
Caminhonetes	81	304.177	6.245.837
Caminhonetas	20	80.153	2.732.871
Micro-ônibus	4	8.494	361.501
Motocicletas	224	779.983	19.242.916
Motonetas	22	236.080	3.599.581
Ônibus	6	20.572	574.125

Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN - 2014.

Juntamente todos os segmentos da sociedade jamilense como, comerciantes e comerciários, funcionários públicos, profissionais liberais,

Fone/Fax: (64) 3498-1494 / 1130 - e-mail: pref.professorjamil@gmail.com
 Rua Matilde Ferrarini Sáfy n° 235 - Setor Boa Nova - CEP: 75.645-000 - Professor Jamil - Goiás
 CNPJ: 37.388.295/0001-25



visitantes, agropecuaristas e demais trabalhadores, tanto da zona urbana e rural, contribuem para o crescimento econômico do município de Professor Jamil.

Produto Interno Bruto (PIB) municipal vem crescendo ao longo dos anos, no entanto permanece muito abaixo do nacional como demonstram os gráficos e tabelas abaixo.

Tabela da evolução do PIB per capita de Professor Jamil

Ano	MUNICIPAL	NACIONAL
2012	R\$ 9.578,88	R\$ 22.642,40
2011	R\$ 8.901,20	R\$ 21.535,65
2010	R\$ 8.644,21	R\$ 19.763,93
2009	R\$ 6.977,31	R\$ 16.917,62
2008	R\$ 6.509,57	R\$ 15.991,55
2007	R\$ 4.660,30	R\$ 14.056,26
2006	R\$ 4.449,23	R\$ 12.686,60
2005	R\$ 4.514,46	R\$ 11.658,12
2004	R\$ 4.392,53	R\$ 10.839,81
2003	R\$ 4.261,31	R\$ 9.610,94
2002	R\$ 3.758,09	R\$ 8.462,45
2001	R\$ 2.947,55	R\$ 7.553,61
2000	R\$ 2.645,25	R\$ 6.946,34

24/10/13

Fone/Fax: (64) 3498-1494 / 1130 - e-mail: pref.professorjamil@gmail.com
 Rua Matilde Ferrarine Sáfydy nº 235 - Setor Boa Nova - CEP: 75.645-000 - Professor Jamil - Goiás
 CNPJ: 37.388.295/0001-25



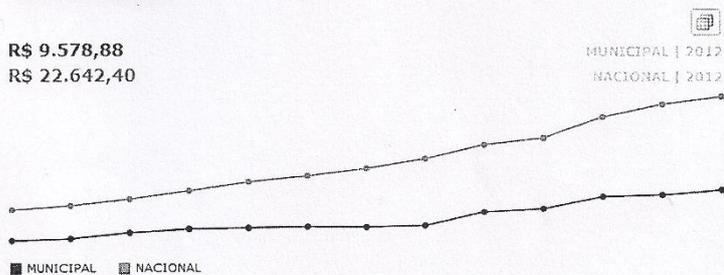
Gráfico demonstrativo da evolução do PIB municipal e nacional.

PIB per capita

Série histórica | PIB a preços correntes | R\$

PROFESSOR JAMIL, GO

R\$ 9.578,88
R\$ 22.642,40



- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | PIB por município de 2009 a 2011
 Ministério da Saúde - DATASUS | Dados dos municípios
 Ministério da Saúde - DATASUS | PIB por município de 2000 a 2008
 Ministério da Saúde - DATASUS | Dados da população.

FONTE

Fone/Fax: (64) 3498-1494 / 1130 - e-mail: pref.professorjamil@gmail.com
 Rua Matilde Ferrarine Sáfy n° 235 - Setor Boa Nova - CEP: 75.645-000 - Professor Jamil - Goiás
 CNPJ: 37.388.295/0001-25



O índice de desenvolvimento humano (IDH), apesar de não está na zona de risco de acordo com a ONU, e de estar evoluindo gradativamente ainda permanece em uma zona de atenção segundo os parâmetros da ONU. como demonstram os gráficos e tabelas.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

IDHM 2010	0,684
IDHM 2000	0,563
IDHM 1991	0,441

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

IDH Municipal | Atlas PNUD 2013

Índice de Desenvolvimento Humano

PROFESSOR JAMIL, GO



FONTE

☒ PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | IDH por município e estado

IDH-M de Renda - Atlas PNUD 2013

Índice de Desenvolvimento Humano

PROFESSOR JAMIL, GO

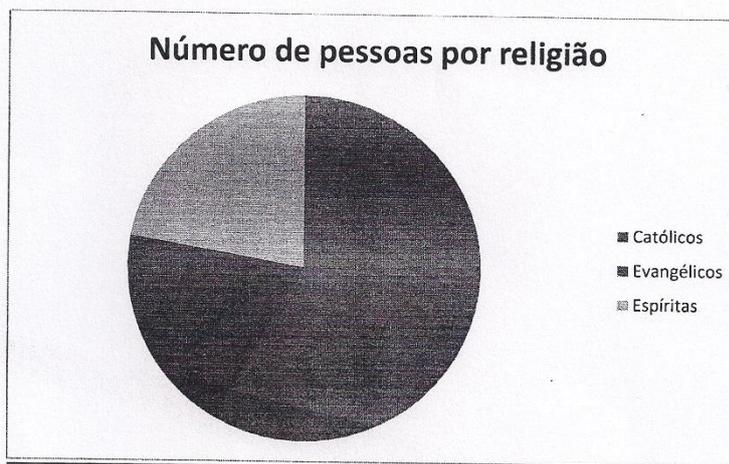


FONTE

☒ PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | IDH por município e estado

Handwritten signature: Nely Rome

Fone/Fax: (64) 3498-1494 / 1130 - e-mail: pref.professorjamil@gmail.com
 Rua Matilde Ferrarine Sáfy n° 235 - Setor Boa Nova - CEP: 75.645-000 - Professor Jamil - Goiás
 CNPJ: 37.388.295/0001-25



Fonte: IBGE

6 .DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO EM PROFESSOR JAMIL

Os resultados das avaliações educacionais indicam que o município é bem servido no campo educacional dispõe de uma rede estadual com três unidades, sendo uma que ministra ensino fundamental e duas ministram o ensino fundamental e médio. A rede municipal restringe à educação infantil e ao ensino fundamental (EJA) .

NEY CORRÊA



posto de atendimento bancário através da agencia lotérica da Caixa Econômica Federal CEF, uma sub agência e dois postos do Banco Bradesco Agenfa, Ciretran, Posto de saúde com médicos e dentista, serviços Educacionais, Representação da Secretaria Estadual da Agricultura (Agrodefesa), Serviços da Segurança Publica Através da Policia Militar de Goiás .

A sede urbana de Professor Jamil, ainda não conta rede de esgoto, motivo pelo qual os moradores fazem uso de fossas sépticas.

Segurança Publica – tendo em vista o município ser privilegiado por uma posição geográfica e possuir uma ótima rede viária, fator que favorecem o acesso ao município, registra-se um numero de ocorrência policial relativamente alta, requerendo um trabalho ostensivo por parte da Policia Militar. O Governo municipal contribui com a alimentação e disponibilização de funcionária de limpeza e cozinha para o destacamento policial.

Saúde, no campo da saúde publica o município ainda não conta com uma unidade hospitalar, e sem com uma unidade ambulatorial em atendimento aos primeiro socorros, com presença de dois médicos e dois odontólogos. Visto disto, o motivo do grande deslocamento da população para a capital (Goiânia), em busca de atendimento medico e laboratórios, sobrecarregando sobremaneira os veículos de saúde da municipalidade.

Lazer e cultura.

Fone/Fax: (64) 3498-1494 / 1130 - e-mail: pref.professorjamil@gmail.com
Rua Matilde Ferrarine Sáfydy nº 235 - Setor Boa Nova - CEP: 75.645-000 - Professor Jamil - Goiás
CNPJ: 37.388.295/0001-25



O município de Professor Jamil conta com pouca atividade de lazer. Fica mais restrito as festas dançantes ai final de semana (salão goiano, salão do posto) . Para a terceira idade, o município patrocina através do Centro de Convivência de Idosos, nos dias agendados: festas confraternização, passeios, trabalhos artesanatos, atc. Contemplando a juventude Jamilense a cidade oferece como lazer, dois campos de futebol gramados e uma quadra polivalente coberta.

Festas tradicionais típicos.

No mês de Junho realiza-se a tradicional festa de Nossa Senhora das Graças, São Cristóvão e São Joao Batista, sendo este ultimo o padroeiro do município. A oportunidade festiva são realizados com muita animação, bailes barraquinhas. Aproveitando as férias escolares de julho, e realizada a tradicional folia de Santo Antônio onde os foliões a cavalo giram durante uma semana, pregando cantorias, terços e animados bailes.

5 RELIGIÃO.

De acordo com o IBGE (2010) na parte religiosa, Professor Jamil apresenta uma população totalmente cristã, podendo ser dividida em três doutrinas principais: o catolicismo, o protestantismo e o espiritismo. A religião católica, conta com uma sede na Praça da Matriz , e possui, na cidade cerca de 1.732 fieis . O espiritismo, conta com 573 adeptos e apresenta seu ponto de encontro na Praça do setor Boa Nova. As unidades evangélicas, se espalham , fazendo dessa forma, com que o município apresenta 656 fieis, divididos em aproximadamente oito igrejas.

Fone/Fax: (64) 3498-1494 / 1130 - e-mail: pref.professorjamil@gmail.com
Rua Matilde Ferrarine Sáfydy n° 235 - Setor Boa Nova - CEP: 75.645-000 - Professor Jamil - Goiás
CNPJ: 37.388.295/0001-25